



Uniube

UNIVERSIDADE DE UBERABA

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO.
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO BÁSICA**

NÁDIA CRISTINA GOSUEN

**EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS:
UM OLHAR SOBRE O TEMA INDISCIPLINA NO CONTEXTO
ESCOLAR**

UBERLÂNDIA

2018

NÁDIA CRISTINA GOSUEN

**EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS:
UM OLHAR SOBRE O TEMA INDISCIPLINA NO CONTEXTO
ESCOLAR**

Projeto de intervenção pedagógico acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional e Formação Docente para educação básica, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Práticas Docentes para Educação Básica

Orientadora: Prof^a Dra Selva Guimarães

UBERLÂNDIA

2018

i

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca - Uniube

Gosuen, Nádia Cristina.
G682g Educação em valores humanos: um olhar sobre o tema indisciplina no contexto escolar / Nádia Cristina Gosuen. – Uberlândia, 2018.
183 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Práticas Docentes para Educação Básica.

Orientadora: Prof. Dra. Selva Guimarães.
1. Indisciplina. 2. Valores humanos. 3. Práticas educativas. I. Guimarães,
Selva. II. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação.
III. Título.

CDD 371.5

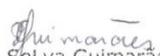
NÁDIA CRISTINA GOSUEN

**EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS:
UM OLHAR SOBRE O TEMA INDISCIPLINA NO CONTEXTO
ESCOLAR**

Projeto de Intervenção apresentado ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 08/06/18

BANCA EXAMINADORA


Profª. Drª. Selva Guimarães
(Orientadora)
Universidade de Uberaba- UNIUBE


Profª. Dra. Silma do Carmo Nunes
Universidade UNIPAC de Uberlândia


Profª. Dra. Gercina Santana Novais
Universidade de Uberaba - UNIUBE

UBERLÂNDIA

2018

iii

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Agradeço:

Primeiramente a DEUS.

Esse Projeto de Intervenção Pedagógica é o resultado de um trabalho árduo, com muita dedicação e perseverança, mas que se tornou gratificante. Durante todo o período da realização do mestrado, fui acompanhada e auxiliada por pessoas que foram solidárias comigo, serei eternamente grata. Merecem meus aplausos.

Em segundo lugar agradeço a minha família ao apoio, carinho e dedicação.

Aos meus pais, em especial a minha mãe, sempre pronta para agradecer e ajudar, colaborando de forma significativa, fazendo companhia para meus filhos enquanto eu estudava. Mostrou-me, durante toda a vida, a importância dos estudos, incentivando a acreditar que as oportunidades precisam ser buscadas por todos, só depende de nós.

A minha irmã, pelo incentivo nos momentos difíceis, apoio, carinho e compreensão, pois sempre me incentivou e acreditou em mim.

Ao meu irmão, cunhada, cunhado e sobrinhos que sempre estiveram do meu lado e me apoiaram nos momentos difíceis.

Aos meus filhos, pela paciência, pois perderam momentos de convívio com outras pessoas, esperando o término do mestrado. Obrigado por cada contribuição, cada um do seu jeito, por cada gesto de carinho. Amo vocês...

Ao meu marido, por estarmos juntos no Mestrado, apoiou, compreendeu e auxiliou-me das mais diferentes maneiras, compartilhando os problemas, as preocupações e os sentimentos com os quais me deparava.

AGRADECIMENTO

Um agradecimento especial à minha orientadora, pelo apoio, pelas mediações valiosas, pela competência de suas orientações, mostrando-se a todo o momento o exemplo de relação professor-aluno. Agradeço o apoio, o incentivo que constantemente, proporcionava nos encontros de orientação. Sempre com calma e paciência, mostrando e ajudando a encontrar o melhor caminho para atingirmos o nosso objetivo. Muito obrigada! Meus aplausos pela sua dedicação e competência.

Aos coordenadores do Curso, aos professores, pelo carinho, apoio, pelo valioso embasamento teórico proporcionado, nos enriquecendo com a sua sabedoria. E pela paciência de saber entender as nossas dificuldades e ansiedades.

À escola participante da pesquisa, na qual também atuo, com sua equipe técnica, professores e alunos, sem os quais não teria sido possível a realização deste projeto.

A equipe gestora e aos meus colegas especialistas que confiaram, ajudaram e contribuíram para desenvolver esse projeto. A minha amiga especialista da educação que me incentivou, apoiou para ingressar no mestrado.

A todos os professores do 7ºs anos que nos módulos, nos corredores, estávamos constantemente trocando ideias, para desenvolver um projeto de excelência.

Quero agradecer também a todos os outros professores que direta ou indiretamente contribuíram para o aprimoramento do projeto,

Quando se reúne uma equipe competente é quase certo que os frutos valerão a pena ser colhidos. Mas, vocês professores superaram todas as expectativas e foram ainda mais longe que o previsto.

É um orgulho compartilhar o local de trabalho com profissionais tão capazes e dedicados. Competência e empenho são talvez as melhores palavras que descrevem cada um de vocês.

Aos meus alunos, obrigada pela colaboração, pela cooperação, por essa alegria que contagia vocês, fazendo parte deste projeto: Nós podemos fazer a diferença! Nós podemos ser pessoas melhores!

RESUMO

Trata-se de um Projeto de intervenção pedagógica que se caracteriza como uma pesquisa-ação no campo da abordagem qualitativa educacional. O tema central é educação em valores humanos no cotidiano escolar, com o objetivo de explorar as atitudes dos alunos dos 7ºs anos do ensino fundamental relacionadas à indisciplina e abordar as relações interpessoais entre professores e alunos. O projeto foi desenvolvido no ano 2017, na Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. O projeto enfatizou a questão do bullying, do cyberbullying, do preconceito, da discriminação, da superproteção, do excesso de cobrança e as comparações com os modelos “impostos” pela sociedade. Com a finalidade de promover a mediação de conflitos na escola, o projeto foi realizado em parceria com professores, gestores e alunos, rompendo com alguns dos paradigmas da escola tradicional, criando novos modos de olhar sobre o tema da indisciplina no contexto escolar, dialogando e buscando alternativas e estratégias educativas. Para delinear a intencionalidade das ações desenvolvidas na escola, partiu-se das inquietações, das vivências de cada profissional e dos educandos, dos conceitos, dos valores, das atitudes e habilidades que foram sendo reelaboradas no percurso educativo. O projeto de intervenção pedagógica em Valores Humanos se constitui uma estratégia frente à violência e à indisciplina, uma prática educativa baseada na gestão democrática, no trabalho em equipe e na valorização do educando.

Palavras chaves: indisciplina –valores humanos – práticas educativas

ABSTRACT

It is a Project of pedagogical intervention that is characterized as an action research in the field of qualitative educational approach. The main theme is education in human values in school life, with the objective of exploring the attitudes of 7th grade elementary school students related to indiscipline and addressing interpersonal relationships between teachers and students. The project was developed in 2017, at the Municipal School Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa, in the city of Uberlândia, Minas Gerais. The project emphasized the issue of bullying, cyberbullying, prejudice, discrimination, overprotection, over-charging, and comparisons with models "imposed" by society. In order to promote conflict mediation in school, the project was carried out in partnership with teachers, managers and students, breaking with some of the paradigms of the traditional school creating new looks on the subject of indiscipline in the school context, dialoguing and seeking alternatives and educational strategies. In order to delineate the intentionality of the actions developed in the school, we started with the concerns, the experiences of each professional and the learners, the concepts, values, attitudes and skills that were constantly being re-elaborated. The project of pedagogical intervention in Human Values constitutes a strategy against violence and indiscipline, an educational practice based on democratic management, teamwork and student appreciation.

Key words: indiscipline - human values - educational practices

SUMÁRIO

1.0 - MEMORIAL	13
1.1 - INTRODUÇÃO	13
1.2 - O despertar de um sonho.....	14
1.3 - Viagem no tempo: infância - momentos felizes.....	16
1.4 - Momentos de busca e incerteza	18
1.5 – Como me tornei professora	19
1.6 - Momentos de encantamento.....	20
1.7- Trabalho, estudo e oportunidades	21
1.8 – Considerações finais: conexões entre o passado e o presente	23
2.0 – PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	24
2.1 – TEMA: Educação em valores humanos: um olhar sobre o tema indisciplina no contexto escolar	24
2.2- Justificativa	24
2.3 - Problemas e objetivos da pesquisa.....	39
2.4 – Perspectivas metodológicas e os instrumentos de pesquisa	42
2.5 – A organização do projeto de intervenção pedagógica.....	44
3.0- O CENÁRIO DO PROJETO: SUJEITOS E ESPAÇOS DE AÇÃO	48
3.1 – A Escola Municipal Professor Domingos Pimentel de Ulhôa	48
3.2- Os sujeitos envolvidos no processo.....	51
3.3- O projeto político pedagógico da escola.....	53
4.0- A ESCOLA EM MOVIMENTO: AÇÕES E RESULTADOS	61
4.1- Os conflitos na adolescência	61
4.2- Estratégias utilizadas na escola	72
4.3- Como a escola lida com o Bullying	87
4.4- Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transversalidade	93

4.5- Experiências metodológicas no projeto de intervenção pedagógica.....	96
4.5.1- Leitura de diversos gêneros textuais	102
4.5.2- Dinâmica de grupo e confecção de cartazes	108
4.5.3- Campeonato: Resgatando os valores humanos: vivendo e aprendendo.....	122
4.5.4- Palestras e debates: <i>bullying e cyberbullying</i>	126
4.5.5- Produção de textos	130
4.5.6- Explorando o cinema	136
4.5.7- Campanha comunitária	139
4.5.8- Recital de poesia: encanto e beleza.....	143
5.0- CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	154
ANEXOS	162

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ASA	Auxiliar de Serviço Administrativo
ASG	Auxiliar de Serviços Gerais
CEE/MG	Conselho Estadual de Educação/Minas Gerais
CEEEU	Centro Estadual Educação para Diagnóstico, Recuperação e Trabalho de Uberlândia.
EJA	Escola de Jovens e Adultos
EMA	Escola Municipal de Alfabetização
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEDUC	Promotoria de justiça de Defesa da Educação
SEE/MG	Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Uniube	Universidade Federal de Uberlândia
UFU	Universidade de Uberaba
UTC	Uberlândia Tênis Clube
VD	Violência Doméstica

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Principais causas de morte na idade 15-29 anos, sexo masculino, no Brasil, 2015.....	64
Gráfico 02	Principais causas de morte na idade de 15-29 anos, sexo feminino, Brasil, 2015.....	64
Gráfico 03	Notificações por lesões autoprovocadas entre 2011 e 2016.....	65
Gráfico 04	Proporção de notificações por lesão autoprovocada, de acordo com sexo e região de residência, Brasil, 2011 a 2016.....	66
Gráfico 05	Quais os problemas pessoais que os adolescentes vivenciam?	70
Gráfico 06	O que é indisciplina para você?	75
Gráfico 07	O que é paz para você?	81
Gráfico 08	O que é violência para você?.....	82
Gráfico 09	Exposição dos adolescentes em relação ao <i>bullying</i>	85
Gráfico 10	Percentual de estudantes que sofreram <i>bullying</i> por unidade de federação ...	86
Gráfico 11	Alunos que sofrem <i>bullying</i> por idade.....	89
Gráfico 12	Atitudes dos pais diante dos problemas do cotidiano.....	118

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Foto da E.M. Prof. Domingos Pimentel de Ulhã	48
Figura 02	Mapa da localização da E.M.Prof. Domingos Pimentel de Ulhã.....	49
Figura 03	Quadro demonstrativo da equipe Gestora e Pedagógica da E. Municipal. Prof. Domingos Pimentel de Ulhã	52
Figura 04	Quadro demonstrativo da PROEB/ PROALFA.....	56
Figura 05	Analisando os índices do IDEB	57
Figura 06	Casos de lesões autoprovocadas	65
Figura 07	Características da ocorrência dos casos de lesão autoprovocada notificados, de acordo com sexo, Brasil, 2011 a 2016.....	67
Figura 08	Sequência da síntese dos professores e dos alunos no projeto.....	73
Figura 09	Alunos vítima do <i>Bullying</i> por idade	88
Figura 10	A busca da interdisciplinaridade	101
Figura 11	Explorando o livro: “A corrente da Vida”	102
Figura 12	Quadro Síntese da Violência Doméstica.....	116
Figura 13	Quadro síntese da violência doméstica notificada no Brasil	117
Figura 14	Cartaz elaborado na dinâmica dos valores humanos: Amor e respeito	121
Figura 15	Campeonato: Resgatando os valores Humanos - vivendo aprendendo	123
Figura 16	Promovendo as relações interpessoais	125
Figura 17	Elaboração e confecção dos livros de poesias	133
Figura 18	Abertura da noite de recital de poesias	143
Figura 19	Noites de Recital: Poemas espalhados pelo pátio	145
Figura 20	Poesia de Cordel: “Amor, Respeito, Solidariedade e Justiça.....	146

1.0 MEMORIAL

1.1 Introdução

Inicialmente, imaginei que escrever um memorial seria muito fácil, pois simplesmente iria relatar minha própria vida, como se estivesse contando a uns amigos fatos vivenciados. E quem melhor para narrar tais acontecimentos do que eu mesma?

Mas, ao escrever as nossas vivências, percebi que não é uma tarefa muito fácil. É mais difícil do que eu imaginava. Para Moraes (1992) o memorial é um retrato crítico do indivíduo, visto por múltiplas facetas através dos tempos, o qual possibilita inferências de suas capacidades.

Elaborar um memorial descritivo e reflexivo implica voltar no tempo e reconstruir minha própria história, pois é como representar minha história num palco, relatar fatos que estão guardados na memória, descrever minha vida como um retrato falado, imaginar você dentro da máquina do tempo, presenciando acontecimentos que foram vivenciados por você mesmo.

Passeggi (2008) definiu o memorial acadêmico como:

[...] gênero acadêmico autobiográfico, por meio do qual o autor se (auto) avalia e tece reflexões críticas sobre seu percurso intelectual e profissional, em função de uma demanda institucional. O interesse de sua narrativa é de clarificar experiências significativas para a sua formação e situar seus projetos atuais e futuros no processo de inserção acadêmica e ascensão profissional. (PASSEGGI, 2008, p.120).

Durante o processo da narrativa, relato recordações retidas na minha memória, às vezes estão muito claras, outras camufladas para não emergir no subconsciente. Ir ao encontro dessas recordações, possibilitou-me uma visita comigo mesma, nos diferentes momentos dessa caminhada. Minhas lembranças retratam diversos lugares por onde passei, onde me tornei uma biógrafa, narrando e relatando as idas e vindas, momentos encantadores e, às vezes, momentos desagradáveis, nos quais precisamos levantar com dignidade e tentar outros caminhos, que podem te levar a felicidade.

Sendo assim, ao elaborar este memorial levei em consideração à crítica e a autocrítica da reconstrução da própria existência, tentando construir um olhar retrospectivo e prospectivo no tempo. Segundo Severino (2002)

O Memorial constitui, pois, uma autobiografia, configurando-se como uma narrativa, simultaneamente, histórica e reflexiva. Deve, então, ser composto sob a forma de um relato histórico, analítico e crítico, que dê conta dos fatos e acontecimentos que constituíram a trajetória acadêmica profissional, de tal modo que o leitor possa ter uma informação completa e precisa do itinerário percorrido. Deve dar conta também de uma avaliação de cada etapa, expressando o que cada momento significou as contribuições ou perdas que representou. (SEVERINO, 2002, p.60)

Para iniciar a minha autobiografia, em relação à metodologia optei que fosse configurado de um relato histórico crítico, que irei introduzir, narrando o despertar de um sonho, fatos marcantes que favoreceram as minhas escolhas, acontecimentos que fizeram parte do meu caminhar, entre a fase profissional e a fase acadêmica, os objetivos que pretendia atingir em cada fase da minha vida.

Enfim, neste memorial decidi contar um pouco da minha experiência de vida formativa e profissional. Estes momentos foram permeados de surpresas e incertezas. O caminho que percorremos durante a nossa trajetória de vida é feito de escolhas, algumas nossas, outras que precisamos trilhar e ainda não sabemos, experiências que são adquiridas com o tempo, que nos formam como ser social e cidadão; construindo uma história única, na qual somos protagonistas.

Surpresa constante, que nos permite construir essa história, juntando parte do passado, momentos do presente numa projeção para o futuro, cheio de esperanças e sonhos. Na tentativa de construir um futuro é necessário fazer uma reflexão entre o passado e o presente, aprender com os erros cometidos e os acertos, levar em consideração que existem caminhos que precisamos passar por eles independentes da nossa vontade.

1.2 O despertar de um sonho

Hoje, começo a pensar no “salto” que eu dei na vida. Esperei tanto tempo para realizar um sonho, que estava guardado no meu subconsciente, que eu havia desistido dele, por julgar impossível de realizá-lo, devido ao trabalho, aos filhos, ao marido, à questão financeira e diversos fatores que vão devagarzinho tornando obstáculos gigantes. O tempo passou tão rápido que eu não havia percebido. Comecei a me lembrar da minha vida até agora, e pensei: se eu deixo de realizar meu sonho ou não seria tarde demais para tentar?

No local do trabalho, conversando com uma amiga, começou a brilhar novamente a esperança, à vontade, e o desejo de realizar o meu sonho de fazer o “Mestrado”. Por meio de

conversas e incentivos, que me mostravam que eu tinha capacidade para realizá-lo, começou a despertar a minha autoestima, que estava quase apagada. Havia apenas um fiozinho de luz. Então, refleti e segurei firme na luz que havia brilhado dentro de mim mesma.

Mas, não guardei esse “desejo” apenas comigo, compartilhei com todos que conhecia que desejavam aumentar seus conhecimentos, desenvolver um projeto na educação e cursar o Mestrado. Mas estavam sem esperança e deixando o tempo passar. As inscrições na Universidade de Uberlândia (UFU) haviam começado e se encerrava em uma semana, tempo para fazer o projeto e começar a estudar para as avaliações. Sentia-me feliz, pois estava tentando, mesmo se não conseguisse, mas havia tentado. Passei na primeira fase, o número de candidatos era grande, mas não consegui aprovação na segunda fase.

Eu estava confiante e comecei a procurar por uma universidade que oferecesse o mestrado presencial na minha cidade. Quando foi publicado o edital da Universidade de Uberaba (Uniube), para a primeira turma do Programa de Pós - Graduação Mestrado Profissional em Formação na Educação Básica, com o pôlo em Uberlândia, em agosto de 2016, fiquei deslumbrada, fiz a inscrição e comecei a estudar. Ingressei no Mestrado Profissional, numa universidade importantíssima, com profissionais maravilhosos e com um conhecimento extraordinário. O meu futuro mudou de repente, analisando o Programa de Mestrado Profissional em Educação¹ (autorizado pela CAPES em 25/04/16) constatei os seguintes objetivos:

Articular a pesquisa acadêmica com a prática escolar, tornando-a mais eficiente para a superação dos problemas vivenciados no contexto de atuação profissional; Subsidiar os profissionais da educação para o planejamento de propostas de intervenção na realidade educacional, considerando aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e filosóficos; Proporcionar referenciais teóricos e metodológicos, para que os profissionais da educação possam compreender planejar e organizar sua prática docente na Educação Básica. (UNIUBE, 2017, p.02).

Iniciou o semestre, agosto de 2016, primeiro dia de aula no Mestrado, apresentação da equipe administrativa e gestora, apresentação dos professores, que desde o primeiro momento, destacaram-se como profissionais competentes, doutores no seu conhecimento. Foi realizada uma dinâmica, socialização do grupo de alunos, mostrando-se uma equipe acolhedora, parceira, prestativa, solícita e comprometida. Assim, o segundo semestre de 2016,

¹ - Informações sobre o curso do Mestrado em Educação - Mestrado em Educação.
www.uniube.br/propepe/mestrado/educacao. Acesso em: 05/05/2018

foi o tempo de novas leituras, novas aprendizagens, novos autores que me enriqueciam com seus saberes.

Enfim, em cada aula encontrava um espaço de valorização, respeito, de circulação de ideias, saberes, trocas de experiências e estudo nas disciplinas de Processos Investigativos em Contextos Escolares; as discussões e as leituras conduziam a reflexão epistemológica sobre o Sistema e as práticas educacionais, sobre os paradigmas do século XXI; o professor reflexivo e o repensar das ações; o ensino de qualidade; a integração curricular na qual o processo ensino aprendizagem é indissociável, proporcionando a interdisciplinaridade dos conteúdos; o desenvolvimento dos alunos nos aspectos cognitivos, afetivo, motor e a sua valorização humana.

As atividades proporcionaram momentos para questionamentos herméticos, ontológicos relacionados com a avaliação e a sua complexidade; a sua multidimensionalidade, pois o professor precisa se envolver com o educando; de buscar novos conhecimentos, em um ambiente interativo, de respeito e convívio em grupo, compreendendo e respeitando as circunstâncias de vida, a história de vida dos seus alunos e as possibilidades cognitivas almejando uma projeção para o futuro.

Ao elucidar, relatar, narrar o memorial acadêmico proponho fazer uma reflexão crítica sobre a minha história de vida, repleta de escolhas e experiências que me formaram, as minhas vivências durante a infância, adolescência e quando adulto, minha vida profissional e acadêmica, essa análise do passado e presente, favorecendo um novo significado à vida, de questionamentos como: Como foi a trajetória na fase inicial no ensino fundamental? Durante a minha formação, quais foram às concepções construídas de ensino aprendizagem? Como pedagoga formadora como tenho exercido a prática reflexiva?

1.3 Viagens no tempo: infância - momentos felizes

Nasci em Uberlândia, Minas Gerais. A minha infância foi um momento repleto de fantasia, do mundo do faz de conta, criava histórias e personagens, usava objetos, lençóis, colchas, tudo que podia para fazer parte deste mundo fictício. Neste mundo fui mãe, médica, engenheira, professora, cozinheira usando lata de tinta com serragem para ser o fogão de verdade, fazendo comidinha até o final da tarde, juntos com outras crianças meninas e meninos. E a imaginação ia até o mundo dos estilistas, fazia roupas para as bonecas com

retalhos de tecido ou papel colorido; havia também as brincadeiras de rua, carimbada; de roda; bicicleta; e outras. Quanta alegria, felicidade, imaginação para brincar.

Meu pai, descendente de italianos, trabalhava como viajante. Ele não acompanhou o nosso crescimento, pois passava meses viajando, abrindo mercados em cidades em que a empresa ainda não havia visitado. Minha mãe, descendente de portugueses, uma guerreira, criou três filhos quase sozinha, possuía como meta proporcionar estudos para cada um deles, para que no futuro tivesse mais oportunidades de emprego e uma condição de vida melhor.

Cresci em um momento em que o país estava enfrentando grandes problemas econômicos, as dificuldades financeiras eram grandes, época em que os militares tomaram o poder. Havia falta de emprego e as opções de carreira eram escassas. Apenas alguns tinham oportunidades de acesso à carreira profissional. Foi uma época de dificuldades para a sobrevivência digna.

Estudei em escola pública desde o início da escolarização. Neste período o ensino era bastante rigoroso com salas numerosas, chegando a 40 alunos por sala. Os alunos tinham que ficar calados o tempo todo, época de muita repressão na escola, na família e no país, o que nos tornava mais tímidos e medrosos.

Segundo Estrela (1992, p.30) “na escola tradicional, o disciplinamento se faz necessário porque a prática pedagógica é centrada na palavra”, sendo assim, o ensino só acontecerá se o aluno mantiver-se calado, quieto, atento, obediente e respeitando. A Escola tradicional busca levar o aluno a converter a disciplina imposta em disciplina consentida, pois assim o aluno poderia compreender e aderir voluntariamente às regras do jogo que ele era obrigado a jogar.

Na perspectiva de Estrela (2002) a escola era considerada como uma instituição que destinava a transmissão do saber considerado socialmente útil. O professor exerceu a função de detentor do saber, durante longos anos, mantendo a relação de desigualdade entre professor-aluno. O professor era o dono do saber enquanto que a vivências dos alunos eram desprezadas, assumindo uma postura de humildade, obediência e respeito ao professor.

Relembrando os fatos nesta época, ressalta-me na memória que, minha geração é fruto de uma época conservadora e tradicional. Lembro-me que até na 8ª série², eu ainda era bem criança, brincava no quintal de casa de escolinha, ou seja, imitava os meus professores

² Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Alterou a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que esclarece as diretrizes e bases da educação nacional dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

passando as tarefas no quadro-giz com uma sala cheia de alunos imaginários, mas procurava tornar-me uma professora diferente elogiando sempre meus alunos. Nesta brincadeira inocente estava agregada a minha vontade, e marca a minha trajetória profissional.

1.4 Momentos de busca e incerteza

Esta retrospectiva traz a lembrança o desejo de ser professora. Iniciei o curso de Magistério no período noturno e no turno diurno, o colegial, na escola pública. Sempre fui uma aluna estudiosa, no ensino fundamental e médio as disciplinas que mais destaquei foi em Matemática e Física com médias próximas ao máximo.

No curso de magistério lembro-me que participava de movimentos que buscavam a mudança no trabalho pedagógico e reivindicações de valorização dos profissionais de educação. De acordo com Freitas (2000):

A luta dos educadores a partir do final dos anos 1970 e início da década de 1980, no quadro do movimento mais geral da democratização da sociedade, trouxe contribuições importantes para a educação e para a forma de olhar a escola e o trabalho pedagógico, ao colocar em evidência as relações de determinação existentes entre educação e sociedade e a estreita vinculação entre a forma de organização da sociedade, os objetivos da educação e a forma como a escola se organiza.

No âmbito da formação do educador, o Comitê Nacional, a CONARCFE – Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador – e posteriormente e até os dias de hoje a ANFOPE³, têm papel fundamental no redirecionamento das discussões travadas no âmbito oficial que entendia a formação de professores como uma questão de formação de recursos humanos para a educação dentro da ótica tecnicista que imperava no pensamento oficial. (FREITAS, 2000, p. 138-139).

Nesta época, tinha como princípios gerais do movimento, a compreensão dos profissionais da educação sobre a necessidade de aproximar a concepção da forma de organização da escola à formação do educador, que estão interligadas às questões sociais e ao movimento dos trabalhadores pela construção de uma nova sociedade, justa, democrática e igualitária. Segundo Freitas (2000):

³ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. A ANFOPE defende uma discussão política global de formação dos profissionais da educação, contemplando a formação inicial, condições de trabalho, salário e carreira e formação continuada. Neste sentido, o Documento do X Encontro Nacional 2000 reafirmou os PRINCÍPIOS BÁSICOS para os cursos de formação dos profissionais da Educação.

[...] que a luta pela formação do educador, parte dos problemas vivenciados pelos trabalhadores que estão inseridas nas condições econômicas, políticas e sociais de uma sociedade marcada pelas relações capitalistas de produção e, portanto, profundamente desigual, excludente e injusta, que coloca a maioria da população em uma situação de desemprego, exploração e miséria. Destaca-se que no âmbito do movimento de formação surgiram concepções avançadas sobre a formação dos educadores, enfatizando o caráter sócio histórico dessa formação, a necessidade de um profissional de caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permita interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade. (FREITAS, 2000, p. 139).

Os debates relacionados à prática pedagógica exercida na escola iniciaram no final de setenta, destacando o tema da interdisciplinaridade no Brasil a prática pedagógica envolvendo a interdisciplinaridade destacou-se com a publicação da obra “Interdisciplinaridade e patologia do saber” (JAPIASSÚ, 1976) os trabalhos de Ivani Fazenda (1978).

No curso de Magistério passava horas e horas confeccionando os materiais didáticos. Nestes momentos minha mãe sempre me ajudava em cada detalhe, colorindo , pintando, montando cada peça, cada jogo, com maior carinho, pois sabia que, no outro dia, eu tinha que estar cedinho na escola. Minha mãe estava sempre presente, orientando e nos ajudando para um futuro melhor. E assim fortalecia, cada vez mais, o meu sonho, minha esperança de ser professora e conquistar um bom trabalho para retribuir aos meus pais a dedicação e o carinho que eles tiveram comigo. No término do 2º grau precisava fazer o vestibular para ingressar na universidade. Naquela época havia em Uberlândia apenas a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que era pública.

1.5 Como me tornei professora

Surge novamente à dúvida, qual curso escolher para fazer o vestibular. Estava insegura, imatura talvez. Resolvi cursar pedagogia, pois era uma complementação do curso de Magistério, que estava terminando no final do ano. Lembrei-me dos momentos de brincadeira de escolinha, da aula particular que eu dava para crianças com dificuldades em Matemática. Afinal, o curso de Magistério foi interessante e prazeroso.

No final de 1983, ingressei-me para o curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Uberlândia. Início de 1984, hora de arrumar emprego, preenchi currículo e encaminhei para as escolas particulares e a Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia (atualmente

Superintendência Regional de Ensino) ⁴. Estava ansiosa e precisava começar a trabalhar para ajudar meus pais. Enfim, consegui um emprego. Era a próxima da lista para ocupar uma vaga de contrato para o ano todo, na escola Estadual. Iria trabalhar na profissão para a qual havia me preparado e imaginado desde a minha infância. Trabalhando na educação e estudando no curso de Pedagogia. Um curso muito interessante que me ajudou a lidar, comigo mesma e com os meus alunos. Hoje, percebo que precisamos acreditar em nós mesmos.

Neste momento destaco as atividades que participávamos nos fóruns de licenciatura, seminários e debates que contribuíram para as discussões com a formação dos educadores. De acordo com Freitas (2000, p. 141) no contexto dessas discussões, as reformulações curriculares, particularmente no âmbito da formação de professores de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, no interior dos cursos de Pedagogia, cresceram e prosperaram com base nas concepções mais progressistas e avançadas. Aos novos desafios colocados para elevar a formação de professores de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental em nível superior, criando um fértil debate que se prolonga até os dias de hoje.

1.6 Momentos de encantamento

Durante a minha trajetória, sempre cuidei de organizar e planejar as minhas decisões em relação ao futuro. Trabalhei como professora na rede estadual durante 22 anos em diversas escolas estaduais. Todas foram de grande significado na minha trajetória: aprendizagem, experiência, carinho e amor dos meus alunos. Quando trabalhamos com crianças, nós aprendemos com elas, é uma troca recíproca.

Cada trajetória tem suas dificuldades, sua beleza e encantamento, mas no Centro Estadual de Educação para Diagnóstico, Recuperação e Trabalho de Uberlândia (CEEEU), foi especial. Era uma escola com poucos recursos, mas com profissionais muito competentes, humanos e responsáveis. Trabalhei com alunos com diversos comprometimentos, mas a vontade e o desejo de ser “igual” aos “ditos normais” eram surpreendentes. Passei a ver a vida de maneira diferente, aprendi muito com os alunos. Cada dia era proporcionado uma pequena conquista. Comecei a entender melhor os desafios que havia passado. Os cursos de Pós-Graduação em Educação Especial e da Psicopedagogia, me ofereceram embasamento teórico para desenvolver um bom trabalho com os meus alunos.

⁴ Sobre a atuação de SRE ver o site: sreuberlandia.educacao.mg.gov.br. Acesso em: 05/05/2018

Lidávamos com paciência, expectativa, ansiedade, força de vontade de cada um. Com um trabalho constante de toda a equipe composta de fisioterapeuta, psicólogo, pedagogo, professor de diversas áreas e outros, a equipe médica que atendia nossos alunos e a família. Hoje entendo que para mudar o mundo seria necessário oferecer oportunidades para as pessoas serem corajosas, solitárias e ter atitudes de carinho, amor às pessoas, como ser humano que sente, pensa e ama.

Mas, de acordo a iniciativa governamental a escola foi fechada e os alunos foram transferidos para as escolas de ensino regular. Segundo o documento referente à Declaração de Salamanca⁵, o ensino inclusivo passa a tornar-se obrigatório nas escolas públicas e privadas:

Principio fundamental da escola é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.05).

1.7 Trabalhos, estudos e oportunidades.

Atualmente, trabalho na Prefeitura Municipal de Uberlândia, como Pedagoga (Especialista da Educação). Trabalhando vários anos com alunos de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, constatei que a preocupação constante dos professores com os adolescentes é com a questão da indisciplina. Os alunos, nesta fase, apresentam-se com muita energia. Tudo é motivo de brincadeira e crítica.

Sendo assim, a indisciplina tem sido intensamente vivenciada nas escolas em diferentes situações como: brigas, xingamentos, *bullying* e outros. É uma fonte de estresse nas relações interpessoais, particularmente quando associada a situações de conflito em sala de aula. Mas, além de constituir um problema, a indisciplina na escola tem algo a dizer sobre o

⁵ Esta Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela conferencia Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994. Seu objetivo é informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial.

ambiente escolar e também sobre a própria necessidade de avanço pedagógico e institucional. Segundo Aquino (1998).

O aluno-problema é tomado, em geral, como aquele que padece de certos supostos "distúrbios psico/pedagógicos"; distúrbios estes que podem ser de natureza cognitiva (os tais "distúrbios de aprendizagem") ou de natureza comportamental, e nessa última categoria enquadra-se um grande conjunto de ações que chamamos usualmente de "indisciplinadas". Dessa forma, a indisciplina e o baixo aproveitamento dos alunos seriam como duas faces de uma mesma moeda, representando os dois grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar, e os dois principais obstáculos para o trabalho docente. (AQUINO, 1998, p.10)

O termo indisciplina é considerado para designar todo e qualquer comportamento que seja contrário às regras da escola e da sociedade, todas as vezes que o aluno desrespeitar alguma norma será visto como indisciplinado. Atualmente, trabalho na Escola Municipal Domingos Pimentel como Especialista de Educação (Pedagoga), com uma equipe dinâmica, criativa, interessada, que tem como objetivo proporcionar o ensino e aprendizagem dos alunos com qualidade, dinamismo e competência.

Consta que na vida quando você gosta do que faz, você trabalha com prazer, dinamismo e criatividade. De repente eu observei que já se passaram quatro anos que atuo nesta escola, trabalhando com as turmas de adolescentes, desenvolvendo projetos, realizando campeonatos, promovendo excursões, de acordo com os conteúdos trabalhados.

No ano de 2014, iniciei um projeto relacionado com um dos problemas da escola, a indisciplina, depois de muito pesquisar, observar e conversar com os alunos na E. M. Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa, notei que todas as atitudes de agressividade, brigas, tumulto, conflitos dentro da sala de aula, como fora, e também a falta de interesse, apatia, bilhetinhos constantes, ou sair da sala constantemente, as provocações, causando agitação na sala ou o oposto, o silêncio ostensivo, estavam entrelaçadas com a questão de valores humanos e de relacionamentos interpessoais.

Resolvi tentar um novo jeito de lidar com a indisciplina, e desde então comecei a desenvolver junto com a equipe de professores, estratégias para trabalhar os valores humanos na sala da aula, sabendo que existem causas da indisciplina que são de origem externas à escola, provocadas, por exemplo, pelos meios de comunicações, pela violência social e familiar, pelas drogas, o desemprego dos pais, o abandono dos pais ao educar seus filhos, a

permissividade, a falta de limites e, às vezes, o objetivo dos pais em relação à educação e a escola.

No início, a equipe de professores ficou meio desconfiada do projeto, talvez por não acreditar que seria possível mudar aquela situação. No entanto junto com a professora de ensino religioso, que iria trabalhar as relações interpessoais no conteúdo, começamos a colocar em prática o nosso objetivo, ou seja, despertar a conscientização dos alunos em relação à indisciplina, a partir de uma relação de confiança, levando em consideração à ética e o diálogo.

O projeto nasceu com um trabalho interdisciplinar, envolvendo os direitos aos valores humanos como: justiça, colaboração, amizade, respeito, solidariedade, amor e outras. No final de cada etapa do projeto é proporcionado um passeio fora da sala de aula ou da escola. No primeiro ano, poucos professores participavam, enquanto, hoje, todos solicitam para participar do projeto.

1.8 Considerações finais: conexões entre o passado e o presente

A escrita do memorial descritivo possibilitou-me estabelecer conexões entre o passado e o presente. Ao fazer esta viagem ao passado, não foi fácil, pois deixei para trás momentos que não foram relatados. Talvez, porque tivesse outro significado no contexto. Mas, nesta narrativa ressalto os caminhos trilhados que indicaram a minha ansiedade, dúvidas, inquietação, alegrias, tristezas e decepções; que são vistas no presente como aprendizagem, tudo que sempre desejei conquistar, até chegar ao Mestrado.

Os momentos relembrados, neste memorial representam um sonho que estava adormecido. No presente observo que todo o percurso foi permeado de persistência, determinação, coragem e amor; assim como, neste momento que amanhã será passado, vou revivendo a minha vida. Neste momento me encontro cheia de esperança, para desenvolver o projeto de intervenção pedagógica sobre um assunto relevante, que vem atender às necessidades das escolas, e certamente, será transformado e aperfeiçoado. Talvez, no futuro seja marcado na continuidade das minhas memórias e nas lembranças dos bons momentos vividos no Mestrado Profissional na Uniube.

2.0 PROJETOS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

2.1 Temas: EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS: Um Olhar Sobre o Tema Indisciplina no Contexto Escolar.

2.2 Justificativas

Não há ensino sem pesquisa, nem pesquisa sem ensino. Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e para comunicar o novo. (FREIRE, 1996, p.32)

Desde os primeiros tempos da existência os seres humanos, desafiam e enfrentam como conviver em grupos, estabelecendo maneiras de viver que se diferenciam em tempos e lugares, de acordo com as suas necessidades.

Ao longo da história, constatou-se que um dos aspectos fundamentais para a convivência em sociedade seria estabelecer, criar valores que norteiam princípios e regras específicas, que regulam os comportamentos e determinam os direitos, deveres e obrigações das pessoas. A disciplina está presente na organização da formação dos sujeitos desde a Modernidade. Para Foucault (2002), a disciplina designa algo complexo e está diretamente ligado com o exercício de poder. Para ele a disciplina individualiza, cronometra, adentra os movimentos, tornando os corpos “dóceis”, produtivos, eficientes. A instituição escolar e a Pedagogia servem a este propósito, atuando em conjunto com outros órgãos institucionais e científicos da sociedade. Para Foucault (2009):

A disciplina é uma técnica de exercício de poder que foi não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. Historicamente as disciplinas existiam há muito tempo, na Idade Média e mesmo na Antiguidade. (...) Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens (...) um modo de controlar suas multiplicidades, utilizá-las no máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los. (FOUCAULT, 2009, p.105).

Segundo Foucault (1999) desde a Idade Moderna a concepção de homem passa a ser analisado como um objeto, oferecendo a possibilidade de ser modificado e moldado conforme

as exigências das instituições. Modificações que são observadas nas análises dos documentos históricos nas instituições do exército, nas fábricas, nos hospitais, nos asilos e nas escolas. Os homens nestas instituições passam a ser “doutrinado”, “dominado”, cumprindo normas e regras, seguidas de punições. Conforme esclarece Foucault (1999, p.42) “é um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas”. Segundo o autor:

[...] nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 1999, p.119).

Para Foucault (2009) essa “fabrica” de corpos é denominada de “disciplina”, de modo a corrigir, delinear, formar ou reformar os corpos, tornando-os úteis, dóceis e aptos às diversas atividades. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas.” (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Foucault chamou esses métodos de a arte das distribuições, em que a escola por meio da disciplina molda os alunos deste o momento em que organiza a distribuição dos mesmos, utilizando estratégias, que obtenha alunos cada vez mais disciplinados e submissos, obedecendo e não infligindo as normas estabelecidas pela instituição. Esses métodos estão divididos em quatro momentos que se relacionam complementando entre si.

Primeiro: o princípio de clausura, ou a cerca: isto é, um lugar fechado em si mesmo. Por exemplo: Colégios: o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito.

Segundo: quadriculamento: cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um.

Terceiro: localizações funcionais: lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil.

Quarto: fila: a ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; alinhamento das classes, de idade, umas depois das outras; das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldades crescentes. (FOUCAULT, 2009, p. 140).

Atualmente as escolas apresentam vestígios das técnicas mencionadas por Foucault, pois até hoje o aluno ainda ocupa um espaço na sala de aula, cada carteira para um aluno, lugar escolhido pelo professor, para controlar e vigiar o seu comportamento e as suas atitudes diariamente, neste lugar ele deverá realizar as atividades em que possa ser avaliado e observado. Na escola e nas outras instituições sociais as filas ainda predominam filas para entrada, carteiras enfileiradas, filas para o refeitório, filas para a saída e outras. Assim como os horários pré-determinados, como o início das aulas, a cada cinquenta minutos há troca de professores, com horário determinado de cada disciplina, intervalo e término das aulas. Para complementar a vigia hierárquica e as punições, as observações são registradas em forma de ocorrências que são arquivadas nos registros dos alunos, acompanhadas de advertências, suspensões e outros.

Entretanto as filas e os horários determinados são uma antiga herança deixada pelas técnicas disciplinares. Segundo Foucault (2009):

Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes ínfimas, mas que têm sua importância: porque definem certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova “microfísica” do poder; e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social por inteiro (FOUCAULT, 2009, p. 134).

Nesta perspectiva disciplinar de uma sociedade em que predomina a ordem, onde tudo e todos serão observados e percebidos. Segundo Batista (2015) surge à disposição arquitetura das escolas mencionada por Bentham, que almejava uma fiscalização mais eficiente e constante, facilitando a hierarquia do poder (diretor, professor e funcionários da escola) a facilidade de vigiar sem fazer esforço, devido à disposição da arquitetura do prédio da escola. Segundo Foucault (2009) o panóptico, seria o ápice do poder disciplinar perfeito.

De acordo com Batista (2015) essa arquitetura mencionada por Bentham e Foucault (2009) assemelha ao modelo de escola na nossa atualidade, na qual as salas de aulas são organizadas uma ao lado da outra formando um corredor grande, corredores abertas nas laterais possibilitando que alunos e professores sejam observados pelo diretor, os pátios são abertos favorecendo a visão em diversos pontos; o formato da estrutura da escola tem com imagem um “U” ou uma forma “retangular” com o pátio no centro.

Entretanto essa rede de hierarquia disciplinar que se estabelece no contexto escolar, também é manifestada dentro da sala de aula, na relação recíproca entre aluno e professor como: a “cola”, a simulação, o vandalismo, o arremedo, dentre outros atos de contestação. (DAMETTO; ESQUINSANI, 2009, p. 106).

Na perspectiva de Dametto e Esquinsani (2009) a indisciplina é evidenciada influenciando no processo de ensino e aprendizagem; “[...] poder produz saber [...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não supunha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 30).

Na história da educação no ensino tradicional, o professor era o portador e transmissor de conhecimento, durante o processo de ensino aprendizagem, enquanto os alunos não passavam de meros receptores, ouvintes e passivos. O professor na visão de Dametto e Esquinsani (2009, p.30) possuía uma posição superior aos seus alunos, à própria organização do espaço da sala de aula dava lugar de destaque ao professor, colocando-o a frente, dando-lhe a palavra cuja pronúncia silenciava os demais. Esta posição, embora pareça favorável como uma espécie de “vantagem tática”, acabou por gerar uma propensão ao confronto e à resistência dos alunos.

Para Dametto e Esquinsani (2009) alguns alunos representados pelos “assujeitados” possuíam uma posição de passividade. Isto é, na prática pedagógica os alunos podem aderir ou resistir diante de determinadas situações. No que se refere à resistência dos educandos, o comportamento que mais se evidencia é a indisciplina. Definida por um comportamento desordenado, contraponto direto do modelo engendrado pelo poder disciplinar, mas esta não é a única forma de burlar a ação disciplinadora, soma-se à indisciplina uma série de mecanismos como uma das formas de enganar as posturas disciplinadoras e tradicionais que estão camufladas nas práticas pedagógicas.

Para controlar a indisciplina Pimenta (2012) relata que o professor possuía “certo status”, era considerado superior aos seus alunos, tinha na sua função o poder de castigar os que desobedecessem às regras. Sua metodologia era rigorosa, com exercícios repetitivos e provas. Os castigos predominavam, os alunos que não cumprissem as regras recebiam castigos dos professores e dos pais. Naquele momento o professor era considerado fundamental, inquestionável, todos davam total apoio ao trabalho do professor. As salas de aula eram idealizadas como espaços silenciosos, os alunos aprendiam no mesmo ritmo sem

apresentar dificuldades, a escola era elitista, ou seja, nem todas as crianças tinham acesso à escola.

[...] o contexto histórico da época era diferente da atual, a escola era para poucos, escola elitista, regime militar, onde só permanecia quem se adaptasse a ela. Escolas extremamente militarizadas no seu funcionamento diário, tendo como metodologia as ameaças e os castigos, assim era obtido o chamado respeito que tanto é desejado hoje. A escola não era obrigatória e se uma criança não estudasse não fazia diferença para a sociedade. (PIMENTA, 2012, p.26).

Fatores como o medo, a ameaça, a punição contribuem para manter a disciplina na sala de aula, castigos violentos (físicos e psicológicos) eram aplicados sem o menor pudor, os educandos não podiam contestar, não tinham liberdade de expressão nem ação.

Segundo Foucault (2009) o aluno na escola torna-se um objeto de controle e condicionamento. A escola utiliza-se de todas as estratégias para adequar o aluno dentro das normas estabelecidas pela instituição, àquele que rompe, ou ameaça as regras são punidos e corrigidos. Na questão pedagógica, o sucesso do aluno é caracterizado por meio dos testes, das avaliações, dos relatórios, dos boletins, dos gráficos valorizando-o ou discriminando-o como aluno problema ou indisciplinado.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. Um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que em todos os dispositivos de disciplina o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (FOUCAULT, 2009, p. 164-165)

Diante deste prisma, verifica-se que para Foucault (2009) os exames de avaliações propostos pela escola é uma das técnicas de hierarquia utilizada que puni, vigia e controla o indivíduo expressando o poder do professor em relação ao aluno. A indisciplina busca romper com os paradigmas da escola tradicional, de uma Pedagogia vista como ineficiente, um sistema de ensino que tinha como objetivo transmitir os conhecimentos preestabelecidos nos currículos, que representavam uma ruptura com os conhecimentos adquiridos fora da escola, o

aluno deveria subordinar-se aos conhecimentos repassados pelos professores e os livros, proporcionando uma ruptura entre a aprendizagem escolar e a vivência.

Nesta perspectiva, na busca pela inovação a escola passa a incentivar as atividades dos próprios alunos pelo conhecimento, o aluno passa a ser o centro das atenções. Para Martins e Duarte (2010):

[...] o papel e a função dos professores mudam radicalmente, pois eles não devem mais dirigir o processo pedagógico, mas acompanhar, auxiliar, assistir as crianças. Sua atividade anterior era o ensino, sua preocupação era se o conteúdo da disciplina foi eficientemente transmitido. Agora, sua atividade muda, ela deve fluidificar-se, se essa imagem nos ajuda. Isso quer dizer que deve, como um líquido, assumir qualquer forma. Nesse caso, a forma da atividade dos alunos. O professor da Escola Nova manipula o ambiente escolar e traz conhecimentos que possam enriquecer e favorecer a busca das crianças pelo que elas desejam saber. (MARTINS; DUARTE, 2010, p.70).

Constatamos nos relatos de Martins e Duarte (2010), que a função do professor passa a ser de acompanhar, orientar, conduzir o processo de ensino aprendizagem, despertando nas crianças o desejo de buscar novos conhecimentos.

De acordo com a Constituição Federal cabe ao Estado, assim como aos pais ou responsáveis a obrigação de matricular seus filhos na escola pública no ensino fundamental. O Estatuto da Criança e do Adolescente⁶, aprovado em 13 de julho de 1990, principal documento normativo do Brasil que representa os direitos da criança e do adolescente tem como objetivo apresentar os direitos da criança à educação:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Direito de ser respeitado por seus educadores;
- Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990, p.40)

⁶ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 05/05/2018

Constatou-se assim, que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) assegurou a proteção integral da criança e do adolescente passando a ser vistos como sujeitos de direitos, destacando a responsabilidade da família, sociedade e do Estado em estabelecer condições para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, acesso a educação, preparando-os para o exercício da cidadania e para a qualificação do trabalho.

Os educadores preocupados com as crianças e os adolescentes enfatizam a necessidade da participação dos pais e a responsabilidade da família na educação dos filhos; culpabilizando-os que ao deixarem as crianças o dia todo nas creches, atualmente em escolas de educação infantil ou com babás. Quando retornam, chegam cansados e sem paciência com os filhos e não dedicam na orientação dos seus estudos. Como consequência desta situação de omissão dos pais, as crianças ou adolescentes chegam à escola cada vez mais carente, agressivas, sem limites, sem respeito ao próximo e sem saber seguir normas que são impostas. Como afirma Pimenta (2012):

Outro fator que contribuiu imensamente para a indisciplina é o fato de os pais passarem menos tempo com os filhos. “[...] por várias questões e, principalmente, as econômicas a dona de casa foi obrigada a ir para o mercado de trabalho, ocasionando uma fenda no tempo para com os filhos, não permitindo o acompanhamento mais de perto do desenvolvimento em relação a questões de valores para as crianças. Instala-se uma verdadeira crise de autoridade na educação.” (PIMENTA, 2012, p.19).

Os profissionais de educação mencionam a família como principal responsável pela indisciplina na escola, por estar constantemente ausente, não conseguindo estabelecer limites, a estrutura da familiar está rompida. A educação não se dá só na escola, mas na família, na igreja e em outros espaços sociais. Porém é na família que as crianças recebem as primeiras noções de regras, de socialização, ordem e disciplina. Por meio destas noções básicas podemos evidenciar as atitudes e comportamentos dos educandos na escola. Os professores, ao longo do tempo, passaram a assumir uma função que não fazem parte da sua profissão, como analisa Boarini (2013):

Entender que o professor não faz da escola uma extensão do lar é outro ponto que merece revisão. São funções diferentes. O professor é preparado e especializado ao longo de um período para compartilhar com o aluno a produção e sistematização do conhecimento. É o que denominamos de profissionalização, que deve ser exercida em sintonia com as políticas públicas de educação. Até nossos dias não consta que, para exercer a função

materna e paterna, obrigatoriamente os interessados devem passar por aprovação em cursos especializados para esse fim. Cada pai/mãe educa seus filhos a sua maneira. Ainda que eventualmente o professor, sobretudo das séries iniciais, tenha que atender algum imprevisto estranho a sua formação, isso não o faz necessariamente substituto da função paterno-materna ou das funções parentais. São atribuições diferentes, embora devam caminhar para uma mesma direção. (BOARINI, 2013, p.125)

Diante desta perspectiva, Boarini (2013) explana que o professor é um especialista da educação, preparado para compartilhar com o aluno o conhecimento, sistematizando-o, mas quando necessário ele pode atender aos imprevistos que surgem principalmente nas séries iniciais, não significando que será um substituto das funções dos pais. Saviani (2000) enfatiza que o “professor será o mediador do conhecimento científico na escola”, construindo práticas pedagógicas na construção do conhecimento, fundamentada nos processos de produção, transmissão e assimilação; o currículo educacional.

Ao analisar o currículo das escolas, consideramos a multiplicidade de interpretações e conceitos existentes. Na perspectiva de Sacristán (1998), o currículo é o cruzamento de práticas diversas e se modela dentro de um sistema escolar concreto. A forma real que o materializa e o cristaliza no contexto escolar é fundamentada na realidade que é construída por aqueles/as que dele se apropria.

Por isso argumentamos que o currículo faz parte, na realidade, de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino; ações que são de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de criação intelectual, de avaliação, etc., e que, enquanto são subsistemas em parte autônomos e em parte interdependentes, geram forças diversas que incidem na ação pedagógica. Âmbitos que evoluem historicamente, de um sistema político e social a outro, de um sistema educativo a outro diferente. Todos esses usos geram mecanismos de decisão, tradição, crenças, vão penetrando nos usos pedagógicos e podem ser apreciados com maior clareza em momentos de mudança. (SACRISTÁN, 1998, p.22).

Corroborando Sacristán (1998), argumenta que a escola se organiza amparada por um currículo. Mas, este currículo não está presente na escola por acaso. Ele é construído nas relações sociohistóricas delineadas no âmbito da escola, portanto, o que ele pedagogicamente determinará é resultado da concepção de currículo que é construída no interior da unidade escolar pelos sujeitos que dela participam e que são os seus atores no processo da elaboração das suas práticas educativas.

O currículo é um direito dos alunos e os professores devem segui-lo em vez de excluí-los das suas disciplinas. Para Sacristán (1998), o currículo educacional não pode deixar de pretender, em sua implementação:

- Ampliar as possibilidades e referências vitais dos indivíduos seja lá de onde vieram. Crescer e se abrir para mundos de referências mais amplos deve ser uma possibilidade para todos, ainda que isto se dê de maneira distinta e medidas desiguais.
- Transformar as crianças em cidadãos solidários, colaboradores e responsáveis, fazendo com que tenham experiências adequadas e sejam reconhecidas como cidadãos enquanto são educadas.
- Fomentar nas crianças posturas de tolerância durante o próprio estudo das matérias o que implica a transformação destas.
- Torná-los consciente da complexidade do mundo, e de sua diversidade e relatividade da própria cultura, sem renunciar à sua valorização também como “sua”, a valorização de cada grupo, cultura, país, estilo de vida, etc.
- Capacitá-los para a tomada democrática de decisões. (SACRISTÁN, 1998.p.25)

Na concretização e na implementação do currículo, Sacristán (1998) defende uma mudança significativa na estruturação dos mecanismos atribuídos a escola, como dos livros didáticos que impõem e propõem determinados conteúdos; o poder cultural dos professores, muitas vezes, que se embasam ainda no tradicionalismo; além dos documentos impostos pelas autoridades educacionais, das normas e regimentos educacionais e os critérios de notas para o desempenho mínimo. Este problema está presente nas discussões das reuniões pedagógicas e são preocupações frequentes, sendo considerado um obstáculo para o avanço pedagógico no ambiente escolar. Outro fator de extrema preocupação na escola, ressaltado constantemente e diariamente nas reuniões pedagógicas é a indisciplina escolar.

De acordo com Garcia (1999, p.56) a indisciplina escolar apresenta-se como uma “fonte do estresse nas relações interpessoais, particularmente quando associada a situações de conflito em sala de aula”. Diante desta perspectiva histórica, ressalto que a indisciplina sempre esteve presente em todo espaço formal que envolve o processo de ensino – aprendizagem é uma preocupação desde as épocas passadas de como era difícil ser professor devido à indisciplina dos jovens. Segundo o autor o aluno indisciplinado hoje deveria ser visto como:

[...] o aluno contestador, membro de uma sociedade que esta em processo de superação de uma cultura de repressão, este aluno deveria ser visto como

aquele que não se conforma com as aulas que considera enfadonha, desatualizada, teórica, ou as relações autoritárias, desumanas, ou frias que permanecem dentro das escolas. (GARCIA, 1999, p.103).

A indisciplina, baseado nas concepções de Garcia (1999) é representada pelos alunos contestadores que se manifestam diante de um processo de superação de uma cultura de repreensões transmitidas na escola, relações autoritárias, desumanas e desatualizadas, rompendo com as velhas práticas, pois as mesmas estão ultrapassadas perante o atual momento histórico. É preciso observar atualmente o ambiente escolar que proporcionamos aos alunos, pois as necessidades dos grupos são diferentes, mas é preciso oferecer conhecimentos significativos a todos.

A educação escolar contribui para a socialização, através da conservação ou transformação da cultura, do conhecimento e dos valores, proporcionando a reflexão e a autonomia do educando. Uma educação inserida numa sociedade diversificada, repleta de uma multiplicidade de comportamentos e relações, que levam a existência de preconceitos e discriminações provocando conflitos e a violência.

Diante dessa ideia sublinhamos o significado da palavra indisciplina. De acordo com o Dicionário Bueno (2007, p.432) é um procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; revoltar, sublevar, desmoralizar, insubordinar. Para o Dicionário Bechara (2011, p.708) indisciplina é a falta de disciplina, desobediência, insubordinação e rebeldia. Para aprofundar o nosso conhecimento analisei alguns dicionários de filosofia, sobre a definição do conceito de disciplina. Segundo o Dicionário Abbagnano (2007, p.289) é uma função negativa ou coercitiva de uma regra ou de um conjunto de regras, que impede a transgressão à regra. "a coerção graças à qual a tendência constante a transgredir certas regras é limitada e, por fim, destruída". Aquino (1999) questiona a visão da indisciplina na escola:

“[...] a visão hoje, quase romanceada da escola como lugar de florescimento das potencialidades humanas parece ter sido substituída, às vezes, pela imagem de um campo de pequenas batalhas civis; pequenas, mas visíveis o suficiente para incomodar.” Tais batalhas interferem na maneira de os professores pensarem a sala de aula. Os estudos mostram que para os educadores é necessário organização e normatização das atividades e das relações em sala de aula para que a aprendizagem dos conteúdos curriculares se efetive, o que implica submissão e adequação de comportamentos segundo expectativas docentes. O fracasso na constituição da disciplina na escola se revela para os docentes um entrave para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, para a qualidade de ensino e para a formação ética dos alunos. (AQUINO, 1999, p.40).

A concepção filosófica de Aquino (1999) discute a visão da escola em relação à indisciplina no contexto escolar, deixando de ser o desenvolvimento das potencialidades humanas tornando-se pequenas batalhas diárias, questionando a submissão e adequação de comportamentos que são submetidos os alunos para atingir a aprendizagem, provocando assim, o fracasso no processo ensino aprendizagem. Enquanto que perspectiva de Zechi (2008), a indisciplina e a violência escolar são consideradas uma brutalidade, aquilo que vai contra a natureza do outro. É a brutalidade caracterizada pela força física ou por ato psíquico e que caracteriza relações intersubjetivas e sociais. Relações essas que se caracterizam pelo medo, pela opressão, pelo terror ou simplesmente pela intimidação.

Na perspectiva teorizada por Bourdieu (1975), a educação escolar reflete a violência simbólica, as ações dos sistemas de ensino são de violência não explícita presentes constantemente nas relações das camadas sociais. Essas relações são reproduzidas pela sustentação da cultura dominante que mantém a desigualdade e conserva o autoritarismo. A relação à sala de aula e à escola, a discriminação aos colegas e o preconceito para com as diferenças socioeconômicas é representada como uma violência simbólica. Segundo Bourdieu e Passeron (1975) trata-se de um tipo de violência, provocando o constrangimento, exercida com a cumplicidade de um grupo, ela acontece na imposição de conteúdos, crenças, valores etc., pertencentes a um grupo dominante, por meio da instituição escolar, fazendo com que a reprodução desta violência simbólica continue como um ato natural. Por isso, as relações conflituosas constantes na educação escolar também reproduzem a violência e, assim, a indisciplina escolar. Segundo Zechi (2014):

Em decorrência, podemos considerar a violência praticada pelos alunos na escola como um protesto contra a violência simbólica praticada pela instituição escolar e uma forma de contestar a exclusão que a instituição opera seus mecanismos disciplinares e punitivos autoritários. Diante da violência da escola, os alunos reagem agressivamente em busca de uma ruptura com a ordem excludente e injusta estabelecida. Novamente, então, faz sentido afirmar que a análise da violência escolar depende de uma abordagem contextual das relações estabelecidas no cotidiano escolar. (ZECHI, 2014, p.25)

Numa outra concepção, a violência ou indisciplina escolar pode ser vista como:

[...] agressões que se repetem cotidianamente, a falta de polidez, as transgressões dos códigos de boas maneiras ou da ordem estabelecida se denominam “incivilidades”, ou seja, atentados cotidianos ao direito individual de ser respeitado como pessoa, diferenciando-as de condutas

criminosas ou delinquentes. Eles afirmam que a violência decorre da falta de controle sobre as condutas e da ausência de civilidade. (ZECHI, 2008, p.19)

Assim, para Zechi (2008), a indisciplina está associada à violência, sendo agressões que transcorrem diariamente, apresentam várias conotações e interpretações pelos sujeitos da educação, sejam docentes, discentes, gestores. Embora sejam duas categorias diferentes, a indisciplina está intimamente ligada à violência.

A violência e a indisciplina escolar podem e são interpretadas conforme concepções teórico-metodológicas de educação. Portanto, não há um significado único para a denominada indisciplina escolar. Numa interpretação sociológica de acordo com Zechi (2008), a indisciplina rompe com os mecanismos de regularidade que à escola impõe, pois são por meio dessa regularidade que são estabelecidos os princípios, as normas que devem ser seguidas, ou seja, o que é ou não permitido no comportamento escolar. A autora ainda enfatiza que a violência e a indisciplina escolar significam um desafio para inúmeros países. Na Europa, o assunto é debatido desde os anos 1980 e ganhou importância nos anos 1990, especialmente com a criação do Observatório Europeu de Violência Escolar, em 1998. No Brasil, o debate sobre esses fenômenos ganhou destaque em estudos acadêmicos nos anos 1980. Entretanto, foi a partir da década de 1990 que ocorreu um aumento significativo da produção reflexiva sobre a violência e a indisciplina escolar. (ZECHI, 2014, p. 18).

Para Zechi (2014) além das implicações produzidas nas relações entre professores e alunos, a indisciplina relaciona-se à implementação do currículo. Por conseguinte, embora a indisciplina possa ser uma demonstração de desinteresse do aluno pela escola, pelo conhecimento, pelas relações e por si mesmo, ela também precisa ser compreendida como uma expressão de inadequação da própria escola, das suas práticas e do currículo. Sendo necessário ocorrer mudanças nas práticas pedagógicas, construindo um ambiente de convivência e aprendizagem, dando prioridades à realidade e necessidades do educando. Segundo a autora (2014.p.21) “não podemos confundir atos de violência, que têm como finalidade causar dano ao outro, seja pessoa ou patrimônio, com atos de indisciplina, ou seja, transgressão aos acordos pedagógicos e normas escolares”.

Segundo o dicionário sociológico francês Dubet (1997, p.89): “A disciplina é conquistada todos os dias, é preciso sempre lembrar as regras do jogo, cada vez é preciso reinteressá-los, cada vez é preciso ameaçar, cada vez é preciso recompensar”. Na perspectiva de Estrela (1992), a indisciplina escolar transcorre da desorganização proveniente da ruptura das normas propostas e estabelecidas, da perturbação ao nível do funcionamento da aula.

Partindo desta análise constatou-se que os professores reclamam constantemente do problema de indisciplina, mas mantem a mesma postura e atitudes perante o problema, como se estivessem cansados de tentar e não conseguir resolvê-los. Alguns questionam a busca de estratégias prontas, como um manual ou receitas práticas, que pudessem ser aplicados com sucesso nas salas de aula; sanando os problemas de indisciplina e as dificuldades de aprendizagem. Segundo Pirola e Ferreira (2007, p. 90) “embora os professores se queixem e falem com frequência sobre a necessidade da escola de buscar novas estratégias para sanar o problema de indisciplina, não se observa neles uma referência na escola no sentido de repensar a prática cotidiana”.

Nesta perspectiva, refletindo sobre a minha trajetória de educação como pedagoga, em várias escolas e atualmente na Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa de Uberlândia, MG, constatou-se que nesta escola também apresentava a dificuldade dos profissionais da educação em lidar com a indisciplina na sala de aula e a constante busca por estratégias para solucionar ou minimizar o problema. Para Sampaio (1997, p. 5), o problema da indisciplina escolar para ser resolvido é necessário esclarecer a escola quais são os “comportamentos que consideram aceitáveis, sob o ponto de vista pedagógico e social, para aquelas pessoas, naquele contexto”.

O projeto de intervenção pedagógica com a finalidade de promover a mediação de conflitos na escola, na busca por estratégias para solucionar a indisciplina, proporcionou aos professores momentos de reflexão, de diálogo junto com os jovens, adolescentes, e outros profissionais. Levando em consideração que os educandos não são iguais, possuem valores, crenças e saberes diferentes, e por isso devem ser considerado como “cidadão produtor cultural, capaz de aprender, conosco, mas também de nos ensinar.” (SAMPAIO, 1997, p. 2).

Construindo um projeto envolvendo todos os educadores, gradativamente, buscando alternativas para melhorar a disciplina, despertando o interesse, descobrindo e valorizando cada aluno e profissional, de acordo com a suas habilidades e aptidões. Zechi (2014) para se construir um processo de ensino aprendizagem é necessário proporcionar a autonomia, favorecendo oportunidade para a construção da relação professor/aluno, sem conflito, oportunizando a disciplina sem imposições.

Compartilhando do pensamento de Sacristán, o projeto de intervenção pedagógica promoveu estratégias direcionadas para o processo de ensino aprendizagem, favorecendo as condições de liberdade, respeito, valorização pelas diferenças, justiça promovendo uma cultura de paz e combatendo a violência. De acordo com Sacristán (1998):

A importância fundamental do currículo para escolaridade reside no fato de que ele é a expressão do projeto cultural e educacional que as instituições dizem que irão desenvolver com os alunos [...] A educação não consegue deixar de ser o impulso humano que projeta seus desejos e aspirações [...]. Trabalhamos por algo que valorizamos porque queremos e acreditamos que com a educação melhoramos os seres humanos aumentamos seu bem estar e desenvolvimento econômico, atenuamos suas deficiências sociais, contribuimos para a redenção do ser humano, sua liberação. A educação pode, inclusive, ser um instrumento para a revolução silenciosa da sociedade com base em um projeto iluminista e emancipador. Esse impulso ou tendência ao crescimento ou melhoria de alguma forma deve ser traduzido no currículo que será desenvolvido. (SACRISTÁN, 1998, p.24).

A concepção filosófica de Sacristán (1998) corroborou com o projeto de intervenção pedagógica que acredita que a educação contribui para o desenvolvimento do ser humano, melhora as suas deficiências sociais e econômicas, eleva o educando a conquistar as suas aspirações e os seus desejos. Para o autor o currículo apresenta uma multiplicidade de agentes, levando em consideração a realidade vivenciada, uma reflexão constante sobre a prática aplicada, envolvendo planejamento, a práxis e a avaliação; é fundamental perceber a neutralidade do currículo, qual a ideologia presente nos sistema de valores, de crenças e de ideias que embasam o sistema curricular; o autor ainda enfatiza que a educação pode ser utilizada como uma ponte para a revolução política, social, cultural e econômica.

Conforme ressalva Machado (2000, p.02) “etimologicamente, a palavra projeto deriva do latim *projectus*, particípio passado de *projicere*, significa algo como um jato, lançado para frente”. Enfatizo, que o ser humano conforme desenvolve a capacidade de programar ações, estipular metas a serem alcançadas ao longo da sua vida, parte das suas vivências de valores lhes atribuídos, historicamente, como uma contínua busca para a superação ou por uma pretensão, construindo passo a passo o seu projeto de vida.

Nesta sociedade pluralista enfrentamos preconceitos, discriminações, logo a resolução para os conflitos, a prevenção da violência, é necessário o constante diálogo. De acordo, com Freire (1987), pressupõe um exercício de humildade como também, a participação efetiva dos sujeitos, socialmente constituídos, onde uns reconhecem os outros, onde a ação do ser humano sobre os objetos é delineada com base no princípio da alteridade, aspecto importante na construção de práticas educativas reflexivas, uma vez que uma prática educativa dialógica implica uma vivência interdisciplinar.

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias e serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1987, p. 79)

O projeto de intervenção pedagógica partiu do princípio de Freire (1987) que a prática pedagógica envolve o diálogo e a interdisciplinaridade como fator fundamental na transformação e humanização do sujeito. A interdisciplinaridade torna-se possível um exercício mais amplo da compreensão e do entendimento humano. O conhecimento fragmentado dificilmente proporcionará aos educandos a capacidade de reconhecer e enfrentar os problemas da atualidade, a essência da proposta interdisciplinaridade parte de um reconhecimento da decadência das disciplinas. A interdisciplinaridade para Fazenda (1991) é uma atitude pedagógica que tem como princípio a humildade, na busca de soluções, no exercício do pensar, do construir prevalecendo o diálogo com a finalidade de inovar, criar, desafiar e desvendar o novo saber.

Atitude de busca de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera perante atos não consumados; atitude de reciprocidade que impele à troca, ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo; atitude de humildade diante da limitação do próprio saber; atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes; atitude de desafio diante do novo, desafio de redimensionar o velho; atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e as pessoas neles implicadas; atitude, pois, de compromisso de construir sempre da melhor forma possível; atitude de responsabilidade, mas, sobretudo de alegria, revelação, de encontro, enfim, de vida. (FAZENDA, 1991, p. 14)

Partindo das análises realizadas a proposta de intervenção pedagógica, baseou-se nas concepções de Fazenda (1991), buscando uma atitude diferenciada diante do desafio que envolve a indisciplina. Visando despertar um olhar diferenciado sobre o tema indisciplina no contexto escolar, tendo como finalidade despertar nos educandos atitudes ou virtudes, propondo novas metas pedagógicas que poderão contribuir para o aprimoramento das relações interpessoais entre professores e alunos e entre os próprios alunos. Eliminar desrespeito, a inveja, a prepotência, a injustiça e adotar respeito, solidariedade, amizade e cooperação é a ideia de base na busca de uma nova espiritualidade, ancorada num sistema de conhecimento interdisciplinar.

Portanto neste projeto de intervenção pedagógica, entendemos por Educação em Valores Humanos todas as ações educacionais voltadas para uma Educação em Direitos humanos, Ética e cidadania. Consideramos que a escola tem um papel fundamental na mediação da violência e da indisciplina, sendo assim é necessário que os profissionais de educação transformem suas atitudes e deixem de usar medidas apenas repreensivas, passando a exercer a função de educador, ou seja, aquele que promove a educação integral do aluno, despertando a consciência na aquisição do conhecimento. Contudo, refletindo sobre estas posturas foi elaborado o projeto de intervenção pedagógica proporcionando estratégias educativas objetivando superar o problema de indisciplina no contexto escolar.

2.3 Problemas e objetivos da pesquisa

Manter a disciplina em sala de aula, particularmente nas turmas formadas por adolescentes, em geral, está cada vez mais difícil, atualmente os (as) alunos (as) são mais independentes, mais “rebeldes”. Os docentes se queixam que têm muita dificuldade em compreender e colocar em prática as regras de convivência que são estabelecidas por todos que fazem parte da comunidade escolar. A família e a sociedade, muitas das vezes, não conseguem estabelecer regras, limites ou um diálogo com os adolescentes envolvendo as suas atitudes em casa ou dentro do ambiente escolar.

O trabalho proposto foi realizado na Escola Municipal Professor Domingos Pimentel de Ulhõa, no município de Uberlândia (MG), e foi elaborado devido à extrema importância desta temática em nossa atualidade e pela demanda de muitos profissionais da educação que encontram dificuldades para lidar com a indisciplina dentro e fora da sala de aula.

Depois de observar, na escola onde atuo, e analisar as atitudes dos (as) adolescentes, os comportamentos, suas ações, evidenciaram que os “valores ensinados” durante a trajetória de vida dos alunos se perdiam ou transformavam. Era necessário realizar a conscientização da importância dos valores humanos para o nosso cotidiano, despertando os valores que estavam “esquecidos” junto a sua bagagem de vivências; mudando o olhar dos adolescentes perante o comportamento indisciplinado, envolvendo e consolidando uma postura mais ética, humana e respeitosa para com o outro. Campos cita Hall (1844-1924) como o pai da “Psicologia da Adolescência” ao afirmar:

Os principais estágios para Hall são primeira infância, infância, juventude e adolescência. A juventude-de 8 a 12 anos-conhecido como “pré-

adolescência”. Adolescência é o período que se estende desde a puberdade, 12 e 13 anos até atingir o estágio adulto pleno. Hall descreveu a vida emocional do adolescente como uma oscilação entre tendências contraditórias como energia, exatidão e superatividade como são seguidos por indiferenças, letargia, desprezo, alegria exuberante, gargalhadas e euforia cedem lugar à disforia, depressão e melancolia e assim por diante. (CAMPOS, 1998, p.73)

No contato com adolescentes, refleti sobre os principais estágios mencionados por Campos (1998), que descreve a vida emocional dos adolescentes, suas oscilações, suas contradições desde a alegria exuberante até a melancolia e depressão. Diante destes estágios de oscilações constantes nos educandos, diversas perguntas me angustiaram, por vários anos, levando-me a refletir e a questionar: como enfrentar o problema da indisciplina no ensino fundamental II (6º ao 9º ano), consolidando e ressignificando o respeito aos valores humanos na sociedade brasileira contemporânea, marcada por diversas formas de violência que atingem, sobretudo, os jovens?

Buscando compreender o tema, formulamos os seguintes questionamentos:

- Será que é possível resolver o problema da indisciplina na escola?
- Qual estratégia que poderia ser utilizada para fazer com que os (as) alunos (as), compreendam que fazem parte do processo educacional?
- É possível tornar o ambiente escolar mais atrativo e confiável?
- Como conscientizar e consolidar valores relacionados ao respeito, à ética, à solidariedade, à união e outros no ambiente escolar.

Partindo destas inquietações e angústias, formulamos a proposta de intervenção pedagógica pautada numa “Educação em valores humanos, construindo um olhar sobre o tema indisciplina no contexto escolar”. Destaco assim Bechara (2011, p.1035), que afirma que o “projeto é um plano para se fazer algo para um futuro próximo ou remoto”, é o esboço de uma ideia; é “tudo aquilo que deseja fazer dentro de um plano estabelecido”, é a concretização da ideia na ação.

Foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os fatores causadores da indisciplina escolar.
- Compreender as concepções da equipe pedagógica e dos alunos em relação aos significados da indisciplina escolar.

- Criar diferentes estratégias pedagógicas para desenvolver os valores humanos, o respeito e compreensão das normas escolares.
- Promover a interdisciplinaridade e transversalidade no tratamento dos temas transversais, em especial a ética, a solidariedade e o respeito ao outro.
- Proporcionar aos alunos vivências voltadas para a valorização da autoestima, do autoconhecimento, das relações interpessoais que favoreçam a mudança de concepções e de atitudes em relação aos outros.

Visando aperfeiçoar a fundamentação teórica, foi realizada uma revisão bibliográfica baseada em concepções desenvolvidas por Aquino (1999), Zechi (2003), Freire (1996), André (2012). Foram consultados vários documentos oficiais que tratam do tema, como: Parâmetros Curriculares da Educação do Ministério da Educação (1998)⁷, Leis e Diretrizes e outros, pois estes enriqueceram e contribuíram para compreender o desenvolvimento intelectual e social do ser humano, proporcionando reflexões significativas no cotidiano da escola.

Com a finalidade de promover uma convivência baseada nos valores humanos na escola e fora dela, faz-se necessária desenvolver uma formação cidadã. Referindo-se à construção de significados, tais como o exercício constante do diálogo, uma educação comprometida com os direitos e valores humanos, o enfrentamento de preconceitos e discriminações, a resolução pacífica de conflitos, a atenção especial a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidades e, sobretudo, a criação de uma cultura de prevenção de violência. O conflito segundo Bechara (2011, p. 342) refere-se ao confronto de opiniões, entre pessoas ou grupos, geradora de violência verbal ou física; oposição vivida no íntimo de cada pessoa quer entre o seu saber e as informações novas, quer entre os seus desejos.

Se a violência, segundo Freire (1996), parte da negação da palavra e do diálogo, e se cabe à educação a tarefa de ensinar a falar, ouvir e dialogar, acreditamos que é através das mediações que seja possível a busca da responsabilidade participativa e coletiva, baseada no diálogo e na inclusão. É perante a constatação da existência de conflito, diz Silva (2010), e da necessidade da sua resolução positiva na escola que os professores poderão ver, neste momento, uma oportunidade de mudar, de crescer e de poder aumentar o seu grau de envolvimento e motivação.

⁷ No momento de desenvolvimento do Projeto, ano 2017, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular estava em processo de elaboração e discussão, tendo sido aprovada e sancionada pelo MEC em 22 de dezembro de 2017. O texto da BNCC está disponível no site: basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 05/05/2018.

Portanto, os problemas e objetivos deste projeto de intervenção pedagógica contemplam os desafios vivenciados no cotidiano da escola, durante a minha infância e em todos os anos de profissão, as angústias, as frustrações, as ansiedades que foram sendo alicerçadas, instigando o desejo de mudança, de construir novos saberes e compreender melhor quais os valores humanos que os alunos trazem na sua bagagem de experiências, como são vivenciadas as questões de relacionamento de professor/aluno, aluno/aluno, as relações de classe sociais, questões raciais, étnicas e de gênero e a seu envolvimento com a indisciplina na escola.

2.4 Perspectivas metodológicas e os instrumentos de pesquisa.

Construímos esta proposta de intervenção pedagógica fundamentada na perspectiva da abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2008, p.50) “a abordagem qualitativa, nos permite aprofundar nas ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica.” Segundo Minayo (2008):

“O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2008, p.57).

Corroborando com o estudo, para Severino (2002, p.118), a abordagem qualitativa de pesquisa exige do pesquisador uma reflexão pessoal autônoma, criativa e rigorosa. De acordo com essa concepção o pesquisador envolve-se, completamente, com o seu objeto passando a ser motivo das suas aspirações, das suas crenças, dos seus valores, influenciando nas suas atitudes, na sua maneira de agir e interpretar a realidade.

Foi realizada uma revisão bibliográfica fundamental no desenvolvimento da pesquisa de intervenção pedagógica, um trabalho ativo de leitura e reflexão que norteou o conhecimento a respeito da indisciplina na sala de aula e a visão dos valores humanos na atualidade. André (2012) relata sobre o trabalho com pesquisa-ação:

[...] a pesquisa – ação é uma modalidade de pesquisa muito apropriada quando o intento for o conhecimento de uma prática situada, com interesse de mudá-la, o que vai demandar do pesquisador, envolvimento em um

processo sistemático de estudo, de reflexão e de propostas para o seu aprimoramento, com registros dos dados da situação e relatos dos resultados obtidos, tornando-os públicos. (ANDRÉ, 2012, p. 20)

Citamos a concepção de Gatti (2008) em relação à pesquisa ação:

[...] O sentido desse envolvimento e desse comprometimento pessoal do pesquisador se sustenta no pressuposto de que, quem se propõe a realizar um processo de pesquisa em ação não tem por objetivo somente a construção de conhecimento em prática, mas, sobretudo visa à mudança ou transformação de situações, condições ou contextos. (GATTI, 2008, p.8)

O projeto se caracterizou como uma pesquisa - ação, pois se mostrou como o mais adequado para a implementação de mudanças ou transformações na prática e no contexto educacional, segundo Novais e Nunes (2017, p.62) são possíveis estudar o problema delineado orientando, corrigindo e avaliando, permanentemente, as ações e as decisões. Repensando as ações mediante os resultados. É um tipo de pesquisa na qual se exige traçar objetivos, planejar e acompanhar, as ações planejadas e realizadas permanentemente.

Baseando nesta abordagem foram delineadas estratégias que nortearam a prática pedagógica, priorizando os conhecimentos espontâneos e prévios dos alunos, e por meio de atividades significativas, de maneira que os alunos foram construindo hipóteses, envolvendo professor e aluno como sujeito ativo do processo de apropriação do conhecimento, favorecendo a mediação do professor, pois assim percebiam a importância das virtudes na sua vida como cidadão. Ênfase André (2012):

[...] a pesquisa - ação tem um importante papel na formação de sujeitos críticos e autônomos, pois lhe dá a possibilidade de desenvolver ideias próprias, e de refletir sobre a prática profissional, identificar o que pode ser aperfeiçoado de modo a contribuir com o processo de emancipação das pessoas. (ANDRÉ, 2012, p.33)

Nesta perspectiva, foi organizado o projeto de intervenção pedagógica, com a finalidade de delinear a intencionalidade das ações desenvolvidas na escola, partindo das inquietações, dos questionamentos, das vivências de cada profissional e dos educandos, dos conceitos, dos valores, das atitudes e habilidades que foram constantemente sendo reelaboradas. Segundo Saviani (2000):

[...] para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os

objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). (SAVIANI, 2000, p. 12)

O projeto de intervenção pedagógica “Educação em Valores Humanos - um olhar sobre o tema indisciplina no contexto escolar” foi desenvolvido num processo contínuo, durante o ano de 2017. O trabalho foi realizado partindo do diagnóstico inicial realizado com os alunos, por meio de roda de conversa relacionada aos temas da violência e de paz. Partindo desse trabalho, foi realizada a análise das causas da “indisciplina” na visão dos alunos e dos professores. Para promover a reflexão e análise do tema entre os discentes e os docentes foram proporcionados palestras, conversas informais, dinâmicas, vídeos, gincanas, leituras de textos, favorecendo o debate e a discussão com alunos das turmas do 7ºs anos, num total de 210 alunos. Ancoramos assim, nossa metodologia que “a escola deve respeitar os saberes socialmente construídos pelos alunos na prática comunitária. Discutir com eles a razão de ser de alguns saberes em relação ao ensino dos conteúdos. Discutir os problemas por eles vividos”. (FREIRE, 1996, p.33)

Referenciamos-nos em Freire (1996, p.34) que nos ensinou que devemos “partir das vivências dos alunos, discutir com eles esses saberes socialmente construídos”, pois acreditamos que a indisciplina está enraizada no conflito dos valores humanos, sendo a agressividade e a violência parte das relações interpessoais. Precisamos constantemente rever nossa prática pedagógica, ancorada na transmissão de conteúdos, valorizar o aluno, de acordo com as suas diferenças, descobrir as potencialidades, as habilidades do educando, realizar intervenções pedagógicas nas relações interpessoais; ou seja, é necessário mudar o olhar sobre o aprender e o ensinar.

2.5 A organização do projeto de intervenção pedagógica

O relatório do desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica foi estruturado em quatro partes, a primeira parte o Memorial. Na segunda parte, registramos o tema e as justificativas, os problemas, os objetivos, a metodologia.

A terceira parte intitulada, “O Cenário do Projeto: sujeitos e espaços de ação” estão divididos em três momentos, sendo a primeira o cenário a “Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa” a localização, instituição pública, relatando desde o momento das

reivindicações populares para a construção da escola até 2017, momento em que atendeu alunos de 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental, com uma demanda de 1516 alunos.

Destacamos o seu patrono Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa, médico, pediatra, que gostava de crianças, ajudava aos mais necessitados quando precisavam de atendimento médico e possuía como filosofia de vida “viver, deixar viver e ajudar a viver”. Esses princípios estão no alicerce da filosofia do Projeto Político Pedagógico da escola, fundamentada na dialogicidade, na criticidade e na formação do aluno como ser participativo e criativo capaz de compreender e atuar sobre a realidade em que vive.

No segundo momento “Os sujeitos envolvidos no processo” descrevemos os sujeitos atuantes na escola, funcionários, professores, alunos do ensino regular organizado por turmas heterogêneas, de acordo com a aprendizagem, atendidas nos turnos da manhã das 7:00 hs às 11:25 hs e no turno da tarde das 13:00 hs às 17:25 hs. No terceiro momento “O Projeto Político e Pedagógico da escola”, descrevemos o PPP da escola construído por meio das discussões coletivas com a comunidade, esclarecendo os princípios norteadores para a construção da educação, livre de preconceitos e discriminações, voltada para o exercício da cidadania, favorecendo um ambiente agradável, prazeroso e propício ao direito de ensinar e aprender.

A quarta parte intitulada: A escola em movimento: ações e resultados estão subdivididos em cinco itens, que tem como objetivo apresentar o processo e os resultados de forma não fragmentada. O primeiro momento “Os conflitos da adolescência” focaliza os sentimentos, os conflitos, as pressões exercidas sobre os adolescentes, seja da mídia, da família, dos colegas e da própria escola. No levantamento de dados com a finalidade de analisar e verificar “Quais os problemas pessoais que os adolescentes vivenciam” constatou que a maior porcentagem está vinculada às relações interpessoais, salientando a violência, e a ausência de atitudes essenciais para a convivência em grupo.

No segundo momento em “As estratégias utilizadas na escola” analisamos a preocupação e a ansiedades dos professores e da equipe pedagógica em procurar estratégias para superar o desafio da indisciplina na escola. Foram realizadas diversas dinâmicas, tendo como estratégia a roda de conversa, objetivando conhecer melhor o educando, o perfil de cada um, respeitando sua vivência e a sua opinião em relação à indisciplina na escola. Por meio do levantamento, concluímos que as causas da indisciplina no contexto escolar estavam relacionadas aos valores humanos, expressas na falta de respeito dentro do contexto escolar e fora dele. No terceiro momento, relatamos como a escola lida com o *bullying*, citando a lei

13.185 do Programa ao Combate à Intimidação Sistemática, salientando que a escola está inserida numa realidade social que é influenciada por ela, que o educador deve dar uma ressignificação na sua postura pedagógica assumindo um caráter dialógico e emancipatório.

No quarto momento, discutimos sobre a importância da interdisciplinaridade e a transversalidade como possibilidade de reflexão sobre a prática pedagógica e a busca por novas estratégias, promovendo a conscientização da necessidade de um inter-relacionamento entre as disciplinas, formando um elo, possibilitando ao aluno criar situações que podem despertar o processo de ensino e aprendizagem, seu potencial e habilidades. No quinto momento relatamos as “Experiências Metodológicas no Projeto de Intervenção Pedagógica” como uma rede abrangendo as disciplinas num trabalho de equipe.

Foram delineadas estratégias desenvolvidas com os professores e os alunos, tornando-os protagonista do projeto, possibilitando o acesso a novos conhecimentos para que possam refletir sobre suas atitudes e transformá-los em valores e virtudes que possam influenciar o cotidiano. Partimos de algumas estratégias imprescindíveis para o desenvolvimento e sistematização do projeto envolvendo os educandos e os professores numa ação educativa entre os interesses pessoais e sociais, ressaltando a importância da valorização do ser humano, voltando para a sua essência que é consolidar os valores humanos por meio de ações diárias de solidariedade, respeito, amizade, amor, tolerância, construindo e estruturando os elementos fundamentais para a cidadania.

Proporcionamos aos professores um projeto de parceria, envolvimento, responsabilidade, um trabalho coletivo, rompendo com os paradigmas tradicionais da educação, saindo deste mundo cristalizado para criar uma nova maneira de olhar para a indisciplina, aprendendo a dialogar com os alunos, proporcionar momentos em que a aprendizagem acontece e as relações interpessoais se constroem no respeito e no diálogo. Assim, a prática pedagógica se realiza por meio da solidariedade e do companheirismo, tornando a práxis prazerosa, para que os educadores se interessassem, em desenvolver o tema proposto, deixando fluir sua criatividade e vontade de fazer diferente, tendo um novo olhar perante aos alunos, à indisciplina e à educação.

Explicamos sobre a confecção do livro de poemas, momento culminante, relacionado com o projeto de intervenção pedagógica “Educação em valores humanos: um olhar sobre o tema indisciplina no contexto escolar”, elaborado pelos alunos, mediados pelos professores. Foi realizado um recital de poemas envolvendo os valores humanos no cotidiano dos alunos, intercalando-se a cada poesia, às apresentações das habilidades ou talentos

descobertos. Este momento houve o envolvimento de todo o pessoal da escola, cada profissional contribuiu de acordo com as suas habilidades, transformando o pátio da escola, espaço escolhido para o evento, como um sarau de poesias. Para abrilhantar este momento convidamos os familiares e a comunidade para participar e assistir as apresentações. Pois este projeto tem como premissa possibilitar uma relação de confiança entre professor/aluno e aluno/aluno, propiciar intervenções que favorecem aos alunos a prática de saber respeitar as diferenças, da amizade, da solidariedade e da justiça, resgatando assim o papel de protagonista da sua própria história. Finalizando este momento, enfatizamos comentários de pais, alunos e professores relacionados com a importância de desenvolver a educação em valores humanos nas escolas.

Nas considerações finais, ressaltamos sobre a dificuldade encontrada ao iniciar o projeto, a dificuldade dos professores em aceitar a proposta, sua resistência, sua desmotivação devido aos obstáculos encontrados na jornada da carreira profissional de cada um ou até mesmo a falta de esperança em resolver ou diminuir a indisciplina na escola. Escola é movimento, mas precisa de limites, conscientização em relação aos valores, virtudes ou atitudes que realizamos no dia a dia. A agressividade, a violência, a falta de amor, a falta do carinho, o desrespeito, a intolerância, a injustiça invadem as escolas na atualidade enfim os valores humanos estão se desvanecendo na sociedade atual, tornando assim nossos alunos indisciplinados e violentos. Portanto para melhorar a indisciplina buscamos as ações do cotidiano, os diálogos, palavras que engrandecem o ser humano; proporcionar momentos em que aprendemos a conviver em grupo, respeitando as diferenças e a diversidade. Os alunos e os professores começaram a perceber que não eram apenas discursos soltos, mas ações diárias, atitudes, um envolvimento coletivo, de respeito, autonomia de opiniões e sugestões contaminando todos a sua volta.

Após o término do Projeto, tem como finalidade socializar o trabalho desenvolvido espalhando esta pequena sementinha que foi plantada no coração de cada educador, de cada aluno da escola, ainda não atingiu a todos, mas continuaremos nosso trabalho. Incentivando o trabalho de equipe na escola, numa parceria constante entre professores e alunos na construção do conhecimento, estimulando as aptidões, as habilidades, os interesses, o prazer pela educação, conscientizando alunos e professores sobre a importância para a nossa vida de pequenos gestos de respeito, solidariedade, tolerância, justiça, amor e humildade, pois o mais importante que ministrar conteúdos é construir e consolidar valores humanos, tornando-se assim uma pessoa melhor, fazendo a diferença e educando para a cidadania.

3.0 O CENÁRIO DO PROJETO: SUJEITOS E ESPAÇOS DE AÇÃO

3.1 A Escola Municipal Professor Domingos Pimentel de Ulhôa



A Escola Municipal Professor Domingos Pimentel de Ulhôa-2017-Retirado:
<http://emdomingospimentel.ntecemepe.com/projetos>. Acesso em 27 de Nov.2017.

A Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa está localizada no Bairro Santa Mônica. Em 1992, partindo de reivindicações da comunidade, iniciou-se a construção da escola que hoje se constitui espaço de referência do ensino municipal da cidade de Uberlândia, situada à Avenida Salomão Abraão nº 1540, no Bairro Santa Mônica, CEP: 38408-236.

Em Janeiro de 1993, foram convidadas uma diretora e uma vice - diretora para fazer parte da E.M.Profº Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa, incorporando as escolas E.M.A. Do Bairro Santa Mônica e o EJA Carmelita; que foram automaticamente transferidos para a escola, para complementar e fazer parte da equipe pedagógica, pois as mesmas funcionavam em casas alugadas.

Figura 02 Mapa da localização da E. M. Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa.



A localização da Escola Municipal Domingos Pimentel de Ulhôa, na Av. Salomão Abraão, 1540- Bairro Santa Mônica - Uberlândia. Fonte: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em 25 de Nov. 2017.

Em 03 de fevereiro de 1993, foram realizadas mais de 1500 matrículas dos alunos de pré-escola a quarta série (atualmente 1º ano ao 5º ano do ensino fundamental I), mesmo com o prédio da escola ainda em construção, os profissionais se empenhavam na organização da estrutura e funcionamento da escola. Em 05 de agosto de 1993, foi inaugurada a Escola Municipal Professor Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa, com um quadro de 150 funcionários, 18 salas de aula para os turnos manhã/ tarde e 12 para a noite. Foi projetada uma sala para o ensino alternativo, com a finalidade de inserir e atender as crianças que apresentavam deficiência cognitiva e deficiência física. Desenvolveu-se o projeto de Dança e o projeto da Biblioteca infantil; onde os primeiros livros de literatura e didática foram conseguidos por meio de doações feitas por editoras e pela comunidade.

Com o objetivo de desenvolver a conscientização da preservação do meio ambiente, a criatividade dos alunos, a responsabilidade e o respeito pela escola e o meio em que vive, foi realizada uma parceria entre os projetos de Artes e Educação Física, utilizando materiais de sucatas para elaborarem com os alunos: jogos, instrumentos musicais e outros. Com o passar dos anos, a procura por vagas aumentava cada dia mais, conforme o crescimento do bairro. Devido à elevada demanda de alunos que procurava escola, em 1996, para o ingresso nas

series de 5º ao 8º serie foi necessário atender os alunos das séries iniciais no anexo I e II (uma casa alugada).

A escola recebeu este nome em homenagem ao Professor Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa, médico pediatra. Segundo Montes e Almeida (2017, p.28) o Médico “foi reitor da Fundação Universidade de Uberlândia no período de 26 de agosto de 1970 a 30 de dezembro de 1971”. Trabalhou como docente e participou como Diretor para a implantação da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia.

De acordo Montes e Almeida (2017, p.29) Domingos Pimentel, nasceu no dia 30 de julho de 1908 em Uberlândia, filho de Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa, primeiro Juiz de Direito da Comarca Duarte Pimentel, e de Dona Francisca Dantas Barbosa, possuía o mesmo nome que o seu avô. Iniciou seu estudo no Grupo Escolar Bueno Brandão, cursou o secundário no Ginásio Diocesano de Uberaba e no Ginásio Estadual na Cidade de Cravinhos (SP). Em 1928, foi classificado no terceiro lugar no vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte.

Formou-se em Medicina em 1934, iniciando a sua carreira como Clínico Geral. Dois anos mais tarde assumiu a Pediatria. De acordo com Montes e Almeida (2017):

A doçura das crianças me contaminava e elas me ensinavam muitas coisas. Se os pais tinham dinheiro para pagar as consultas, eu recebia e se não tinham, eu atendia de graça. Eu tinha recursos para manipular os remédios, que muitas vezes doava aos pais. (MONTES e ALMEIDA, 2017, p.18).

Foi eleito vereador de Uberlândia, pelo Partido Republicano Mineiro, momento que, para ele, foi considerado como o mais difícil, renunciou-se em 1937. Passando a se dedicar somente a Medicina, ou seja, às atividades profissionais que tanto o dignificaram. Segundo Montes e Almeida (2017):

Os grandes feitos de Domingos Pimentel de Ulhôa se prolongaram ao longo de sua vida. Foi diretor do Uberlândia Tênis Clube. Foi o primeiro diretor do Centro de Saúde. Três vezes diretor da Santa Casa de Misericórdia. Presidente da Sociedade Médica. (MONTES e ALMEIDA, 2017, p.26).

Atuou como professor de Ciências Físicas e Naturais por trinta anos no Colégio Estadual de Uberlândia, ensinando a vários alunos ilustres. Foi diretor técnico no Liceu e no Ginásio Oswaldo Cruz. Dedicou grande parte da sua vida, 84 anos ao magistério, a medicina e à poesia. Segundo Montes e Almeida (2017, p.32), Domingos Pimentel de Ulhôa nunca se

casou, não teve filhos, mas cuidou de muitas crianças e orientou muitos jovens e adultos, com a sua filosofia de vida: “Viver, deixar viver e ajudar a viver”.

Os coordenadores e a equipe pedagógica da Escola Municipal Professor Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa, levando em consideração as ideias do Dr. Domingos Pimentel, construiu o PPP da escola, alicerçado na relação pedagógica que se estabelece desde a sala de aula, fundamentada na dialogicidade, na crítica reflexiva, permanentemente política e interdisciplinar. Em 1995, foi criada a Horta Hidropônica com doações de materiais feitas pela comunidade. Com isso, os alimentos produzidos eram consumidos pela própria escola e o excesso era vendido entre os funcionários.

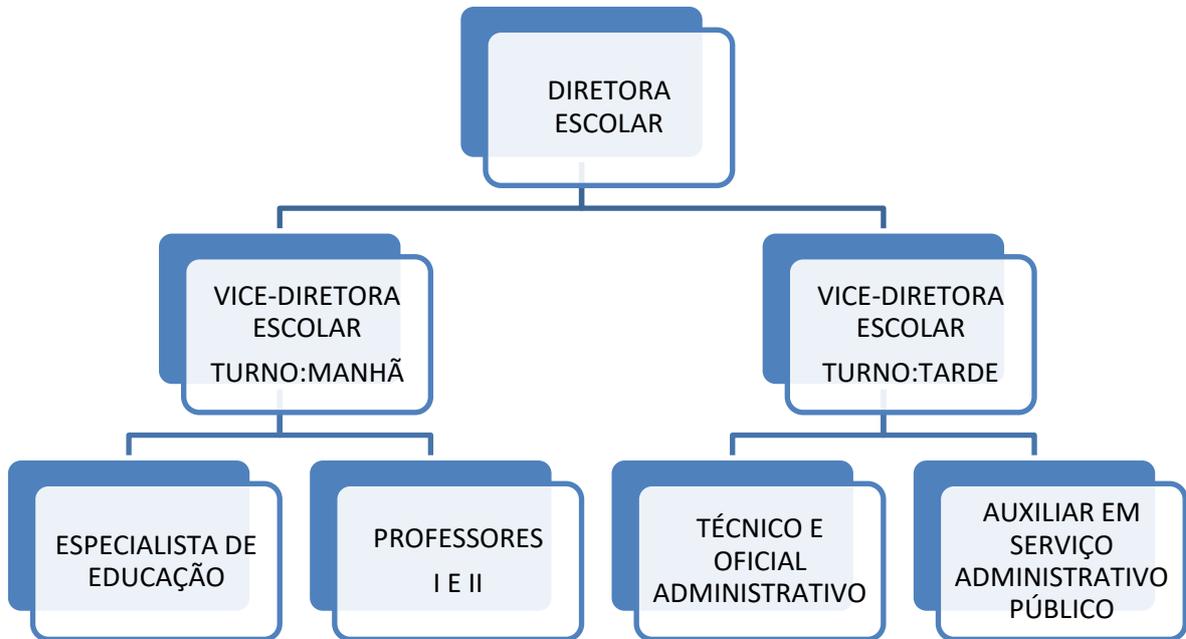
Objetivando atender a demanda da comunidade e melhorar o processo ensino aprendizagem dos alunos surge a necessidade de realizar novas adequações na estrutura da escola. Realizando novas instalações físicas na escola, tanto administrativas quanto pedagógicas, como cobertura da quadra de esportes, construção de sala de dança e do laboratório de informática. A partir da Lei n. 11.274 que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos, a escola passou a atender aproximadamente, 1516 alunos (as) do 1º ao 9º ano, em 2016 realiza a construção de quatro salas de aula na sede da escola, transferindo os alunos do anexo para a sede com uma área de construção de 1.450m².

De acordo com o PPP (ano 2016) a meta principal da escola é a formação do (a) aluno (a) como cidadão crítico, participativo, capaz de compreender e atuar sobre a realidade em que vive. Portanto, todas as suas atividades e projetos educacionais visam à construção do conhecimento do educando, sendo que os (as) professores (as) exercem a função mediadora desse processo.

3.2 Os sujeitos envolvidos no processo

No ano de 2017, a escola ofertou o Ensino Fundamental de nove anos, do 1º ao 9º ano, sendo os alunos distribuídos nos turnos manhã e tarde. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2016, p.20) a Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa é uma “instituição comprometida com um ensino de qualidade e inovador, proporcionando um espaço de produção de conhecimento e autonomia, incentivando os alunos a integração entre conhecimento e a vivência, possibilitando a curiosidade e o desenvolvimento intelectual do educando”

Figura 03 Quadro demonstrativo da equipe gestora e pedagógica da Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhõa (2017)



Fonte: Quadro demonstrativo retirado do PPP da E. Prof. Domingos Pimentel

Trata-se, pois de uma instituição que se destaca como referência de ensino pelo comprometimento dos profissionais, desde a equipe gestora, pedagogos, professores, auxiliar de serviços gerais, auxiliar administrativos, enfim todos os funcionários que diretamente ou indiretamente, desempenhavam funções na escola com o objetivo de promover um ensino de qualidade, respeitando as habilidades e potencialidades de cada aluno.

No período investigado, a equipe gestora era composta, como mostra o Quadro, por uma diretora, duas vice-diretoras, especialistas em educação (supervisora e orientadora escolar); professores regentes – 1º ao 5º ano – incluindo eventuais e auxiliares de biblioteca; professores regentes II, que atuam em aulas especializadas do 1º ao 5º ano; professores do 6º ao 9º ano nas diversas disciplinas que compõem o currículo; laboratorista de Informática e de Ciências; Técnicos em Serviços Públicos (Oficial Administrativo) e Auxiliares em Serviços Administrativos Públicos.

O PPP (2016) descreve as modalidades de ensino ofertadas na Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhõa: o Ensino Fundamental e o Atendimento Educacional

Especializado, conforme disposto na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No ano de 2017, ofertou 42 turmas de Ensino Regular, organizadas de maneira heterogênea, considerando a aprendizagem e a disciplina dos alunos. Totalizava 1516 alunos (as) do 1º ao 9º anos e 155 funcionários, dentre efetivos e contratados. O ensino fundamental é desenvolvido no período de 7h às 11h25min, no turno da Manhã e das 13h às 17h25min, no turno da Tarde.

Portanto, para desenvolver o projeto de intervenção pedagógica “Educação em valores humanos: um olhar sobre o tema da indisciplina no contexto escolar” fez-se necessário delimitar o número de alunos e turmas, estabelecendo como sujeitos colaboradores os alunos e os professores do 7º ano do ensino fundamental II, juntamente com a equipe gestora da escola. Estabelecemos como critério para a escolha de turmas, a classificação adotada pela equipe gestora da distribuição de turmas entre os especialistas. Ficando designadas para a pesquisadora, as turmas do 7º ano, conforme os critérios para a escolha de turmas das especialistas de educação, ou seja, a classificação no concurso público, juntamente com o tempo trabalhado na escola.

3.3 O projeto político pedagógico da escola.

O Projeto Político Pedagógico da “Escola Municipal Domingos Pimentel de Ulhôa”, pautado em discussões coletivas no interior da escola e do diálogo com a comunidade externa, esclarecendo os princípios norteadores de um projeto educativo para uma cidade educadora, de acordo com a perspectiva da Secretaria Municipal de Educação. Enfatiza-se que o início da reelaboração do PPP foi em 2013 com a realização do diagnóstico sobre a realidade educacional de Uberlândia e de cada escola, estabelecendo o Movimento Permanente de reelaboração e de atualização do PPP. A reelaboração dos PPPs na rede municipal de ensino de Uberlândia foi precedida de ampla discussão coletiva, não somente no entorno de cada unidade escolar, mas nos Polos⁸ e também nas reuniões de gestores ocorridas no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais – Julieta Diniz, CEMEPE. (NOVAIS; NUNES, 2017)

⁸ Os Pólos se referem à organização das unidades escolares em grupo, por regiões, para facilitar a democratização dos debates e da construção da política pública da educação do Município de Uberlândia, no período de 2013 a 2016, conforme a as diretrizes políticas educacionais sintetizadas na lei 11.444/2013- SME/Uberlândia/ MG.

Foram distribuídos e estudados diversos documentos de acordo com Novais e Nunes (2017), sobretudo o significado e a importância do PPP para a unidade escolar; sobre a democratização para a elaboração deste documento; sobre as concepções político-pedagógicas que gravitam em torno do PPP. E, ainda sobre as orientações acerca de como envolver a comunidade na discussão e elaboração deste documento que é de suma importância para a democratização da escola pública que se pretende ser de qualidade referenciada socialmente. É necessário destacar que toda a realização do PPP está ancorada na Lei 11.444/2013, que delinea a política da Rede Pública Municipal Pelo Direito de Ensinar e de Aprender, desenvolvida pela Gestão Municipal no período de 2013-2016. E, cujo teor, encaminhava para a construção de uma educação pública referenciada nos direitos humanos, na defesa da democracia, da educação com qualidade, sem discriminação e livre de qualquer preconceito. De acordo com as autoras (2017):

Ao sancionar a lei que estabeleceu a Rede, a intenção foi organizar estratégias político/administrativa favorável à construção permanente de uma cidade educadora, que possibilite a interlocução entre diferentes grupos e entidades sociais, descentralizando as decisões para educá-lo e tendo como fundamentos o pluralismo, a solidariedade, a cooperação e a liberdade, como preconiza o art. 154 da Lei Orgânica do Município. Estabelece, ainda, que a educação, enquanto direito de todos, é dever do Estado e deve ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir um instrumento de desenvolvimento da capacidade de elaboração, reflexão crítica da realidade e da concretização do Estado Democrático de Direito. (NOVAIS E NUNES, 2017, p.29).

A fundamentação da Lei 11.444/2013 pelo Direito de Ensinar e Aprender é ressaltada por Novais e Nunes (2017):

A Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender (Lei 11.444/2013) fundamenta-se na participação das instituições públicas e da sociedade civil, no fortalecimento das ações educativas, por meio de diferentes experiências e na possibilidade de elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas sobre ensino, aprendizagem, inclusão social e, sobretudo, na atuação sobre a qualidade social da educação. Para o funcionamento da Rede, também se estabeleceu o princípio da disponibilização de outros espaços, equipamentos e serviços públicos para consecução e execução de atividades educativas em regime de cooperação. (NOVAIS; NUNES, 2017, p. 40)

Na reelaboração do PPP em 2016, enfatizamos a Lei 11.444/2013 (anexo), publicada no Diário Oficial do Município de Uberlândia, enfatizando os objetivos da rede pública pelo Direito de Ensinar e de Aprender:

I fomentar a articulação de esforços de diferentes instituições, no sentido de potencializar serviços e incentivar a cooperação entre essas, para a obtenção de objetivos compartilhados e vinculados à garantia do acesso, à permanência e à conclusão, com qualidade e diversidade, dos estudos das infâncias, dos adolescentes, dos jovens e adultos;

II propiciar as trocas de conhecimentos e de experiências, envolvendo órgãos vinculados aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ao Ministério Público, a organizações não governamentais, a organizações da sociedade civil, a órgãos de controle social da educação.

III incentivar a cooperação entre diferentes instituições que desenvolvam atividades relacionadas à educação, visando à superação das dificuldades de acesso, permanência e conclusão, com qualidade, dos estudos das infâncias, dos adolescentes e dos jovens e adultos;

IV contribuir para a superação da fragmentação, da descontinuidade e da ausência de cooperação entre diferentes Poderes do Estado e órgãos autônomos, por meio do trabalho em rede, com foco na melhoria da efetividade e qualidade das políticas públicas educacionais;

V favorecer a construção de uma cultura de cooperação, acompanhamento, avaliação das ações relativas ao enfrentamento das múltiplas causas do baixo rendimento e da evasão escolar;

VI ampliar as possibilidades de construção coletiva de programas e serviços que atuem no enfrentamento das dificuldades de escolarização de cada aluno e na melhoria dos índices de desenvolvimento educacional;

VII colaborar para o desenvolvimento de uma educação livre de quaisquer tipos de preconceito e discriminação, orientada para o exercício da cidadania ativa e construção de relações entre pessoas e instituições de pacificação social;

VIII favorecer a interlocução entre as unidades escolares e os núcleos familiares dos alunos;

IX propor a elaboração de termos de cooperação, convênios e planos de trabalho, resguardando a especificidade e os objetivos comuns de cada instituição membro da Rede;

X desenvolver programas e projetos, com foco na garantia do acesso, permanência e conclusão, com qualidade, dos estudos;

XI criar mecanismos de comunicação permanente entre os membros da Rede e um fórum de discussão sobre a escolarização de cada aluno, sendo o cronograma e as pautas das reuniões do referido fórum definidos, coletivamente, pelos representantes das instituições membros da Rede;

XII fomentar a atuação conjunta para resolver problemas educacionais e colaborar para a mudança de lógica e formas predominantes de atuação das instituições do Estado;

XIII garantir um ambiente propício ao direito de ensinar e de aprender. (UBERLÂNDIA, 2013, P. 41)

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico, constatamos que o Documento foi construído tendo como meta a elaboração e implementação da Política Pública de Educação; ressaltando a necessidade do planejamento coletivo da educação pública. Este planejamento tem como referencial o Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025), o documento da Rede Pública Municipal “Pelo Direito de Ensinar e de Aprender” (Lei 11.444/2013); as Leis Federais 9394/96, 10.639/03 e 11.645/08, em consonância com as finalidades do Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação, construído a partir de rodas de conversa, escuta ativa; mini fóruns e encontros regionais de educação.

O PPP (2016) apresenta uma proposta educativa coletiva, levando em consideração a diversidade sociocultural dos alunos e seus familiares, dos professores, dos gestores, dos educadores, dos especialistas em educação, auxiliares de serviços administrativos (ASA), assistentes administrativos que colaboram com a escola, trazendo sua vivência, contribuindo e enriquecendo a escola através das constantes trocas de experiências frente aos desafios do cotidiano. Sendo necessário repensarem sobre o discurso e as práticas pedagógicas desenvolvidas, salientando as particularidades dos educandos, incluindo as suas diferenças que em muitos momentos, é fundamental para (re) construir e ressignificar, cotidianamente, as práticas escolares.

Segundo o PPP (2016), o Plano de Ação dos Profissionais por Ano de Ensino (PAPAE) e a Carta de Princípios do Município e o Plano Municipal de Educação são documentos utilizados para analisar e refletir sobre os dados quantitativos apresentados pela escola. A seguir apresentamos os índices do PROALFA e PROEB, que registramos, em 2015:

Figura 04 Quadro demonstrativo do PROEB/PROALFA:

Resultados	Escola	Município	Estado
PROEB Língua Portuguesa	2,40	234,4	228,8
PROEB Matemática	241,4	238,0	234,8
PROALFA Língua Portuguesa	588,6	563,4	580,5

Fonte: PPP da Escola M. P. Domingos Pimentel de Ulhôa (2016)

Constatamos que os índices apresentados no PPP (2016) pertinentes aos do município de Uberlândia são superiores aos índices apresentados pelo Estado de Minas Gerais.

Figura 05 Analisando os índices do IDEB:

	2007	2009	2011	2013
IDEB 5º ano	3,9	5,6	6,2	6,2
IDEB 9º ano	4,8	5,1	5,1	4,8

Fonte: PPP, 2016

De acordo com os índices apresentados, observamos que nos 5º anos, ocorreu um acréscimo ao longo dos anos analisados e avaliados, enquanto no 9º ano ocorreu uma queda durante período de 2011 a 2013. Ao analisar os dados, a equipe pedagógica desenvolveu propostas de intervenção, com alternativas metodológicas, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, como a organização do processo de Recuperação Paralela e a avaliação formativa e processual. (PPP, 2016)

Neste contexto, a proposta política-pedagógica da escola está baseada nos princípios da pluralidade e da diversidade, retratando sua própria identidade representada pelos alunos e seus familiares, profissionais da escola, objetivando promover um exercício democrático diário, dialógico e coletivo, conforme preconizou Paulo Freire (2003). Para que ocorra o dialogo é necessário que estejam presentes o respeito e a participação coletiva de todos/as; possibilitando, assim, um projeto de educação para a cidadania.

Os grêmios estudantis surgiram, historicamente, no Brasil a partir de 1930, nos movimentos estudantis, com a criação da União Nacional dos Estudantes em 1937. Para muitos, na época, eram as primeiras manifestações na vida social, cultural e política, palestras, discussões, teatros, festivais de música, campeonatos esportivos e outros. Os estudantes manifestaram-se e participaram de movimentos sociais, acentuando a sua presença nas lutas pela democracia, combatendo o conservadorismo.

Os “Grêmios Livres Pelo Direito de Ensinar e de Aprender” propiciaram aos alunos das unidades escolares da rede pública municipal de ensino de Uberlândia um espaço para discussão, participação nas políticas traçadas pelas unidades escolares. Tudo isso embasou a

reelaboração do PPP, propiciando um novo enfoque, de modo que não se tornasse mera cópia do documento. De acordo com PPP (2016)

O Projeto Grêmios Estudantis Livres pelo Direito de Ensinar e de Aprender visa colaborar com a formação de crianças, adolescentes e jovens/adultos cidadãos mais críticos, participativos, condutores e sujeito de sua própria história, por entender que as crianças, os adolescentes e os jovens e adultos têm o direito de atuar na garantia de uma educação de qualidade referenciada socialmente, e que por isso devem ocupar espaços de forma que possam contribuir com a política educacional dentro da proposta da Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender, que esteja articulada com a reflexão da realidade do país, numa visão de autonomia e de gestão democrática de ensino, incentivando a participação dos alunos nas atividades de sua escola, propiciando a garantia de melhorias na qualidade do ensino. Para viabilizar a efetividade das ações dos Grêmios Estudantis Livres nas Escolas Municipais, são necessárias mobilizações dos gestores, especialistas de educação/pedagogo e professores no sentido de apoiar e garantir o amplo direito da instituição, atuação e fortalecimento destas agremiações. (PPP, 2016, p.58)

No que tange a organização do PPP, os grêmios estudantis visam à participação dos jovens/adolescentes na construção da melhoria da qualidade do ensino, como cidadãos críticos, participativos e sujeitos da sua história. Destacamos que o processo democrático é uma construção histórica, através das relações que permeiam os sujeitos envolvidos, que são os gestores e sua equipe (especialista de educação - pedagogos e os inspetores escolares), os professores, toda a comunidade escolar e os alunos, os sujeitos fundamentais no processo educacional. Enfatizo Novais e Pelegrini (2017) que esclarecem sobre os espaços de ações dos estudantes:

Partindo dessa premissa, e também, por considerar de extrema relevância a criação de espaços, para os estudantes discutirem e instituírem ações que propiciem uma qualidade na educação que seja referenciada socialmente, é que propomos a investigar o processo de instituição do projeto dos Grêmios Estudantis Livres pelo Direito de Ensinar e de Aprender, nas escolas da rede pública municipal, de 6º ao 9º ano da cidade de Uberlândia – MG, como política educacional implantada pela gestão municipal nos anos de 2013/2014 e efetivada em 2014 a 2016.

Assim, no dia 29 de abril de 2013, foi instituído pelo decreto no 14.035, o Núcleo de Assuntos Estudantis - NAE - no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz - Cemepe. Por isso, para iniciar suas ações, no ano de 2013, o NAE elaborou o projeto: Grêmios Estudantis Livres pelo Direito de Ensinar e de Aprender, a partir da escuta ativa da equipe gestora; professores (as) das escolas de ensino fundamental II; estudantes do 1º ao 9º anos e modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, por entender que as crianças, os (as) adolescentes e os jovens e adultos

devem contribuir com a política educacional e, portanto, carecem de um espaço de atuação específico.

Portanto, a função pedagógica do Grêmio é tão importante quanto à política. As ações pedagógicas desenvolvidas pelo Grêmio estão relacionadas à melhoria da vida escolar, do rendimento escolar, da vida social, política e econômica na sociedade. O que o (a) aluno (a) aprende e vivencia dentro da escola deve servir para melhorar a vida da comunidade onde ele (a) vive. (NOVAIS E PELEGRINI, 2017, p.129-136).

Sendo o Grêmio Estudantil, parte desta história, esta política defendia a criação de espaços para possibilitar o direito de voz dos alunos adolescentes numa participação social e solidária, discutindo as possibilidades de inúmeras ações tanto no âmbito escolar ou fora dele, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade.

Neste momento não podemos deixar de mencionar o Conselho Escolar⁹, de acordo com o PPP (2016), visa à deliberação dos recursos financeiros recebidos que são suficientes para atender as demandas da escola, visto que são utilizados de forma criteriosa para as necessidades básicas, de acordo com as sugestões e deliberações do Conselho Escolar, por meio de seus representantes. Os representantes do Conselho Escolar, ao consultarem seus segmentos dentro da comunidade escolar, coletam informações sobre as necessidades de cada setor, quanto às aquisições e/ou manutenções. Nas assembleias do Conselho Escolar são deliberadas as formas de aplicação dos recursos financeiros da escola.

Segundo o PPP, ao mencionar (LÜCK, 2002) “a consolidação de uma gestão escolar de cunho democrático-participativo requer competência cognitiva e afetiva, respaldada na internalização de valores, hábitos, atitudes e conhecimentos”, ressaltando a importância da participação da família na escola.

Uma gestão democrática requer uma educação libertadora que forme sujeitos críticos e, portanto, transformadores de suas realidades por uma sociedade justa e principalmente inclusiva. Uma gestão que fortaleça a integração escola-família-sociedade e que seja compromisso de todos no processo educativo. Ao realizar uma gestão democrática a escola acredita que todos juntos têm mais chance de encontrar caminhos para atender essas necessidades e expectativas. (PPP, 2016, p.51)

⁹Conselho Escolar: De acordo com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais toda escola pública deve ter em funcionamento o seu Conselho Escolar – com Estatuto e/ou regulamentação própria – composto por representantes eleitos da unidade de ensino, de modo alternado e democrático, com tarefa de fiscalização e de decisão, efetivando-se a gestão democrática. As reuniões devem ser periódicas, com data e pauta amplamente divulgadas para conhecimento de toda a comunidade escolar, em espaço próprio e com estrutura adequada. As deliberações e conclusões devem ser registradas em ata, lavrada em livro próprio, que será também amplamente publicada para conhecimento geral da comunidade escolar (de forma impessoal), em respeito ao princípio da transparência, como deve ocorrer com todos os conselhos sociais.

Saliento ainda, que a Equipe Gestora teve um papel relevante na condução e execução das políticas públicas, funções e processos educativos que lhes são intrínsecas e inerentes. De acordo com a política pública implementada pela Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia (2013) o papel da gestão escolar e as ações do processo educativo são concebidos da seguinte maneira:

Com a gestão democrática é possível dar legitimidade a um processo em que a comunidade escolar participe, não somente da escolha de gestores/as, mas, também, das decisões e da busca de soluções aos desafios encontrados em avaliações institucionais, assim como na realização de ações próprias do seu cotidiano. Esse processo não pode ocorrer de forma fragmentada e isolada na unidade escolar, mas por meio do diálogo, do compartilhamento de ideias e ações que garantam a melhor qualidade do processo educativo, valorizando como instrumentos do processo de tomada de decisões o planejamento, a organização, a direção e a avaliação (SME, 2013, p. 12).

Nesta perspectiva, a escola é considerada um espaço repleto de diferenças e contradições e para concretizar uma proposta pedagógica democrática, deve-se ressaltar as diferenças e incluir a participação de todos na elaboração e análise das ações desenvolvidas na escola. De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos (2010)¹⁰, para garantir um ensino fundamental de qualidade é necessário conquistar o direito pelas diferenças, de raça, etnia, gênero, geração, entre outros assegurados no âmbito do público. Neste sentido, é preciso que ocorram mudanças de atitudes, revisão de padrões sociais, valores, bem como um tratamento igualitário a todos/as. Em nome da igualdade, não se pode desconsiderar as diferenças culturais, de cor, raça, etnia, gênero, idade/geração, orientação sexual, entre outras.

O projeto político pedagógico da Escola Municipal “Domingos Pimentel de Ulhôa” (2016) propõe desenvolver uma educação democrática e libertadora que visa formar sujeitos conscientes das diferenças e envolvidos com os direitos humanos. “Espera-se que a escola esteja atenta a essas diferenças, a fim de que, em torno delas não se construam mecanismos de exclusão que impossibilitem a concretização do direito à educação, que é um direito de todos.” (BRASIL, 2010, p. 105).

¹⁰ Programa Nacional de Direitos Humanos: Instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, é produto de uma construção democrática e participativa, incorporando resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de propostas aprovadas em mais de 50 conferências temáticas, promovidas desde 2003, em áreas como segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc. Disponível em: <http://www.pndh3.sdh.gov.br/portal/sistema/sobre-o-pndh3>. Acesso em: 20/03/2017

4.0 A ESCOLA EM MOVIMENTO: AÇÕES E RESULTADOS

4.1- Os conflitos na adolescência

A Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa, em 2017, ofertou 20 turmas, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, formadas por alunos de 10 aos 16 anos, atingindo aproximadamente 800 alunos, no período da manhã. São adolescentes que durante a vida se relacionaram com regras e valores da sociedade, sendo a família o primeiro grupo de contato dos adolescentes com o meio social. Segundo Campos (1998):

Quando atinge a adolescência, a criança já vivenciou múltiplas e variadas experiências emocionais. Agora, alcançando a fase da luta pela maturidade de adulto, em todos os aspectos da vida, também precisa lutar para se tornar madura emocionalmente. A maturidade emocional é necessária para possibilitar ao indivíduo uma vida satisfatória, como cidadão maduro e responsável, em uma sociedade livre. (CAMPOS, 1998, p.62)

Cada adolescente traz consigo uma história de vida, as marcas das interações da sociedade, as pressões sociais, os desejos, as suas necessidades e as expectativas de novas possibilidades afetivo-cognitivos, vivenciadas no contexto socioeconômico, cultural e político em que ocorre a construção da sua identidade e da maturidade emocional, fundamental na vida do adolescente para torná-lo um cidadão responsável.

Os jovens/adolescentes vivenciam modelos impostos pela sociedade que começam na própria família, na escola ou nos grupos que pertencem. Assim, no grupo de adolescentes aqueles que não apresentam as características ditas como “ideais” de ou o comportamento padronizado pela “mídia” e pela sociedade é excluído do grupo. O grupo passa a discriminar, rejeitar e excluir os seus colegas, negando assim os valores humanos essenciais para o relacionamento às pessoas, justamente num período sensível, no momento de trocas de amizade, de alegria, conhecimento e novas descobertas.

Para Morse (1978), “a insegurança do adolescente dá lugar a uma necessidade intensa de ter seu lugar próprio, de ser como todas as pessoas. Nessa idade é “meu grupo”, “minha Turma”, “minha namorada”. Dessa necessidade cresce a escravidão ao grupo.. (MORSE, 1978, p.186)

Diante desses acúmulos de situações indesejáveis, a exclusão do grupo faz com que o adolescente tenha vontade de desistir de tudo, de abandonar e “sumir” de todos. As atitudes excludentes provocam depressão, angústia, uma dor imperceptível e insuportável. Para manifestar o sofrimento, o adolescente pode ser levado à toxicomania, procurando inconscientemente, diversas ações, algumas até antagônicas, como excesso de agressividade ou ilhando-se no seu mundo, se trancando no seu quarto, não conversando com as pessoas a sua volta, procurando subterfúgios como as drogas, o álcool e outros, que levariam ao alívio da sua dor, do seu sofrimento. Segundo Campos (1998) alguns dos motivos que levam o adolescente à toxicomania são:

A desorganização emocional; o baixo nível intelectual; o não encontro do eu, nem do significado da vida; a dificuldade em separar a fantasia da realidade, preferindo fazer da fantasia a realidade; a sexualidade não desenvolvida ou com bases em falsos conceitos; a dificuldade de afirmação profissional; o mau relacionamento com a família e os mais velhos; a timidez, que leva a uma falta de sociabilidade; a falta de confiança e segurança; tudo isso pode levar o jovem à fuga e à procura das drogas. (CAMPOS; 1998, p.97)

Saliento também Morse (1978, p.191) ao afirmar que “uma das características do adolescente é a ambivalência – querer ser dependente e protegido como uma criança e ao mesmo tempo ser independente”. Mas, esse processo faz parte da construção da nova autoimagem que o adolescente passa a construir. Esse é um momento de exploração em que o adolescente passa a “tentar” novos papéis, momento de rebeldia contra a situação e o de querer mudanças. Esses comportamentos estão relacionados com a preservação da autoestima, as pessoas tendem a valorizar e elogiar quando o adolescente é bem-sucedido, sendo que um pequeno “erro” ou “crítica” é motivo para desmotivá-lo pelo seu esforço.

Os adolescentes apresentam dificuldades para lidar com esses sentimentos de frustrações e estresse, devido a sua imaturidade emocional tornando-se por vezes imediatistas e impulsivos. Neste emaranhado de situações e sentimentos de conflitos consigo mesmo e com os outros, emerge a negação da vida, e até mesmo os pensamentos suicidas. Muitos são os momentos de tristezas e depressão que passam rápido, e não necessitam de intervenção. Devido a essas explosões de sentimentos, o adolescente é mais sensível em relação às atitudes dos outros perante ele, é um sentimento de inadequação e ansiedade para atingir seus próprios objetivos. Segundo Morse (1978), em geral:

(...) não se leva em conta a necessidade de independência do aluno e é interpretada como severa ou como um sinal de que não se confia nele. É uma idade sensível. Deve-se tomar cuidado com o modo como se dá atribuições, avalia trabalhos e se exige ajustamento a requisitos externos. O adulto não pode abdicar do papel de autoridade, mas precisa exercê-lo com paciência e discernimento. (MORSE, 1978, p.193)

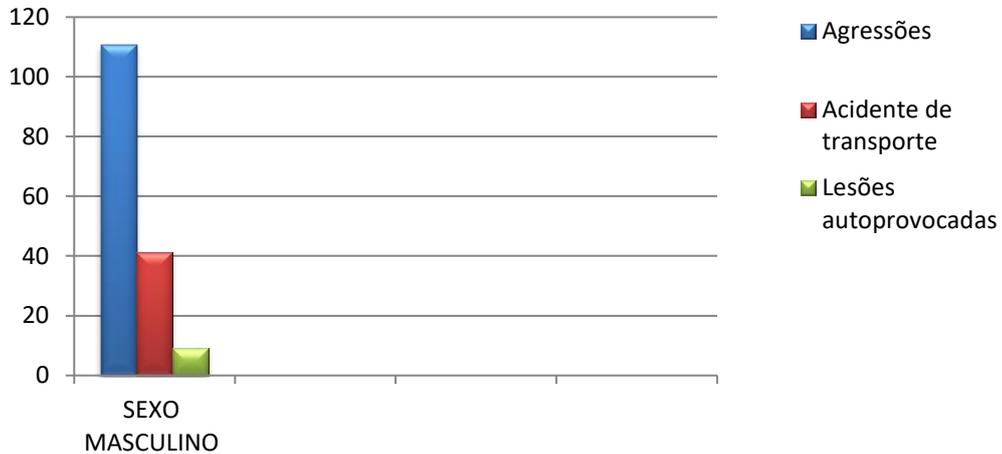
Devido às incertezas, o jovem/adolescente necessita de adultos que confiam nele, que tenham paciência e discernimento aos atribuí tarefas no seu cotidiano, para que os mesmos possam superar a fase de transição entre a infância e a vida adulta, suas crises de identidade. Os adultos precisam ajudar o adolescente a adquirir a capacidade de ajustar-se no meio social. O jovem neste momento de transição busca padrões “adequados” de comportamentos, que variam deste o ritmo de uma música, aos hábitos de leitura, as atrações sexuais, as atividades de lazer até ao conceito de integridade. O adolescente precisa chegar a um “código” de conduta para ser aceito pelos seus colegas, pela sociedade e por si mesmo, deve estar seguro e confiante para começar a testar a liberdade que tanto almeja.

Sabemos que o jovem brasileiro é protagonista de uma sociedade marcada por desigualdades e preconceitos: diferenças etnoraciais, de nível de escolarização, gênero, local de moradia, discriminação e outros. De acordo com Novaes (2006):

Falar de “juventude brasileira” é falar de processos resultantes de uma conjugação específica entre herança histórica e padrões societários vigentes. Sabemos, no entanto, que a universalização de direitos e acessos não anularia automaticamente os mecanismos que ancoram preconceitos e discriminações sociais. Desvantagens relativas acentuadas são expressas nas relações etno- raciais e nos atributos de gênero, idade, local de origem ou de moradia e também de orientação sexual. Nesse sentido, a juventude é como um espelho retrovisor que reflete e revela a sociedade de desigualdade e diferenças sociais. (NOVAES, 2006, p.119)

Partindo desta perspectiva, segundo o Ministério da saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), sublinha que no mundo mais de 800 mil pessoas tiram sua própria vida, sendo que a segunda maior causa de morte está entre a idade de 15 a 29 anos. No Brasil 11 mil pessoas tiraram sua própria vida, destacando os adolescentes que se encontram no momento de crises de identidade, devido às questões de desigualdade sociais e agressões, desemprego, falta de atenção dos pais, acidente de transito devido ao excesso de álcool. Segundo a OMS (2014) que enfatiza o número de tentativas é estimado em 20 vezes mais do o ato consumado

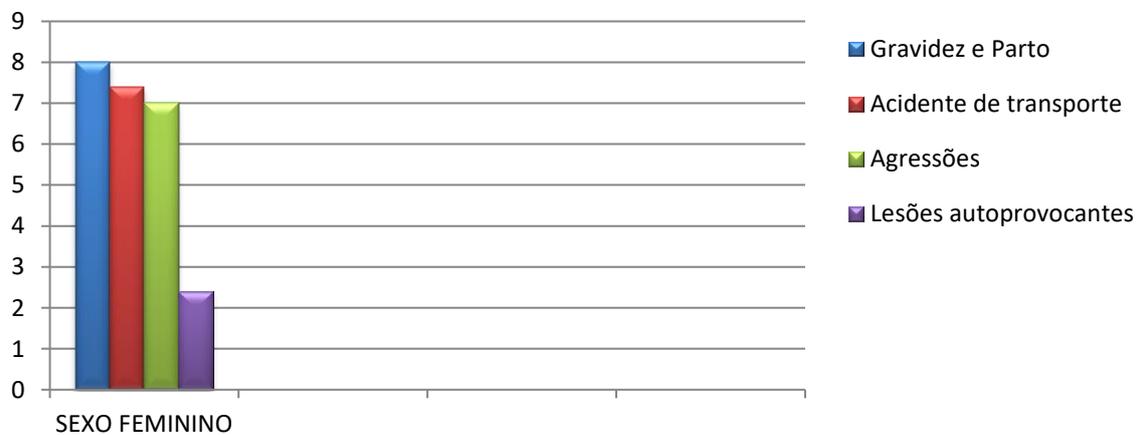
Gráfico 01 Principais causas de morte na idade de 15- 29 anos, sexo masculino, no Brasil, 2015.



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade, 2017. Taxa de mortalidade por 120 mil habitantes na idade de 15- 29 anos, sexo masculino. Brasil, 2015.

As principais causas de morte entre os jovens/adolescentes, entre 15 a 29 anos de acordo com o Sistema de Informação sobre a Mortalidade em 2017, constatou-se que o número de adolescentes do sexo masculino se destacava em relação ao sexo feminino. Sendo que 110,6 casos de óbitos são provocados por agressões físicas; 41,3 são mortes por acidentes de transporte; 9,0 é a terceira maior causa por lesões autoprovocadas voluntariamente.

Gráfico 02 Principais causas de morte na idade de 15- 29 anos, sexo feminino no Brasil.

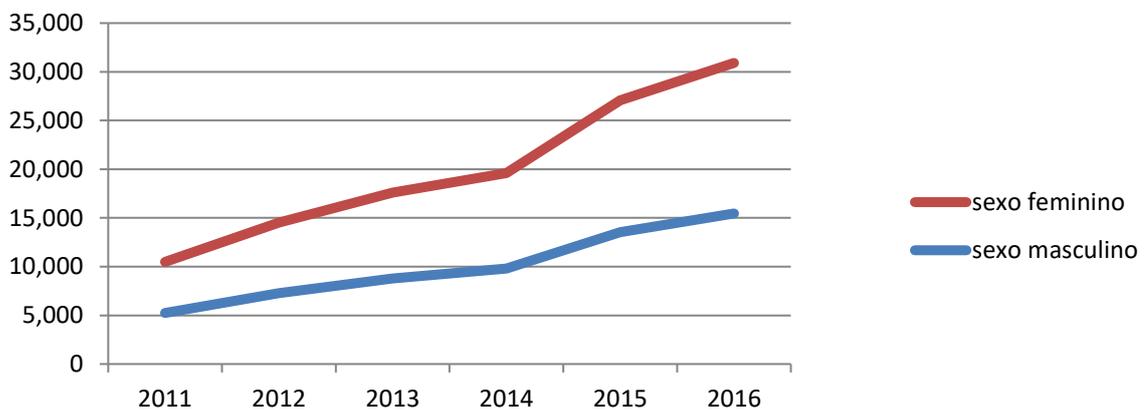


Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade, 2017. Taxa de mortalidade por 120 mil habitantes na idade de 15- 29 anos, sexo feminino, no Brasil, 2015.

De acordo com o Sistema de Informação sobre Mortalidade (2017) observamos que nos dados estatísticos a causa de morte entre os jovens de 15 a 29 anos nas mulheres estão relacionadas à gravidez, parto ou puerpério na adolescência com taxa de 8,0%; os acidentes de transporte com 7,4%; agressões físicas com 7,0%; lesões autoprovocadas voluntariamente com 2,4% entre os jovens no Brasil.

Observando os dados obtidos entre 2011 e 2016, pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (2017), constatamos que a partir de 2011 quando passaram a serem obrigatórias às notificações 48.204 (27,4%) foram tentativas de suicídio entre as 176.226 notificações de lesões autoprovocadas. Conforme analisamos no gráfico a seguir:

Gráfico 03 Notificações por lesões autoprovocadas entre 2011 e 2016.



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade, 2017. Entre 2011 e 2016 foram notificadas 176.226 lesões autoprovocadas.

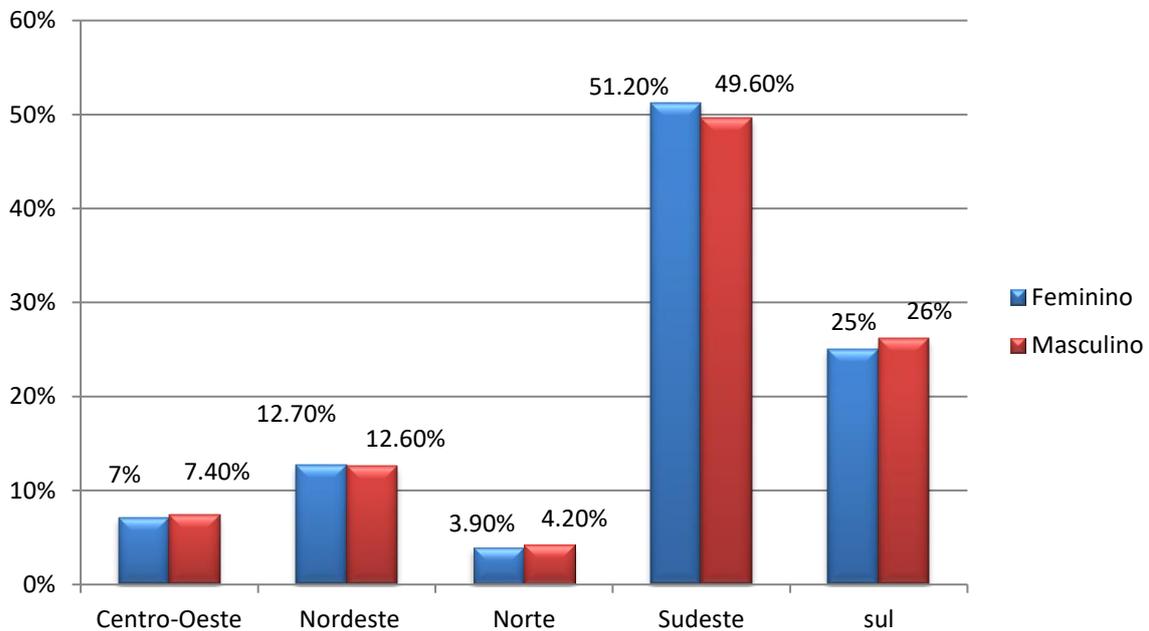
Figura 06 Casos de Lesões autoprovocadas.

CASOS DE LESÕES AUTOPROVOCADAS		
ANO	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO
2011	9.696	5.244
2012	13.898	7.266
2013	16.670	8.798
2014	19.910	9.797
2015	25.926	13.538
2016	30.013	15.455

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade, 2017.

De acordo com o gráfico 03 e a figura 06 constatamos que foram notificados 176.226 lesões autoprovocadas e o número entre o sexo feminino é maior do que do sexo masculino, em ambos os casos observa um acréscimo constante com o passar dos anos, 2011 havia 9696 casos do sexo feminino em relação a 5244 casos do sexo masculino, enquanto em 2016 aumentou exorbitantemente o número de casos 30.013 do sexo feminino e 15.455 do sexo masculino.

Gráfico 04 Proporção de notificações por lesão autoprovocada, de acordo com sexo e região de residência, Brasil, 2011 a 2016.



Fonte: Ministério da Saúde-IBGE, 2017.

Analisando as proporções de notificações por lesão autoprovocada, que compreende a violência de autoagressões física, a automutilação, tentativas de suicídio, constatou-se que a região sudeste apresenta-se com taxas alarmantes 51,2% do sexo feminino e 49,6% dos sexos masculinos em relação às outras regiões do Brasil, em seguida a região sul com 25% do sexo feminino e 26% do sexo masculino, a região com menor número de notificações concentra-se na região norte que consta com 3,9% do sexo feminino e 4,2% do sexo masculino. Com esses dados verificamos que as regiões sudeste e sul necessitam de um programa de intervenção de saúde como forma de prevenção para sanar as novas notificações de lesões autoprovocadas.

Figura 7 Característica das ocorrências dos casos de lesões autoprovocadas notificadas, de acordo com sexo, Brasil, 2011 a 2016.

Características da ocorrência	Feminino (N=116.113)		Masculino (N=60.098)	
	Residência	97.500	84%	43.524
Escola	841	0,7%	492	0,8%
Local prática esportiva, bar/similar, comércio, serviço, indústrias e construção.	1.728	1,5%	2107	3,5%
Via pública	5.612	4,8%	6222	10,4%
Outro	2.693	2,3%	2968	4,9%
Ignorado	7.739	6,7%	4785	8,2%

Fonte: Ministério da Saúde-IBGE, 2017.

Ao analisar as características da ocorrência dos casos de lesões autoprovocadas notificadas no Brasil, constatou-se que o sexo feminino atingiu o maior número de ocorrência registrado num total de 116.113 em relação do sexo masculino com 60.098, é importante compreender quais são os comportamentos que os adolescentes manifestam antes de realizar as lesões autoprovocadas. Os pais e os profissionais da educação devem observar à mudança de comportamento dos jovens, a irritabilidade, como a apatia, isolamento do grupo, perda do interesse pelas atividades antes realizadas, alterações no apetite, sonolência, crise de depressão, baixo rendimento escolar e baixa autoestima, pois a maior porcentagem de casos concentra-se na própria residência, atingindo 84% do sexo feminino e 72,4% do sexo masculino. Ao verificarem que o jovem apresenta vestígios de comportamento de lesões autoprovocadas, os pais ou o educador deve escutar o adolescente com carinho e paciência, dialogando e encaminhando-o para o auxílio de uma especialista.

Segundo o Ministério de saúde¹¹ (2017) na Agenda Estratégica para a vigilância e prevenção do Suicídio e promoção da saúde no Brasil 2017-2020:

A redução da taxa de mortalidade faz parte do objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. O Brasil está entre os países que assinou o

¹¹ Ministério de Saúde: Disponível em:

<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/Coletiva-suicidio-21-09.pdf>. Acesso em: 02/02/2018

Plano de Ação em Saúde Mental 2015-2020 lançado pelas OPAS com objetivo de acompanhar o número anual de mortes e o desenvolvimento de programas de prevenção. Ampliação do Acordo de Cooperação Técnica com o Centro de Valorização da Vida. (BRASIL, 2017).

Nesse contexto da nossa atualidade situamos os jovens adolescentes, estudantes da Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa, que atendia em 2017, sendo que o maior número de alunos adolescentes estudava no período da manhã. Realizamos um levantamento entre as turmas do 7º ano, envolvendo aproximadamente 210 alunos, com a finalidade analisar quais os problemas pessoais que mais vivenciavam?

O projeto de intervenção foi realizado utilizando como estratégia a roda de conversa, objetivando dialogar com os alunos, prazerosamente, favorecendo a todos os participantes o poder da voz, sua opinião, seus questionamentos, suas dúvidas, suas angústias são importantes para todos. Para Novais; Novais (2009) as rodas de conversa favorecem uma construção coletiva de conhecimento:

A roda não tem dono (a). Todos (as) podem participar. Todos (as) podem chamar para iniciar a roda. O ritmo da roda é ditado por quem dela participa. Para fazer girar a roda precisa de elos entre os (as) participantes, por isso é necessária a constituição de disposição para aceitar regras de convivência e a participação democrática e cidadã de todos (as). A roda é alimentada pelo prazer de estar juntos (as). A roda canta a tradição e também cria outros cantos. A roda como forma circular não tem fim, tampouco começo. Se alguém entra para a roda passa a ocupar todos os lugares, na medida em que a roda gira. Os (as) participantes vão eleger quais cantigas (temas, as questões sobre esses temas, a metodologia, os materiais de apoio etc.), dia, horário e tempo de duração da roda. A roda deve ter formas de registro resguardando a memória da roda (NOVAIS; NOVAIS, 2009, p. 2).

No projeto de intervenção pedagógica foram realizadas diversas rodas de conversas com os alunos, momento de diálogo, escuta sobre as situações que envolvem problemas vivenciados no seu cotidiano, coletando informações e sugestões de possibilidades de intervenção. Nas rodas de conversas identificamos, discutimos e construímos intervenções pedagógicas coletivas.

Para desenvolvermos as rodas de conversas adotamos algumas estratégias necessárias para atingirmos o nosso objetivo, primeiro momento uma dinâmica para descontrair e relaxar os alunos. No segundo momento utilizamos vídeos ou textos relacionados aos problemas de indisciplina, com o objetivo de levantar um questionamento e discussão em relação à situação problema da sala de aula, no final do debate sugestões e

elaboração de uma proposta de mediação. Para Novais e Nunes (2017) a Roda de Conversa é utilizada como instrumento de produção e análise de dados, de elaboração e avaliação de ações coletivas frente aos problemas identificados.

Cada Roda era única, com as marcas dos/as participantes e do contexto escolar, mas havia a sugestão de estrutura comum. O tempo era dividido em três momentos: 1) Aquecimento; 2) Desenvolvimento; 3) Encerramento e Avaliação.

AQUECIMENTO: Para sensibilização do grupo será desenvolvida uma dinâmica com a finalidade de integrar e sensibilizar os participantes da Roda de Conversa Temática para participarem da conversa sobre o tema, elaborarem e avaliarem intervenções com vistas à superação dos problemas identificados.

DESENVOLVIMENTO: Discussão provocada por indagações e apresentação de dados construídos durante a análise de documentos.

ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO: Nesse momento serão realizadas avaliações da Roda, estabelecidos encaminhamentos e indicação do novo tema da próxima Roda. Durante as Rodas, serão produzidos registros escritos que serão lidos e aprovados na próxima Roda. (UBERLÂNDIA, 2014, p. 34)

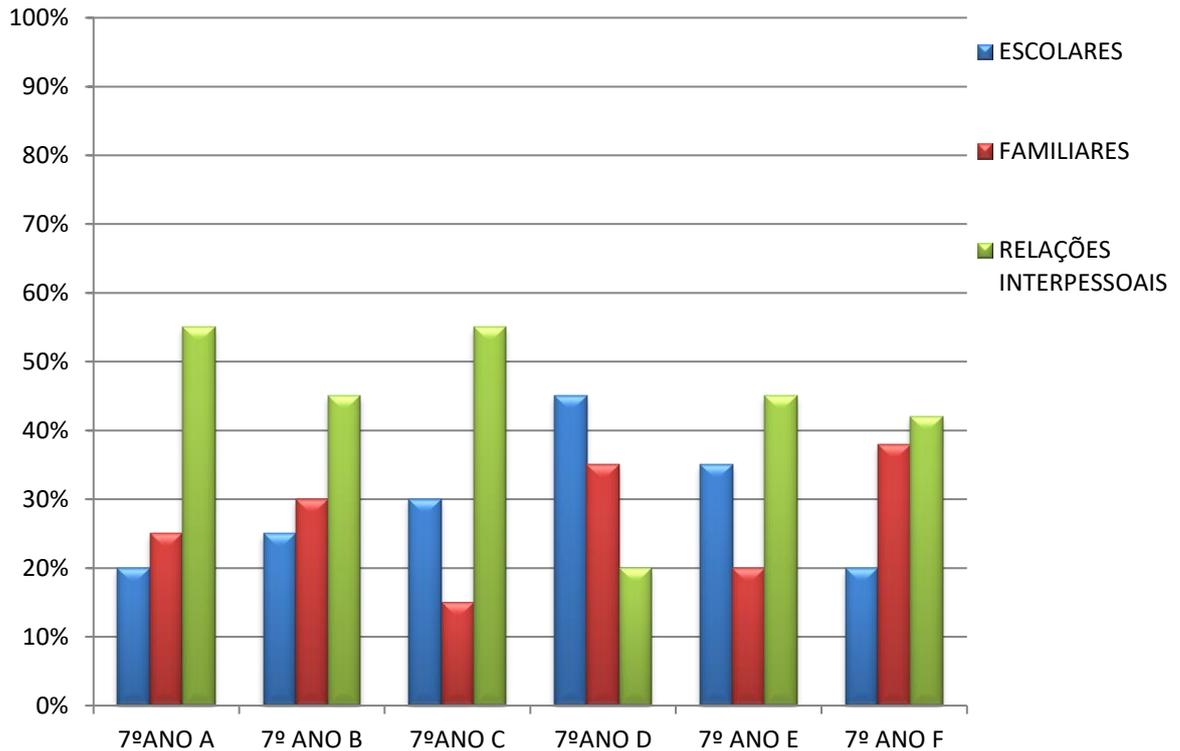
Durante todo o desenvolvimento do projeto utilizamos as estratégias da roda de conversa sugerida por Novais e Nunes (2017), pois a sensibilização do grupo é fundamental, utilizando-se de dinâmicas que torna as rodas mais prazerosas e descontraídas. Enquanto no segundo momento evidenciamos os questionamentos, as dúvidas e as sugestões, encerrando com novas propostas às resoluções do problema no coletivo indicando quais os caminhos deverão ser tomadas. Corroborando com o projeto, cito Hernández e Ventura (1998):

A ideia fundamental dos projetos como forma de organizar os conhecimentos escolares é que os alunos se iniciem na aprendizagem de procedimentos que lhe permitam organizar a informação, descobrindo as relações que podem ser estabelecidas a partir de um tema ou um problema. A função principal do Projeto é possibilitar aos alunos o desenvolvimento de estratégias globalizadoras de organização dos conhecimentos escolares, mediante o tratamento da informação. (HERNÁNDEZ E VENTURA, 1998, p.89).

Evidenciamos na concepção de Hernández e Ventura (1998) que os projetos possibilitam ao educador desenvolverem diferentes estratégias que permitirão aos educandos a compreensão e organização das informações referentes ao novo conhecimento.

No gráfico abaixo (gráfico5) registramos os dados relatados nas rodas de conversa, objetivando verificar quais os problemas pessoais que os adolescentes vivenciam no seu cotidiano escolar e familiar.

Gráfico 05 Quais os problemas pessoais que os adolescentes vivenciam?



Fonte: Dados sistematizados pela autora nas rodas de conversa, 2017.

Ao analisar o gráfico constatamos que um dos problemas mais acentuados pelos investigados estava relacionado às relações interpessoais, em seguida pelos familiares, os problemas escolares apenas foram averiguados nas turmas do 7º ano D e 7º ano E. Diante destas sensibilidades a situação dos adolescentes é preocupante, pois demonstra nas cotidianas manifestações de depressão, baixa autoestima e desmotivação, desencadeadas pelos abusos (sexuais e físicos) praticados, na maioria das vezes, pelos próprios familiares. São comuns também as práticas de *bullying*, a superproteção, o excesso de cobrança e as comparações com os modelos “impostos” pela sociedade, às mudanças na sexualidade ou gravidez na adolescência. Os problemas interpessoais tanto na família como na escola tem como consequência o alto índice de automutilação. Para elucidar citamos, Campos (1998):

Na nossa cultura, o adolescente experimenta desequilíbrios e instabilidades extremas. Oscila desde o ensinamento e a audácia até a timidez, o desinteresse e a apatia, concomitante com os conflitos afetivos, crises religiosas, intelectualização, posturas filosóficas conduta sexuais orientadas para o heterossexualismo e mesmo para a homossexualidade ocasional. (CAMPOS, 1998, p.116)

O adolescente independentemente da classe social, segundo as concepções de Campos (1998) vivenciam momentos de desequilíbrio emocional, manifestando-se sentimentos de abandono e rejeição. Os pais envolvidos nos seus problemas não dialogam com os filhos. Em relação aos problemas emocionais na adolescência, existe uma preocupação quando a repetição da atitude é frequente, expressando sintomas de algum distúrbio ou dificuldade emocional, segundo Campos (1998):

Ansiedade indevida sobre erros cometidos, acentuada despreocupação com seus erros, distração, divagação, falta de participação voluntária em classe, interesse metucioso em detalhes, tendência a perambular sozinho no recreio, recusa a tomar parte em jogos, recusa a qualquer reconhecimento ou recompensa, desejo de fazer o trabalho de um colega sem nota especial, fuga da responsabilidade, recusa a qualquer coisa que parece nova ou difícil, atitude crônica de apreensão. (CAMPOS, 1998, p.112)

Campos (1998) elucida em relação ao comportamento de oscilação e incertezas que ocorre no período da adolescência, que se encontra a transição entre a sua situação de dependência para a necessidade da autonomia, permeadas de dúvidas, incertezas, conflito familiares e pessoais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) ¹² considera a adolescência o período compreendido entre 10 a 19 anos que é caracterizada por uma fase de diversas mudanças, buscando soluções imediatas.

Portanto, os pais e os profissionais da educação precisam ter atenção especial em relação aos jovens/adolescentes, orientando-os, suprimindo as suas necessidades com carinho, afeição e atenção. Ressaltamos que não podemos deixar despercebidas as emoções que tentam esconder, os sentimentos a respeito de si mesmo e dos outros, que predominam na fase da adolescência. Assim, os adolescentes serão capazes de ultrapassar esses momentos sem dificuldades.

¹² Site da OMS; www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/. Acesso em: 05/05/2018

4.2- As estratégias utilizadas na escola

Para desenvolver o Projeto de Intervenção pedagógica, levou em consideração o contexto escolar, os objetivos educativos e a aprendizagem desenvolvida na escola, à inquietação, as demandas e a ansiedade dos professores e da equipe gestora da Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa em relação à indisciplina nas salas de aulas. Este problema tornou-se um desafio constante para os professores e para os estudantes que convivem, com educandos considerados indisciplinados e que acabam se prejudicando no processo de ensino e aprendizagem e nas relações interpessoais. Para subsidiar a elaboração e desenvolvimento do Projeto em 2017, utilizamo-nos textos de autores, como Romano (2007) para quem a definição de um tema/problema de um projeto de trabalho educativo requer fundamentar a decisão em:

A definição do tema é um trabalho em conjunto, no qual cada profissional da equipe traz a sua contribuição, buscando fundamentar a decisão tendo como base pelo menos quatro aspectos iniciais: os conteúdos curriculares previstos nas diferentes áreas de conhecimento, a vinculação do tema com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as características da classe e a relevância do tema na construção da identidade do aluno. (ROMANO, 2007, p.28)

Nesta perspectiva, segundo Romano (2007) os Projetos de trabalhos desenvolvidos no contexto escolar é uma maneira de organizar as atividades de ensino e aprendizagem, pois o envolvimento da equipe de profissionais é fundamental, levando em consideração quatro aspectos essenciais o currículo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a realidade vivenciada pelos alunos e a construção da identidade dos adolescentes. Para Hernández e Ventura (1998):

A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno do problema ou hipóteses que facilitam aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procede dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio. (HERNÁNDEZ E VENTURA, 1998, p.61).

Na concepção de Hernández e Ventura (1998) o projeto cria novas possibilidades de estratégias que irão favorecer a aquisição do conhecimento, a nova informação, as hipóteses, a busca para a resolução dos problemas e a transformação de novos saberes. Levando em

consideração as concepções filosóficas de Hernández e Ventura (1998) e Romano (2007) fundamentamos o desenvolvimento do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel Ulhôa, possibilitando e estimulando aos educadores a contribuição e a busca por estratégias diversificadas de acordo com os temas trabalhados, considerando o currículo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a construção e a transformação do conhecimento, estabelecendo assim uma síntese da atuação dos educadores e dos educando, conforme sugere Hernández e Ventura (1998):

Figura 08 Sequência de síntese da atuação dos professores e dos alunos no Projeto.

Síntese da atuação dos educadores e dos educandos no projeto	
EDUCADORES	EDUCANDOS
1-Estabelece os objetivos educativos e de aprendizagem.	2-Estabelece a possibilidade do tema.
3-Seleciona os conceitos, procedimentos que possam ser tratados no Projeto.	4-Realiza a avaliação inicial: O que sabemos ou queremos saber sobre o tema?
5- Pré-sequencialização os possíveis conteúdos a trabalhar em função da interpretação das respostas dos alunos.	6-Realiza proposta de sequenciação e ordenação de conteúdos.
7- Busca fonte de informação; elabora um índice.	
8- Compartilham propostas. Buscam um consenso organizativo.	
9- Prestabelecem atividades	10- Planeja o trabalho (individual, em pequeno grupo, turma).
11- Apresentam atividades	12- Realiza o tratamento da informação a partir das atividades.
13- Facilita meios de reflexão, recursos, materiais, informação pontual. Papel de facilitador.	14- Trabalho individual: ordenação, reflexão sobre a informação.
15- Favorece, recolhe e interpreta as contribuições dos alunos. Avaliação.	16- Auto avaliação.
17- Contrastes entre a avaliação e a auto avaliação	
18- Análise do processo individual de cada aluno: Que aprendeste? Como trabalhaste?	19-Conhecer o próprio processo e em relação ao grupo.
20- Estabelece uma nova sequência.	

Fonte: Adaptado da Sequência de síntese da atuação do professorado e dos alunos no Projeto. Hernández e Ventura (1998, p.82).

De acordo com a sequência de síntese da atuação dos professores e dos alunos no projeto, elaboramos o planejamento de ações didáticas a serem desenvolvidos, os professores que concordaram em realizar o projeto iniciaram com atividades diversificadas possibilitando a realização do levantamento dos conhecimentos já adquiridos pelos alunos em relação ao tema.

Para abordarmos o tema na sala de aula, os educadores elaboraram as estratégias que seriam utilizadas visando o tempo necessário, o local adequado para serem realizadas (na sala de aula, no pátio), a distribuição ou organização dos alunos (individual, em pequenos grupos ou na roda de conversa), os recursos utilizados. Reunimos com os alunos numa roda de conversa, objetivando promover um diálogo referente às questões relacionadas com a indisciplina no contexto escolar, com as turmas de 7ºs anos do ensino fundamental II, do período diurno.

Em cada momento do projeto realizamos a roda de conversa, adotamos como estratégia uma dinâmica diferenciada das outras, de motivação e relaxamento do grupo. Em seguida foi proposto um texto relacionado com o tema a ser problematizado, favorecendo a abertura do diálogo sobre as situações problemas relacionada à questão da indisciplina no contexto escolar. Os educandos analisam, discutem e propõem soluções “A definição dos objetivos do professor é feita logo após a escolha do tema, mas ainda de uma forma provisória, pois somente depois da participação dos alunos neste processo é que os objetivos serão completados.” Romano (2007, p.30).

Contudo, não podemos deixar de mencionar que cada roda de conversa realizada em cada turma possui as suas particularidades, na qual cada educando contribui com a sua participação trazendo ao grupo suas atitudes e ações, perante a situação problema. Contemplando assim, no projeto de intervenção pedagógica a sua significatividade, fundamentando-se na necessidade de resolver os problemas que subjazem ao processo de ensino aprendizagem.

As rodas de conversa foram compostas por alunos que estão na adolescência, e assim, levou-se em consideração à sua faixa etária como as necessidades específicas para a sua aprendizagem, elementos como a sexualidade, os namoros, as agressões, às paixões e as emoções que estão acentuadas. Esse momento teve como objetivo conhecer melhor o nosso educando, o perfil de cada um, o seu pensamento, como vivenciam a questão da indisciplina na sala de aula, concebendo o aluno como sujeito participativo do projeto, respeitando suas

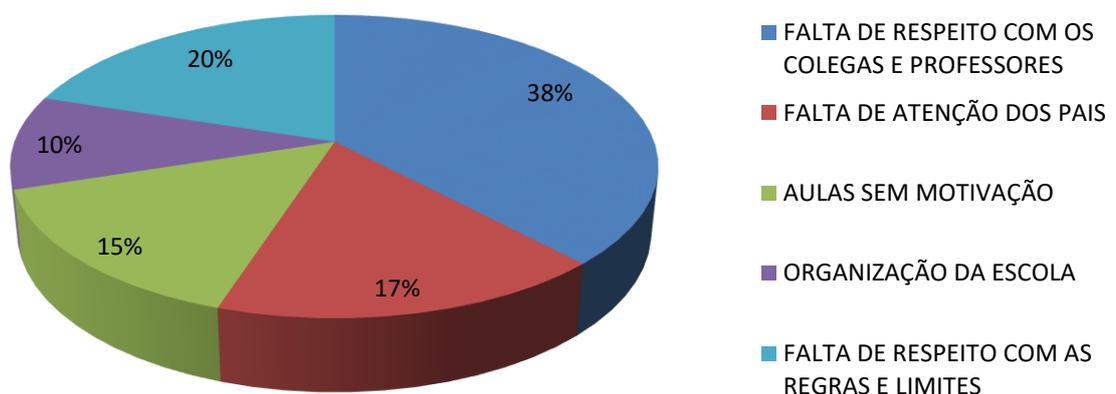
experiências e indagações. Assegurando a sua participação, como protagonista, favorecendo discursões constantes e promovendo a qualidade da aprendizagem.

As sequências de ações didáticas devem ser como um “quebra- cabeça”, cada estratégia completando a outra, com uma sequência lógica dos conteúdos. Nesta perspectiva o professor irá desenvolver no aluno atitudes para que possa lidar com as suas emoções, no relacionamento interpessoal ou consigo mesmo.

Segundo Vasconcelos (2000), a violência está presente na nossa sociedade, seja de forma direta, nos conflitos interpessoais, seja através da violência estrutural e cultural que dão origem a situações de humilhação, discriminação, exclusão e vitimização. Atualmente, verificamos conflitos e práticas de violência entre adultos, jovens e crianças, sendo um desafio para os pais e as escolas, pois a violência afeta o funcionamento dos processos de ensino e aprendizagem, as relações interpessoais e a construção de um ambiente saudável para o desenvolvimento da educação.

O Projeto de Intervenção Pedagógica também fez uso da entrevista semiestruturada como espaço de conversa e ampliação de informação sobre questões relacionadas à indisciplina na escola, destacando definições do/as alunos/as sobre indisciplina. A esse respeito, vejamos o gráfico 01:

Gráfico 06 - O que é indisciplina para você?



Fonte: Entrevistas realizadas com os/as estudantes durante o desenvolvimento do Projeto. Gráfico elaborado pela autora, 2017.

Ao incluirmos nas entrevistas a oportunidade do/a aluno/a expor sua definição de indisciplina, o objetivo era conhecer melhor o/a aluno/a, seu pensamento e como vivenciava a questão da indisciplina na sala de aula, concebendo-o/a como sujeito participativo do projeto, respeitando suas experiências e indagações. Assim sendo, assegurando a sua participação como protagonista do trabalho desenvolvido, favorecendo as discussões constantes e promovendo a qualidade da aprendizagem e da convivência social.

Mediante os dados coletados, nota-se, em relação à primeira pergunta que o aluno reconhece a indisciplina em sala de aula. Ao analisar o gráfico, evidenciamos que a maioria (38%) destaca como causa da indisciplina a falta de respeito entre os colegas e os professores, dificultando a convivência em grupo, e 28% o desrespeito para com as regras e limites da escola. De acordo com Aquino (1999):

Isto nos leva a considerar que os problemas “de convivência” irão aparecer sempre, porém o importante não é só evitá-los, mas manejá-los de maneira educativa. Assim, em uma análise das características de indisciplina e agressividade mais frequentes entre os estudantes, aparecem às seguintes:

- a) Incompetência emocional, grande parte dos problemas de violência provém de uma falta de controle das emoções;
- b) Aumento do individualismo, do egocentrismo, impedindo o aluno de ver o outro como um mediador na busca do conhecimento escolar, seja o outro professor ou o colega nas trocas indispensáveis nos trabalhos em grupo. Tentativas constantes de fazer a aula girar em torno de seus interesses e ideias;
- c) Desapego da escola, as mesmas atitudes individualistas e a falta de sentido de cooperação levam a um desapego do aluno a respeito da instituição escolar como micro sociedade na qual convive em grande parte do tempo;
- d) Condutas violentas, a aprendizagem da violência, em um contexto no qual esta aparece como única forma de solução dos conflitos leva a atitudes e comportamentos violentos, o que frequentemente é potencializado pela incompetência emocional anteriormente assinalada;
- e) Ausência de limites sociais gerando interrupções inoportunas, confusões, conflitos em sala de aula que perturbam o ambiente externo adequado a uma boa aprendizagem;
- f) Desvalorização, desqualificação do professor, da situação escolar, dos conhecimentos escolares;
- g) Tendência à intolerância, os contra valores mencionados, de individualismo, competitividade, falta de solidariedade, etc., frequentemente levam também a uma intolerância com o diferente;
- h) Tensões, grande ansiedade junto com a conduta indisciplinada causando alterações no foco de atenção, atrapalhando a memória imediata e do meio prazo em testes e provas, perturbando as construções de relações lógicas apoiadas nas informações do momento e nas anteriores;

- i) Atenção dispersa, dividida, voltada para as brigas, trapaças, roubos, etc., em que esteja envolvido direta ou indiretamente, ou seja, simples “torcedor” na sala de aula ou fora dela;
- j) Perda de aulas por atraso ou retirada de sala por indisciplina ou ainda suspensões disciplinares, gerando descontinuidade na construção de determinados conhecimentos;
- k) Não cumprimento de tarefas escolares fora do horário regulamentar que auxiliariam na desejada fixação e ampliação de conteúdos programáticos que seriam suportes para novos conhecimentos posteriores; (AQUINO, 1999, p.13).

Para Aquino (1999) a indisciplina na sala de aula é um problema de convivência que sempre irá estar presente, que é caracterizada como uma agressividade frequente, envolvendo a incompetência emocional, o egocentrismo, desapego da escola, ausência de limites sociais, perda de aulas, à intolerância, a desvalorização e desqualificação do professor, o não cumprimento de tarefas escolares e a tendência a condutas violentas são, portanto sinais de alerta, de preocupação, para analisarmos e propor uma intervenção pedagógica. Aquino (1999) ainda corroborando enfatiza:

Desse ponto de vista, a indisciplina passa, então, a ser algo salutar e legítimo para o professor. Indisciplina é um evento escolar que estaria sinalizando, a quem interessar, que algo, do ponto de vista pedagógico, e mais especificamente da sala de aula, não está se desdobrando de acordo com as expectativas dos envolvidos. O que fazer, então? Como interpretar claramente o que a indisciplina está indicando de forma indireta? (AQUINO, 1999, p.05)

Baseando-se nas concepções de Aquino (1999) buscamos interpretar os dados do gráfico 06, o que a indisciplina estava indicando de forma indireta para a equipe pedagógica. Analisamos os dados levantados com a equipe de professores e equipe pedagógica da escola, que indicaram a necessidade de realizar uma reflexão e análise da prática educacional: como a escola tem desenvolvido as práticas de resolução de conflitos, no ambiente escolar?

Corroborando Hernández e Ventura (1998) analisam:

Aproximar-se da identidade dos alunos e favorecer a construção da subjetividade, longe de um prisma paternalista, gerencial ou psicologista, o que implica considerar que a função da escola não é apenas ensinar conteúdos, nem vincular a instrução com a aprendizagem. (b). Revisar a organização do currículo por disciplinas e a maneira de situá-lo no tempo e nos espaços escolares. O que torna necessária a proposta de um currículo que não seja uma representação do

conhecimento fragmentada, distanciada dos problemas que os alunos vivem e necessitam responder em suas vidas, mas, sim, solução de continuidade. (c). Levar em conta o que acontece fora da escola, nas transformações sociais e nos saberes, a enorme produção de informação que caracteriza a sociedade atual, e aprender a dialogar de uma maneira crítica com todos esses fenômenos. (HERNANDEZ; VENTURA, 1998, p.61).

Diante desta reflexão crítica, Hernández e Ventura (1998) propõe que é necessário revisar a prática educacional, rever a organização dos conteúdos por disciplinas, na qual a escola deixa de ser apenas transmissão de conteúdos fragmentados, levando em consideração as transformações sociais e os saberes que os alunos trazem consigo.

Ancorando o projeto de intervenção nos relatos Hernández e Ventura (1998) buscamos discutir com os educadores a prática de projetos acompanhados do desejo de mudanças, construindo os conteúdos e as estratégias necessárias para a execução da sequência das ações didática desse Projeto de Intervenção Pedagógica, desenvolvido em 2017, envolvendo os alunos dos 7ºs anos da Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa.

Com a finalidade de resgatar os valores humanos, de construir novas estratégias educativas que pudessem contribuir para o aprimoramento das relações interpessoais entre professores e alunos entre os próprios alunos, tornando assim uma experiência significativa na vida do aluno. O trabalho desenvolvido com a pedagogia de projetos e/ou estratégia de Projetos em Educação, segundo Hernández e Ventura (1998,p.65): “Entre outros motivos, porque por meio deles, estamos tentando reorganizar a gestão do espaço, do tempo, da relação entre os docentes e os alunos, e, sobretudo, porque nos permite redefinir o discurso sobre o saber escolar” (aquilo que regula o que se deve ensinar e como se deve fazê-lo).

O projeto de intervenção pedagógica está relacionado à ideia de inovação, de promover mudanças, que irão projetar e impactar o presente e o futuro. Daí a intenção de possibilitar uma “**Educação em Valores Humanos: um olhar sobre o tema indisciplina no contexto escolar**”. Assim, buscamos relacionar a indisciplina com o *bullying* que permeiam as relações humanas na atualidade, criando diferentes estratégias pedagógicas para consolidar e ressignificar os valores humanos, o respeito entre as pessoas e a compreensão das normas escolares, proporcionando aos educandos vivências voltadas para a valorização da autoestima, do autoconhecimento e das relações interpessoais que favoreçam a mudança de concepções e de atitudes em relação aos outros.

Segundo o documento “Educação em Direitos Humanos”¹³ de 20 de outubro de 1997, os direitos humanos na educação podem ser definidos como:

Esforços de treinamento, disseminação e informação com vistas à criação de uma cultura universal de direitos humanos por meio da transferência de conhecimentos e habilidades, assim como da formação de atitudes dirigidas: (a) ao fortalecimento do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais do ser humano; (b) ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do senso de dignidade; (c) à promoção do entendimento, da tolerância, da igualdade de gênero e amizade entre todas as nações, povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; (d) à possibilidade de todas as pessoas participarem efetivamente de uma sociedade livre; (e) ao fomento às atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz (BRASIL, 1997, p.29).

Levando em consideração o documento “Educação em Direitos Humanos” (1997) traçamos o projeto de intervenção pedagógica, que corresponde aos ensinamentos dos valores humanos apreendidos e mediados por práticas pedagógicas individuais ou coletivas. Valoriza o fortalecimento ao respeito à diversidade, à pluralidade e o direito à educação de qualidade, tendo como objetivo, fortalecer os direitos fundamentais do ser humano e desenvolver nos educandos o senso de dignidade, da tolerância, da igualdade e da amizade.

Para concretizar a relação entre o ensino e aprendizagem em um projeto de intervenção educacional, faz-se necessário que “uma intervenção psicopedagógica seja preocupada em como favorecer a aprendizagem a partir da diversidade, não a partir das características e déficit dos alunos”. (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998, p.62)

Os professores buscaram elaborar os conteúdos, desenvolvendo estratégias que deveriam ser respeitadas por uma sequência lógica didática, garantindo momentos de vivências em dupla, individual, em grupos maiores e menores, nas rodas de conversas subsidiando o trabalho, garantindo ações que iriam enriquecer e aprofundar os conhecimentos adquiridos dos alunos e ao mesmo tempo resgatar as aprendizagens que ainda não foram construídas ou consolidadas. Partindo de conversas informais, da roda de conversa com os educandos sobre suas vivências, de dinâmicas na sala de aula, objetivando compreender e analisar os relatos e como os adolescentes analisa o mundo em que vive. Segundo o texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ¹⁴:

¹³Disponível em portal. mec.gov.br. Acesso em: 05/05/2018

¹⁴ Este projeto se fundamentou nas Diretrizes educacionais dos “Parâmetros Curriculares Nacionais” do MEC, 1998, uma vez que em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estava em discussão no âmbito do Conselho Nacional de Educação. Os PNCs estão disponíveis no site www.mec.gov.br > Pnaes > Secretarias >

Partilhar um cotidiano em que o simples ‘olhar-se’ permite a constatação de que todos — alunos, professores e demais auxiliares do trabalho escolar — são provenientes de diferentes famílias, diferentes origens e possuem todos os quais diferentes histórias, permitem desenvolver uma experiência de interação ‘entre diferentes’, na qual cada um aprende e cada um ensina. Traz a consciência de que cada pessoa é única e, por essa singularidade, insubstituível. Aprender a posicionar-se de forma que compreenda a relatividade de opiniões, preferências, gostos, escolhas, é aprender o respeito ao outro. Ensinar suas próprias práticas, histórias, gestos, tradições, é fazer-se respeitar ao dar-se a conhecer (PCN, 1998, p.138).

Diante da perspectiva dos PCN (1998) no cotidiano escolar constatamos educandos provenientes de diferentes famílias, classes sociais, culturas que permitam desenvolver uma interação entre diferentes formas de aprender e ensinar. Baseando nos PCN (1998), as rodas de conversa mencionadas por Novais e Nunes (2017) e Nascimento e Silva (2009) irão favorecer a singularidade de cada educando, suas opiniões, suas escolhas, seu posicionamento e aprender a respeitar ao outro. São importantes para a compreensão das situações/problemas vivenciados pelos alunos, seus interesses e sua participação, favorecendo a troca de diálogos e escuta. Enfatizamos Nascimento e Silva (2009).

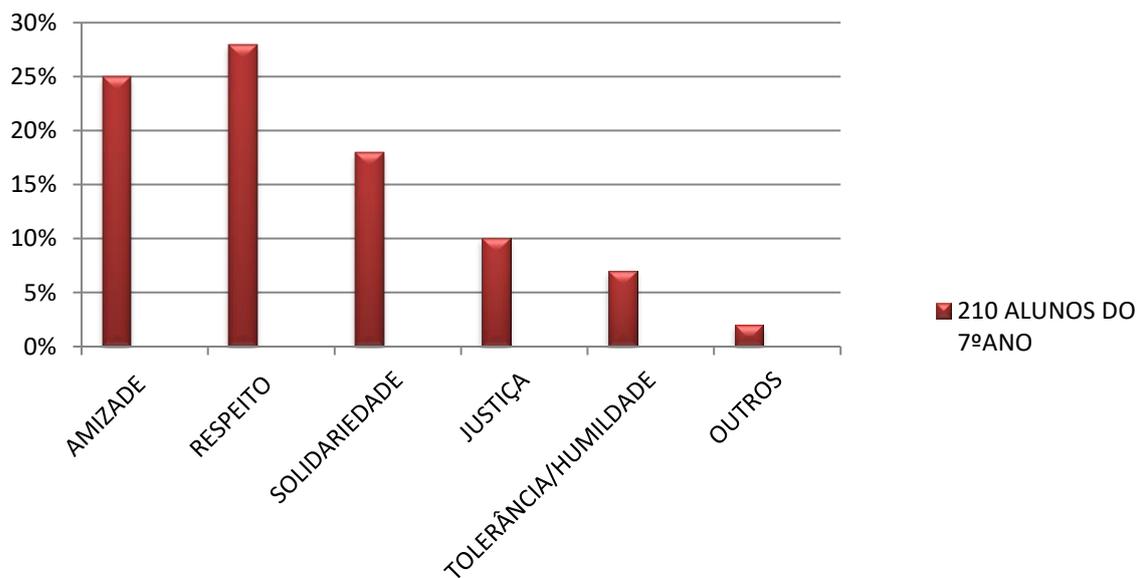
[...] metodologia bastante utilizada nos processos de leitura e intervenção comunitária, consistem em um método de participação coletiva de debates acerca de uma temática, através da criação de espaços de diálogo, nos quais os sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos. Tem como principal objetivo motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Envolve, portanto, um conjunto de trocas de experiências, conversas, discussão e divulgação de conhecimentos entre os envolvidos nesta metodologia. As Rodas de Conversa focalizaram produção e a problematização dos dados coletados, a elaboração e o desenvolvimento de ações pactuadas durante a realização das Rodas, provocadas por questões acerca das diferentes dimensões do processo educativo. (NASCIMENTO e SILVA, 2009, p. 1).

Sustentando-se nas concepções filosóficas de Novais e Nunes (2017) e Nascimento e Silva (2009), utilizamos as rodas de conversa, uma metodologia bastante utilizada, envolvendo o debate, as trocas de experiências, no qual cada um pode escutar os outros e também a si mesmo, essa participação coletiva tem como meta principal motivar a autonomia dos educandos, estimulando a participação e o envolvimento dos alunos no tema trabalhado,

provocadas por uma problematização sobre diferentes situações problemas vivenciadas no cotidiano escolar; possibilitando reflexões e socialização de diferentes saberes sobre a mesma problematização.

Após a dinâmica envolvendo as rodas de conversa, os educadores promoveram um momento mais específico, com duplas ou grupos menores, de acordo com a realidade de cada sala, oportunizando ao aluno a exposição de suas ideias, opinião confrontando-as com os seus colegas. A preocupação dos professores neste momento era a participação de todos os alunos efetivamente, respondendo e analisando as perguntas “O que é paz para você”? “O que é violência para você”? Que serão analisadas nos gráficos a seguir:

Gráfico 07 O que é paz para você?



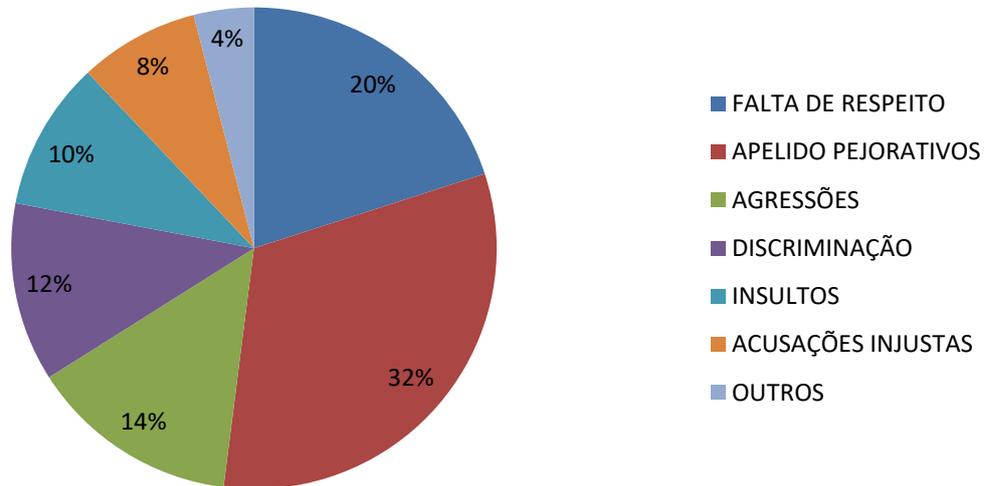
Fonte: Entrevistas realizadas com os/as estudantes durante o desenvolvimento do Projeto, 2017.

Diante dos dados, pode-se inferir que não há um conceito específico que defina o que representa a paz, para a maioria dos (as) alunos (as), dos 7ºs anos do ensino fundamental da Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa. Constatamos que o problema da indisciplina na sala de aula estava relacionado às questões emocionais do adolescente, aos conflitos e frustrações de novos relacionamentos nos grupos, nas turmas de amigos, fora do contexto familiar, de natureza ética, levando-os a agitação e turbulência neste momento da sua vida. Para os alunos o conceito de paz vincula-se à amizade, ao respeito, à solidariedade, à

tolerância e à humildade no seu cotidiano. Ressaltamos sobre este tema a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁵ (2004) que nos conduz a uma cultura de paz voltada para o diálogo, cooperação e educação:

[...] uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados (a). No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação (...). Artigo 2º, da Declaração da ONU sobre uma Cultura de Paz. (2004)

Gráfico 08 O que é violência para você?



Fonte: Relatórios das atividades realizadas pelos/as alunos/as, em dupla ou grupos e coordenadas pelos/as docentes da Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa, 2017.

Quanto ao conceito de violência, pode-se concluir que são múltiplos os significados. Dentre as respostas, enfatizamos o que se caracteriza como *bullying* na escola, partindo das experiências e vivências de cada educando. Utilizando as rodas de conversa obtivemos as respostas que mostraram os problemas que mais se destacaram entre os adolescentes como os “comportamentos” dos colegas que justificavam como “brincadeiras”, apelidos pejorativos para “zoar” uns dos outros (32%), a falta de respeito dos colegas, e de alguns professores e da própria família (20%); as agressões físicas de alguns colegas sejam para chamar a atenção, ou

¹⁵ Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 05/05/2018.

se posicionar como líder (14%); a discriminação constante que a sociedade impõe (12%); as acusações injustas provocadas pelos colegas em situações que não participaram (8%) e os insultos e ameaças (10%) praticadas todos os dias por colegas.

Constatamos que o relacionamento e a convivência dos adolescentes estão correlacionados às situações de conflito dentro da escola ou aos problemas familiares mal resolvidos. Ressaltamos que o *bullying* esteve presente em todas as respostas. Fante (2005) esclarece:

O *bullying* é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento *bullying*. (FANTE, 2005.p.28 e29)

O *bullying*, segundo Fante (2005) são manifestações constantes de atitudes agressivas e repetitivas no meio social principalmente entre os adolescentes. Para corroborar com o projeto analisamos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde (PeNSE) que realizou uma pesquisa com o tema *bullying* envolvendo todas as capitais do país, participou deste estudo alunos do 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas das capitais dos estados brasileiros e do Distrito Federal, entre março e junho de 2009. Segundo PeNSE (2009):

O relato de ter sofrido bullying quase sempre ou sempre nos dois últimos meses foi feito por 5,4% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental que participaram do PeNSE. A maior frequência foi registrada nos meninos em comparação com as meninas; não houve diferença entre as escolas públicas e privadas, nem em relação à cor/raça, ou escolaridade materna. A cidade com maior frequência foi Belo Horizonte e a menor foi Palmas.

Os estudos sobre violência no âmbito escolar são recentes, e os primeiros datam da década de 1980. Entretanto, a preocupação sobre o tema tem aumentado nos últimos anos, despertando a atenção dos educadores, da sociedade e das famílias. A violência presente nas escolas refere-se a um fenômeno complexo e tem afetado a vida cotidiana, como uma ameaça diária à integridade física, psíquica e da dignidade humana. Além disso, as diferentes manifestações das violências no âmbito escolar vêm comprometendo ainda mais a qualidade da educação no contexto da escola pública brasileira. (BRASIL, 2009, p.3069)

Para aprimorar os estudos sobre violência no âmbito escolar, principalmente o *bullying*, pesquisamos a Lei 13.185¹⁶, de seis de novembro de 2015, art.1º, que considera a intimidação sistemática *bullying*:

Art.1º, Todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-los ou agredi-la, causando dor e angústia a vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (BRASIL, 2015, p.05)

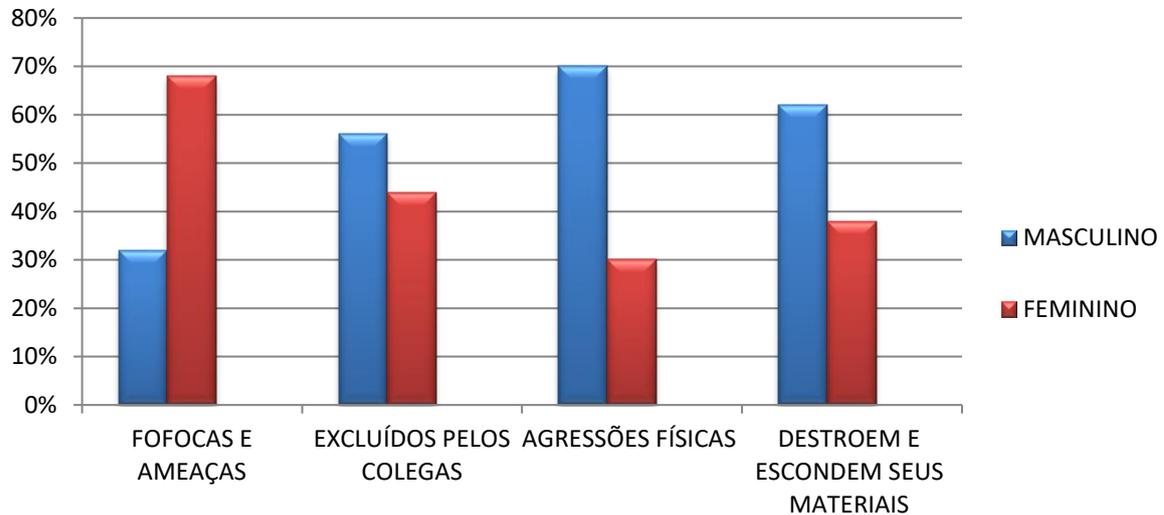
A intimidação sistemática, em algumas situações, não causa tragédias, mas essas agressões podem provocar sofrimentos, desencadeando dificuldades de aprendizagem e socialização, provocando graves sequelas emocionais. Destaca-se que as causas do *bullying* são inúmeras, mas a mais frequente está relacionada falta de estrutura familiar, a falta do diálogo, a falta de respeito na família; alunos que foram vítima de violência ou sofrem discriminação constantemente; alunos com baixo desempenho escolar que é criticado ou ameaçado pelos colegas. Mas além das agressões físicas o educando sofre com várias agressões psicológicas e emocionais que são prejudiciais ao seu desenvolvimento.

O *bullying* sempre contribui negativamente para o desenvolvimento de cidadãos, tornando-os estressados, deprimidos, com baixa autoestima, dificuldade de alta aceitação e resistência à frustração, independentemente da classe social.

De acordo com o gráfico “O que é violência para você”? Com o objetivo de verificarmos o envolvimento dos adolescentes do sexo masculino e feminino do 7º ano da Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa com o *bullying*, adotou-se como estratégia as rodas de conversa, constatamos que os adolescentes tanto do sexo feminino como masculino vivenciavam o *bullying* constantemente, como atitudes de desprezo, indiferença, difamações, fofocas, rumores degradantes em relação ao colega e aos seus familiares, que desencadeavam sentimentos de insegurança e revolta, levando o educando ao isolamento social; tornando-se pessoas retraídas e indefesas. Portanto, segundo os relatos dos alunos na roda de conversa, retratamos estatisticamente a exposição dos adolescentes em relação ao *bullying*, com o gráfico abaixo:

¹⁶ Disponível em www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L. Acesso em:05/05/2018.

Gráfico 09 Exposição dos adolescentes em relação ao *bullying*.



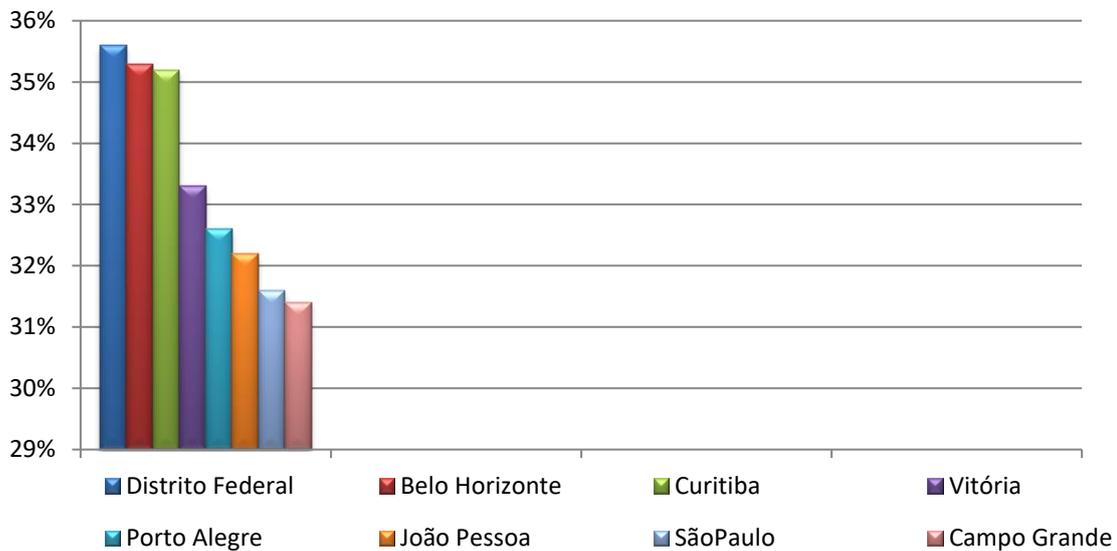
Fonte: Registros das Rodas de Conversa realizadas com os/as alunos/as do 7º ano – Escola Municipal Domingos Pimentel de Ulhôa. 2017.

Ao analisarmos o gráfico observamos que os adolescentes do sexo masculino sofrem com situações de *bullying* constantemente, sendo mais acentuada com 70% dos meninos são atormentados pela a agressão física, 62% sofrem com o *bullying* de esconder ou destruir seus pertences, enquanto que 56% dos meninos sofrem com as indiferenças e as exclusão entre os colegas em relação a 44% do sexo feminino; 68% das meninas sofrem com as fofocas, as ameaças e as difamações, bastante acentuadas em relação a 32% dos meninos.

O professor e o especialista de educação, pedagogo, neste momento de elaboração dos gráficos foram de fundamental importância, pois com o seu auxílio, os alunos após a coleta de dados, nas rodas de conversas, em pequenos grupos organizaram estatisticamente os dados relatados pelas suas vivências, transformando-os em gráficos que foram discutidos e analisados. Conclui-se que dentre os prejuízos desses maus tratos entre colegas de escola, tanto o agressor como a vítima, tem como consequência a perda do interesse pela escola, ficando desmotivados e sentindo-se inseguros diante da situação do *bullying*.

Enfatizamos assim o gráfico realizado pelo IBGE que analisa o percentual de estudantes que sofreram bullying por unidades da Federação. Durante a pesquisa realizada pelo PENSE (2009), constatou que 5,5% dos estudantes deixaram de ir à escola nos últimos trinta dias porque não se sentiam seguros na escola, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 10 Percentual de estudantes que sofreram Bullying por unidades de federação.



Fonte: IBGE, Ministério da Saúde, 2017.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas pelo IBGE (2010) constatou-se que Brasília, com 35,6% dos educandos entrevistados afirmaram terem sido vítimas de agressão, sendo considerada a capital do *bullying*, em seguida enfatizamos Belo Horizonte com a estimativa de 35,3%, seguida de Curitiba (Paraná) com 35,2%, Vitória (Espírito Santo) com 33,3%, Porto Alegre (Rio Grande do Sul) com 32,6%, João Pessoa (Paraíba) 32,6%, o ramig do bullying ainda continua com 31,6% em São Paulo (São Paulo), Campo Grande (Mato Grosso do Sul) em que 31,4% dos alunos relatam terem sofrido algum tipo de bullying, Goiânia (Goiás): 31,2%, empatados destacamos Teresina (Piauí) e Rio Branco (Acre): 30,8%.

Enfatizamos também a pesquisa realizada pelo PENSE (2015):

Quase 195 mil alunos do 9º ano (7,4%) afirmaram ter sofrido bullying (zombaria, intimidação) por parte de colegas de escola, na maior parte do tempo ou sempre, nos 30 dias anteriores à pesquisa. Entre os alunos que se sentiram humilhados alguma vez nos 30 dias anteriores à pesquisa, os principais motivos foram à aparência do corpo (15,6% ou 30,4 mil) e do rosto (10,9% ou 21,2 mil). Por outro lado, cerca de 520 mil alunos (19,8%) disseram já ter praticado bullying. Dentre os meninos, esse percentual foi de 24,2% e, entre as meninas, 15,6%. (BRASIL, 2015)

Após análise dos dados estatísticos com os alunos considerou-se que o *bullying* está constantemente sendo vivenciado na escola e que os responsáveis pela educação saibam identificar os tipos de agressores no ambiente escolar, pois na maioria das vezes são alunos

indisciplinados, que procuram suprir suas carências através do poder e do *status*; são, em geral, alunos que estão passando por problemas psicológicos, os pais ou responsáveis são omissos ou defendem os filhos mesmo sabendo que estão errados, para suprir as suas carências como falta de dinheiro, condições materiais precárias, dificuldade de sobrevivência ou doença na família.

Para identificamos a influência do *cyberbullying* ou *bullying virtual* na escola com os alunos do 7º ano, que ocorre por meio da internet, caracterizando-se como agressões virtuais, que se espalham utilizando o telefone celular, o notebook, o computador enviando mensagens pelo *whatsapp* ou *facebook* (e-mail ou vídeos). Interferindo na vida social dos educados, publicando comentários humilhantes, fotos ou filmagens de ações e atitudes realizadas pelos colegas, provocando a discriminação, críticas e zombaria, comentário perverso ou divertido. Identificamos no desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica que ainda é pequena a porcentagem de alunos da escola, que sofrem com *cyberbullying*, pois muitos os pais fiscalizam as mensagens enviadas e recebidas enquanto outros não possuem celular.

4.3 - Como a escola lida com o *Bullying*

O *bullying* parece estar enraizado na cultura da escola, não apenas no Brasil, mas em diversas partes do mundo. É um desafio que a escola precisa enfrentar e criar possibilidades para a formação da conscientização do respeito pelo próximo, independentemente das suas características, cultura, credo ou religião; superando essa prática abominável, pois interfere na dignidade do ser humano.

Segundo dados coletados pelo PENSE (2009), dos alunos que sofreram *bullying* 89% tinham idade entre 13 e 15 anos, 47,5% eram do sexo masculino e 52,5% do sexo feminino, sendo 20,8% estudantes de escolas privadas e 79,2% de escolas públicas. Quando se analisa a idade, não sofrer *bullying* é mais frequente entre adolescentes mais velhos: 15 anos (73,8%); 16 anos ou mais (74,8%); comparados com estudantes de 13 anos (65,3%). Em relação à variável sexo, não sofrer *bullying* é mais frequente entre as meninas (70,9%) que entre os meninos (67,4%). Sempre sofrer *bullying* é mais frequente entre meninos (6,0%) do que entre meninas (4,8%). Para Quintanilha (2011) a prática do *bullying* foi percebida deste 1978 até os dias atuais:

O primeiro pesquisador que percebeu o fenômeno *bullying* foi o professor Dan Olweus e seus estudos realizados na Universidade de Bergen- Noruega

(1978 a 1993) obteve grande repercussão. Porém, o governo norueguês atentou seu olhar para essa violência institucional apenas após o suicídio de três crianças entre 10 e 14 anos, que provavelmente foi influenciado por atos de maus tratos dos colegas. A partir desse fato, a autoridade norueguesa, pressionada pela população, realizou em escala nacional a Campanha *Anti-Bullying* nas escolas (1993). (QUINTANILHA, 2011, p.36)

Baseada nos relatos de Quintanilha (2011), a Campanha *Anti-Bullying* nas escolas apenas se efetivou após o ano 1993, quando a população percebeu e preocupou-se com a violência institucional na área de educação e sua consequência trágica, iniciando assim a manifestação populacional com o objetivo do governo criar medidas educacionais para evitar o fenômeno *bullying*. Para representar essa violência institucional relatamos a pesquisa elaborada pelo Centro de Empreendedorismo social¹⁷ e a administração em terceiro setor, para a ONG Plan Brasil no ano de 2009. De acordo com a tabela e o gráfico que representam alunos vítima do bullying entre o ano de 2.000 a 2.009 a seguir:

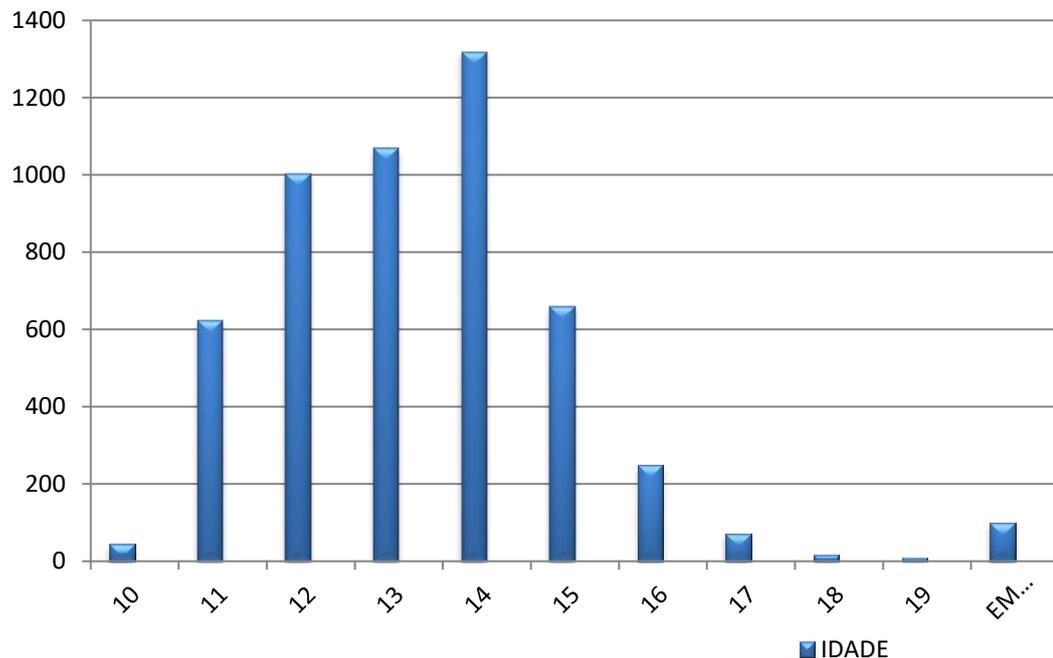
Figura 09 Alunos vítima do *bullying* por idade.

IDADE	QUANTIDADE	PORCENTUAL %
10	45	0,9
11	623	12,1
12	1004	19,4
13	1069	20,7
14	1319	25,5
15	660	12,8
16	249	4,8
17	72	1,4
18	17	0,3
19	10	0,2
EM BRANCO	99	1,9
TOTAL	5168	100%

Fonte: Relatório de pesquisa “Bullying escolar no Brasil” – 2017.

¹⁷ Centro de Empreendedorismo Social: Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/100/127/documentos/biblioteca>. Acesso em 10/07/2018.

Gráfico 11 Alunos que sofrem *bullying* por idade.



Fonte: Pesquisa feita pelo Centro de Empreendedorismo social e administração em terceiro setor, para a ONG Plan Brasil.(2010)

De acordo com as pesquisas realizadas pelo Centro de Empreendedorismo social para a ONG Plan Brasil (2010) no seu relatório final constatamos que foram ouvidos 5.168 alunos que participaram da pesquisa, a qual consistiu na aplicação de um questionário em 25 escolas públicas e particulares das cinco regiões geográficas do país, nas cidades de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), São Luís (Maranhão), Belém (Pará), Brasília (Distrito Federal), Brasília (Distrito Federal) e São Paulo (São Paulo). Observamos que há uma concentração de mais de 60% dos alunos na faixa etária de 12 a 14 anos que sofrem bullying, conforme demonstra a tabela (figura 06) e no gráfico acima. Fischer (2010).

Neste momento para contextualizar a pesquisa desenvolvida pelo Centro de Empreendedorismo social (2010), associando com as pesquisas realizadas na sala de aula como demonstramos nos gráficos, os professores planejaram as seguintes estratégias:

- Reconhecer as condições socioeconômica de cada região retratada nos gráficos, sua localização no mapa, sua população, sua cultura, as escolas oferecidas.
- Os alunos para vivenciar as situações de cada região encenaram a sua cultura e a condição socioeconômica.

- Análise dos gráficos realizados pela pesquisa do Centro de Empreendedorismo Social e do Ministério da Saúde (PeNSE) e as realizadas com os alunos, analisando e refletindo.
- Promover dinâmicas, momentos de interações na sala de aula, desenvolvendo o respeito e a liberdade de expressão.
- Estimular os alunos a pesquisarem sobre o tema *bullying*, retratando e expondo para os colegas utilizando diversos recursos como a multimídia (gráficos e tabelas) ou por meio de relatórios.
- Desenvolver produções de textos envolvendo as vivências dos educandos relacionadas com situações de violência e o *bullying*.
- Textos relacionados com *bullying e cyberbullying*, com gêneros variados, para análise e reflexão, a ortografia explorada sendo contextualizada.
- Incentivar os educandos a selecionar textos, informações, vídeos enfatizando o *bullying*, explorando diversos recursos como: livros, revistas, jornais ou pelos meios digitais.
- Análise histórica do *bullying* de acordo com cada época, suas causas e consequências até atingir a atualidade. Quem foi o primeiro pesquisador a identificar o *bullying*, quando se tem registros do *bullying*, fatos, acontecimentos. Comparação dos dados obtidos com dados atuais, utilizando os gráficos retratados pelo Centro de Empreendedorismo Social. Qual a relação da idade das crianças na primeira pesquisa e com dados atuais?
- As doenças provocadas pela violência, pelo *bullying* suas causas e consequências na vida social do educando.

Os professores questionaram e discutiram com os alunos os acontecimentos nas nossas escolas considerando imprescindível a contribuição de todos, para que extirpemos o *bullying* do convívio das nossas crianças, adolescentes ou adultos, nas salas de aula, nas redes sociais e até mesmo no seio familiar. De acordo a Cartilha elaborada pelo Ministério Público do Estado de Minas gerais (2016) as relações nas escolas e as transformações em seus espaços são dinâmicas, surgindo indagações constantes. Embora os estabelecimentos de ensino apresentem problemas comuns, as especificidades de cada escola e suas devidas realidades devem ser consideradas e respeitadas.

A Lei 13.185, que instituiu o “Programa ao Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*)” constitui como um dos seus objetivos: promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (*bullying*), ou constrangimento físico ou psicológico, cometidas por alunos, professores, outros profissionais integrantes de escola ou comunidade escolar. Mesmo sabendo que a responsabilidade não é somente da escola, mas também da sociedade, cabe à escola fazer a sua função, buscar e encontrar caminhos para a superação desse problema.

A escola é entendida pela sociedade, como espaço de práticas sociais e educativas em que o aluno convive, diretamente com valores regidos por uma sociedade. As experiências educacionais escolares abrangem as aprendizagens nas diversas áreas de conhecimento e do convívio humano, legitimam valores relacionados ao princípio de dignidade e a construção da ressignificação dos valores humanos pelos alunos. Os valores precisam ser vivenciados, em situações concretas. Somente assim podem ser incorporados. (MACHADO, 2000, p.95)

Dentro do contexto escolar os educadores ao desenvolver o projeto de intervenção pedagógica preocuparam-se em proporcionar momentos pedagógicos em que os alunos vivenciavam situações de respeito e ser respeitado, realizando ações justas, de como os colegas e os professores, podem ser solidários uns com os outros, da necessidade do viver e conviver bem, conhecendo, participando, opinando, ousando e transformando. Os professores usaram diversas estratégias como: dinâmicas em grupo, palestras, produções de textos, leituras diversificadas relacionadas com o tema, campanhas comunitárias, etc.

Nossos jovens, adolescentes e crianças pedem “socorro”, perante as situações de preconceito, quando estigmatizados com apelidos pejorativos, discriminações relacionadas à religião, etnia, sexo e outros. O *bullying* é uma ameaça constante, e neste sentido faz-se necessário almejar uma formação de professores (educadores) que sejam capazes de referendar ações educativas humanizadoras, promovendo o diálogo e a conscientização. Enfatizo o pensamento de Freire (1987) ao afirmar que:

[...] o diálogo surge como princípio educativo e filosofia de vida que transforma e humaniza o indivíduo. Diálogo que prescinde a palavra, palavra que é palavra e ação, pensamento e movimento, pois não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Diálogo que prescinde o amor, a veneração, o respeito ao outro, ao diferente, pois se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. Sem diálogo não há uma educação autêntica e libertadora. (FREIRE, 1987, p.95).

Na perspectiva de Freire (1987) a escola deve desenvolver um trabalho pedagógico visando à participação dos alunos na construção de uma sociedade justa e democrática, despertando a sua autoestima, valorizando o respeito ao próximo, empregando o diálogo entre os conflitos, repudiando as injustiças e discriminações, favorecendo ao aluno a capacidade de escolher e de realizar seu próprio projeto. Portanto, o trabalho educacional nas escolas deverá ser pautado por princípios de respeito, justiça, solidariedade e diálogo, que devem estar expressos na sua ação cotidiana.

Para Martinelli (1996, p.20), “a cada valor absoluto correspondem valores relativos que devem ser assimilados, ressaltados e praticados no cotidiano. A vivência desses valores alicerça o caráter por meio de transformações dos níveis da consciência”. A ideia de respeito se traduz na valorização de cada indivíduo em sua singularidade, nas características que o constituem, a sua individualidade e a sua alteridade. Segundo PENSE (2009):

O tema proposto é de extrema relevância no contexto atual das escolas, sendo urgente que medidas sejam efetivadas via políticas e práticas educativas que efetivem sua redução e sua prevenção. As escolas devem procurar identificar a ocorrência de *bullying* e outras formas de violência nas relações interpessoais, visando a sua eliminação. Devem ser incorporadas ações de prevenção e controle da violência. Nessa tarefa a escola necessita do apoio da comunidade, pais, sociedade civil, Secretarias de Educação, Saúde, dentre outras instituições.

Por se tratar de um fenômeno de numerosas interfaces e relevante importância para a saúde escolar e a saúde pública, áreas como a saúde e a educação, como práticas sociais, devem estabelecer no seu processo de trabalho – em conjunto com outras áreas e instituições – ações que potencializem a perspectiva interdisciplinar e Inter setorial para o enfrentamento dessa problemática e para a conseqüente promoção da qualidade de vida individual e coletiva. (BRASIL, 2009, p.3074)

Portanto, levando em consideração as concepções propostas no PENSE (2009) consideramos que a prática educativa deve ter como objetivo a formação dos educandos, incorporando práxis voltadas para a prevenção e controle da violência, buscando sanar as situações problemas, proporcionando um trabalho interdisciplinar envolvendo áreas da saúde pública, justiça, políticas públicas e educação. Objetivando promover a qualidade de vida, conscientizando da importância das virtudes e os valores humanos deverão ser consolidados, promovendo a conscientização da importância de suas escolhas, incentivando a superação dos erros e defeitos, buscando novas oportunidades.

4.4 – Interdisciplinaridades, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transversalidade.

O propósito deste tópico de análise é refletir sobre as possibilidades, as alternativas que possibilitam um projeto transversal, considerando o rompimento de concepções educacionais e curriculares, posturas e atitudes que possam dificultar ou mesmo impedir o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem escolar. Será preciso ter um novo olhar para a indisciplina, considerar a vivência dos educandos, criar novas atividades, dinâmicas diferenciadas, numa reflexão constante. A interdisciplinaridade implica uma busca de rompimento com a fragmentação dos componentes curriculares, numa nova fase do processo de aprendizagem, um trabalho em equipe de forma continuada, de cooperação, solidariedade e respeito pelas diferenças. De acordo com Fazenda (2005) a escola pode organizar atividades, projetos que envolvem a interdisciplinaridade, pois:

No projeto interdisciplinar não se ensina, nem se aprende: vive-se, exerce-se. A responsabilidade individual é a marca do projeto interdisciplinar, mas essa responsabilidade está imbuída do envolvimento- envolvimento esse que diz respeito ao projeto em si, às pessoas e às instituições a ele pertencentes. (FAZENDA, 2005, p 17)

Segundo Guimarães (2009), o projeto interdisciplinar:

Um projeto interdisciplinar não tem que necessariamente abranger todas as disciplinas, podendo tornar-se uma possibilidade/meio se atingir qualquer temática em suas várias dimensões. Se entendermos interdisciplinaridade como interpenetração de método e conteúdos, que se opõe à mera fusão ou justaposição, um projeto integrado não visa a delimitar ou reforçar as fronteiras dos territórios disciplinares dos vários campos de saber. Ao contrário. (GUIMARÃES, 2009, p.146)

Considerando as concepções filosóficas de Fazenda (2005) e de Guimarães (2009) compreendemos que a interdisciplinaridade se apresenta como uma interpenetração de conteúdos e métodos, neste processo a ação, a prática é fundamental, ampliando o campo do saber. O educador deve estar consciente da realidade da escola, dos educandos; e assim deve assumir a responsabilidade de repensar a sua prática, criar novas estratégias que tornem a escola prazerosa, procurar compreender e ajudar o aluno nas suas frustrações e ansiedades. Relembramos Freire ao afirmar que “o educador deve ser criativo para reinventar a sua prática, o educador precisa acreditar e ter esperança que é capaz de reinventar a própria

prática, caso contrário ele passa a tornar-se apenas mais um “passador” de conteúdo na sala de aula”. Freire (1996, p.17)

Corroborando com o projeto para Guimarães (2009) os alunos trazem uma bagagem de saberes e vivências, pois têm uma história fora dos muros da escola, múltiplos conhecimentos:

O aluno é um ser social completo, não é uma *tábula rasa*. Ele não apenas estuda e aprende, mas faz história, participa da história, possuem concepções, informações sobre os fatos históricos. Tem vida própria fora da escola, participa de outras organizações além da escolar, com as quais convive e aprende, ou seja, possui conhecimentos múltiplos, e esse saber já construído deve ser o início do caminho a percorrer. (GUIMARÃES, 2009, p. 144)

Nesta perspectiva Guimarães (2009) enfatiza que o educando não é um ser isolado, mas ele possui concepções, história de vida, informações que precisam ser integradas no processo de ensino aprendizagem. Para corroborar com o estudo, Edgar Morin (2007), uma das principais referências teóricas sobre o tema, nos explica que para avançar na mudança do pensamento, precisamos compreender para formar o pensamento complexo, pois apenas o avanço dessa concepção é capaz de provocar transformações, mudanças e reformas no pensamento, propiciando a interdisciplinaridade:

O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas (como a própria democracia, sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente, os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo em que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes. (MORIN, 2007, p. 23)

Segundo o documento propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)¹⁸ a interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzidos por uma abordagem que leva em conta a inter-relação e a influência entre eles,

¹⁸ Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf. Acesso em: 05/05/2018.

questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui. (PCN, 1998.p.30)

Para os PCN a interdisciplinaridade e a transversalidade estão ligadas entre si, pois a transversalidade possibilita a compreensão de diversos saberes extraescolares e favorece o conhecimento de outras áreas, superando o aprender fragmentado, construindo um novo saber. Enfatizamos as concepções de D'Ambrósio (2001):

A transdisciplinaridade, o indivíduo toma consciência da essencialidade do outro e da sua inserção na realidade social, natural, planetária e cósmica. Uma consequência imediata da essencialidade é que a inserção só pode se dar através de um relacionamento de respeito, solidariedade e cooperação com o outro, consequentemente com a sociedade, com a natureza e com o planeta, todos e tudo integrados na realidade cósmica. Esse é o despertar da consciência na aquisição do conhecimento. A grande transformação pela qual passa a humanidade é o encontro do conhecimento e da consciência. (D'AMBRÓSIO, 2001, p.34).

Para D'Ambrósio (2001) a transdisciplinaridade vai além das disciplinas, prepara para a vida, um fato que se realiza pela existência de três elementos: indivíduo/natureza /sociedade. Todos os indivíduos dependem da natureza para a sua sobrevivência individual; cada indivíduo depende de outro para a sobrevivência da espécie. Para o autor a pulsão da sobrevivência, presente em todas as espécies, implica a busca pelo indivíduo pela a sua própria sobrevivência e a sobrevivência da espécie, essa essencialidade só pode ser obtida através do relacionamento de respeito, solidariedade e cooperação com o próximo, encontro do conhecimento com a consciência.

Para alcançar os objetivos educacionais esperados, a coordenação pedagógica deve compreender a necessidade de organizar estratégias e procedimentos com a finalidade de proporcionar uma gestão participativa, de reunir e integrar as atividades das pessoas que atuam na instituição escolar, direcionando-as, compartilhando com os demais docentes para o desenvolvimento de um tema proposto. Segundo Bento (2007):

[...] nota que dentro do setor pedagógico não consta, em suas ramificações, a equipe **multidisciplinar**, no qual seria um setor de grande ajuda para o tratamento das demandas escolares. Pois essa ajuda não seria somente na questão do ensino dentro da sala de aula, pois esse já é alcançado pelo professor. Mas sim, questões do cotidiano, tanto psicológicas quanto sociais, que muitas vezes o professor não está capacitado para isso, assim como os profissionais da área.

[...] a composição de uma equipe multidisciplinar é feita por profissionais de diversas áreas, ou seja, com formações acadêmicas diferentes e que trabalham em prol de um único objetivo. O trabalho multiprofissional implica em responsabilidade, respeito aos demais profissionais, pois cada um realiza o seu trabalho pensando também no grupo, de forma que a equipe cresça, principalmente, na qualidade dos serviços prestados. (BENTO, 2007.p.56)

Ainda de acordo com Bento (2007, p. 57) “nem toda escola possui em sua estrutura organizacional, a formação de uma equipe multidisciplinar”. A atuação desta equipe é de suma importância no ambiente escolar, pois constituem em diversos profissionais envolvidos no processo educacional: pedagogos, psicólogos, psicopedagogo, fonoaudiólogo, assistentes sociais, instrutores de libras e de braille conforme a necessidade na instituição escolar e outros. São profissionais essenciais não somente em relação aos educandos e educadores, que são prioridade, alcançando também a família e a sociedade. Fica então, a critério da gestão escolar repensar sua metodologia e buscar um trabalho multiprofissional, fazendo a diferença no processo de ensino aprendizagem na instituição escolar. (LIBÂNEO, 2004)

Ao desenvolver o Projeto de Intervenção Pedagógica enfatizamos a importância de estabelecer uma relação entre o aprender conhecimentos sistematizados, abrindo espaços para a inclusão de conhecimentos extraescolares envolvendo a realidade, as vivências, criando novas possibilidades para a construção de significados, envolvendo a interdisciplinaridade e a transversalidade, rompendo com a fragmentação dos conteúdos, criando novas oportunidades, oferecendo aos alunos a possibilidade de conhecer novas práticas, uma nova maneira de ensinar.

4.5- Experiências metodológicas no projeto de intervenção pedagógica

O projeto de intervenção pedagógica foi construído em um trabalho coletivo, envolvendo a equipe pedagógica da escola, buscando a tentativa de promover a integração de várias disciplinas, rompendo com a fragmentação dos conteúdos, como defende o documento Parâmetro Curricular Nacional (PCN) “todos os temas transversais trazem um conjunto de transversalidade, fazem parte do ensino da Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Arte e Educação Física” (PCN, 1998, p.57).

Como uma prática inovadora na escola, o projeto de intervenção pedagógica, teve como objetivo proporcionar um olhar diferente sobre a indisciplina no contexto escolar em sua complexidade, com sensibilidade e criticidade respaldando-se nos direitos humanos. O

projeto de intervenção pedagógica, na tentativa de proporcionar a transversalidade e interdisciplinaridade, possibilitou uma transformação na prática pedagógica. Realizamos um trabalho sistemático e contínuo do decorrer do ano 2017, desenvolvendo com os alunos e os professores uma reflexão em relação aos conceitos, as atitudes e aos valores humanos, possibilitando a compreensão e a autonomia de atitudes e saberes.

Considerando os PCN (1998) a concepção em relação a escola e a atuação dos profissionais nela envolvida, o projeto de intervenção pedagógica considerou a convivência como essencial para o processo de ensino e aprendizagem, a consolidação dos princípios de respeito mútuo, justiça, diálogo e a solidariedade, que segundo a questão ética:

[...] o tema transversal Ética traz a proposta de que a escola realize um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral, o qual depende mais de experiências de vida favoráveis do que de discursos e repressão. No convívio escolar, o aluno pode aprender a resolver conflitos em situações de diálogo, pode aprender a ser solidário ao ajudar e ao ser ajudado, pode aprender a ser democrático quando tem oportunidade de dizer o que pensa submeter suas ideias ao juízo dos demais e souber ouvir as ideias dos outros. (PCN, 1998, p.48)

A proposta “Ética” nos PCN (1998) enfatizou que a escola deverá desenvolver um trabalho pedagógico relacionado com a resolução dos conflitos, envolvendo as experiências de vida dos alunos, como resolver as situações problemas, ensinar a dialogar, ser solitário, ser democrático, saber ouvir para conseguir sobreviver. Os projetos pedagógicos e os valores humanam são os alicerces que sustentam o processo educacional. “Nossos projetos nos sustentam, sendo sustentados, por sua vez, por uma arquitetura de valores socialmente acordados. Projetos e valores são os protagonistas do processo educacional”. (MACHADO, 2000, p.39)

Ao realizar essa pesquisa de intervenção pedagógica referenciamo-nos em Guimarães (2009), que salienta em relação aos projetos pedagógicos:

[...] o desenvolvimento dos projetos de trabalho no cotidiano de ensino e aprendizagem, não tem receitas prontas, medidas e sabores predefinidos. Acredito em projetos flexíveis, abertos. Cada professor, cada grupo de educadores, com sua maneira própria de ser, pensar e ensinar, em condições e contextos próprios, constrói a sua experiência. (GUIMARÃES, 2009, p.140)

Nesta perspectiva, ancorada na concepção de Guimarães (2009) delineamos estratégias a serem desenvolvidos de forma coletiva com a equipe dos professores e os alunos, sujeitos ativos e participativos do projeto. Acreditando num projeto flexível e aberto para receber sugestões, opiniões, experiências e dúvidas; que foram respeitadas durante todo o processo. Foram concretizadas atividades consideradas possibilidades de construção de conceitos novos nas diversas áreas, favorecendo o acesso aos conhecimentos e condições de interpretá-los para transformá-los em valores e virtudes que pudessem influenciar/ marcar o cotidiano. Para Hernández e Ventura (1998) é importante neste tipo de trabalho valorizar a cultura dos alunos:

Na escola, se pretendem valorizar nos alunos a autonomia pessoal, o senso crítico, os valores laicos e éticos, assim como o senso da democracia e da participação. A gestão pedagógica pretende ser facilitadora da atividade docente. Define-se como centro de renovação e inovação educativa permanente e organiza seu trabalho pedagógico em relação a diferentes formas e estratégias pedagógicas. (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998, p.158).

Após a realização da pesquisa na sala de aula, conforme demonstrado nos gráficos, define-se os temas que seriam abordados no Projeto a ser desenvolvido. Segundo Hernández e Ventura (1998):

Os alunos partem de suas experiências anteriores, da informação que têm sobre os Projetos já realizados ou em processo de realização de elaboração em outras classes. Dessa forma o tema pode pertencer ao currículo oficial, proceder de uma experiência comum, originar-se de um fato da atualidade, surgir de um problema proposto pela professora ou emergir de uma questão que ficou pendente em outros projetos.

Não existem temas que não possam ser abordados através dos projetos. Frequentemente o sentido de novidade, de adentrar-se nas informações e problemas que normalmente não se encontram nos programas escolares, mas que o aluno conhece através dos meios de comunicação conduz a uma busca em comum da informação, abrindo múltiplas possibilidades de aprendizagem, tanto para os alunos como o professorado. Tudo isso não impede que os docentes também possam, e devam propor aqueles temas que considerem necessários... (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998, p. 67e 68).

Ancorando nas concepções de Hernández e Ventura (1998) os temas desenvolvidos nos projetos de intervenção são de fundamental importância para a vida em sociedade, todos os temas que foram abordados possibilitaram a uma multiplicidade de conhecimento tanto para os educandos como para os educadores. No projeto de intervenção elaboramos os temas

de acordo com as problematização do nosso cotidiano, deparamo-nos com situações em que os valores humanos e a indisciplina estavam presente. De acordo os PCN (1998) a educação em valores humanos deve ser pautada em dois pilares:

[...] a afetividade e a racionalidade. A afetividade envolve o que chama de “projeto de felicidade”, enquanto a racionalidade se caracteriza pela elevação do indivíduo as responsáveis escolhas feitas, sendo livre para agir e consciente das consequências de seus atos. “Tanto a afetividade como a racionalidade desenvolve-se a partir das interações sociais, desde a infância e durante a vida toda”. (PCN, 1998, p.83)

Nesta perspectiva os valores humanos são caracterizados pelo estágio da autonomia do desenvolvimento da pessoa humana. A própria concepção de valores varia conforme as doutrinas filosóficas. Os valores, em algumas concepções, são tudo aquilo que traz felicidade ao homem, a afetividade como a racionalidade são a partir das interações sociais, envolvendo a infância à fase adulta, outros consideram que os valores se caracterizam por relações aos fins que se pretendem obter, a partir dos quais algo se define como bom ou mal. Outros defendem a ideia de que os valores são associados à ação educativa. Espera-se o efeito da ação educativa no comportamento do indivíduo. (D’Ambrósio, 2001, p.30).

O projeto de intervenção pedagógica tem como finalidade possibilitar aos alunos a possibilidade de adquirir conhecimentos e valores que irão permitir uma postura ativa, uma atitude cidadã, na sociedade. Nossa finalidade foi proporcionar a ressignificação dos valores humanos na atualidade, assim definidos por Bechara (2001):

- Preconceito: Opinião/ideia formada sem reflexão e sem fundamento sobre alguém.
- Tolerância: Qualidade de tolerante: que desculpa que admite opiniões contrárias.
- Humildade: Ausência de orgulho; modéstia, simplicidade, singeleza:
- Justiça: Virtudes que inspira o respeito ao direito de outra pessoa,
- Respeito: Ato ou efeito de respeitar (-se); considerar, respeitar as diferenças.
- Discriminação: Ato ou efeito de discriminar: diferenciar, distinguir o bom do ruim.
- Solidariedade: Sentimento de cooperação, companheirismo, amizade, apoio, ajuda.

O desenvolvimento de atitudes positivas estará vinculado aos conteúdos conceituais, aos procedimentos e aos conteúdos atitudinais que consiste em ensinar os alunos à capacidade

de empregar espontaneamente as atitudes e comportamentos positivos perante as situações na sociedade. De acordo com o PCN (1998):

Pensar sobre atitudes, valores e normas leva à questão do comportamento. As atitudes, alvo da atenção educativa, são disposições pessoais que tendem a se expressar por meio de comportamentos. Entretanto, há que se considerar que inúmeros fatores interferem nessa expressão e um comportamento, em si, não reflete necessariamente a atitude de alguém (PCN, 1998, p. 34)

Considerando a proposta do PCN (1998) refletimos que o comportamento do educando está relacionado com as atitudes, os valores e as normas vigentes. Nesse sentido, enfatizamos Pradel e Dáu (2009) sobre a necessidade de aprender a conviver, sair do egocentrismo dos seres humanos, reforçando o altruísmo, estabelecendo “vínculos pessoais baseados na compreensão”, e descobrir o outro de modo a tratá-lo humanamente, colocando-se no lugar dele e compreendendo-o. Esse aprender a conviver supõe o engajamento com projetos comuns.

O fundamental é discutir com os alunos os valores e as regras pré-determinadas, analisando-as e se necessário reformulando-as, o papel do educador é essencial para interferir e garantir a liberdade, a participação e análise crítica da realidade. Segundo o documento do PCN (1998):

Outra questão fundamental para o contexto escolar é a da relação entre autonomia e autoridade: permitir que valores e normas sejam discutidos, avaliados e reformulados não significa abolir, negar ou qualificar negativamente a autoridade dos educadores. Pelo contrário, reconhece-se lá é fundamental, uma vez que é nela que se apoia a garantia de direitos e deveres no contexto escolar. Estabelecer relações de autonomia, necessárias à postura crítica, participativa e livre pressupõe um longo processo de aprendizagem até que os alunos sejam capazes de atuar segundo seus próprios juízos. Esse processo não dispensa a participação da autoridade dos adultos na sua orientação. O que se coloca é a necessidade de essa autoridade ser construída mediante a assunção plena da responsabilidade de educar, de intervir com discernimento e justiça nas situações de conflito, de se pautar, coerentemente, pelos mesmos valores colocados como objetivo da educação dos alunos e de reconhecer que a autoridade dos educadores na escola se referenda numa sociedade que se quer democrática. (PCN, 1998, p.35)

Considerando os PCN (1998) representamos o movimento do projeto de intervenção pedagógica, buscando a interdisciplinaridade no interior da escola e a tentativa de estabelecer a autonomia que irá garantir uma postura crítica e participativa.

Figura 10 A busca da interdisciplinaridade.

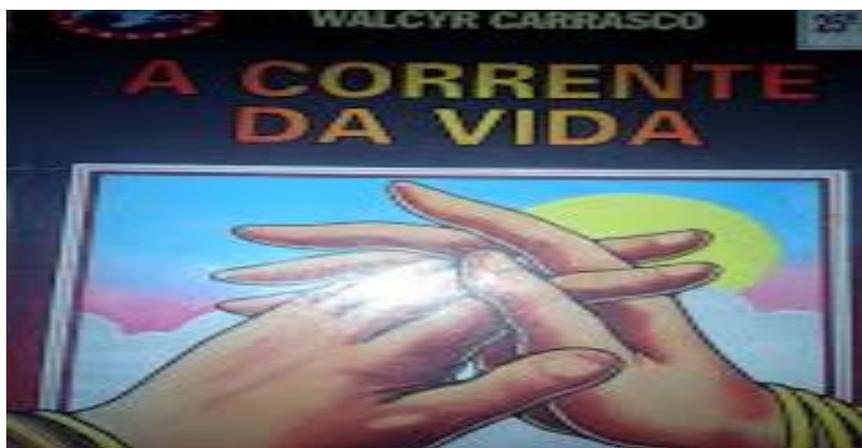


Fonte: Registro do movimento realizado com a equipe de professores/as na construção da interdisciplinaridade, 2017.

Portanto, o projeto político pedagógico da Escola Municipal “Domingos Pimentel de Ulhôa” (2016) propõe desenvolver uma educação democrática e libertadora que visa formar sujeitos críticos e transformadores de suas realidades, em busca de uma sociedade justa e inclusiva. Um projeto voltado para a construção de uma relação escola-família-sociedade inovadora, em que os sujeitos estejam envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Planejar e desenvolver estratégias pedagógicas para o desenvolvimento e sistematização do projeto, levou em consideração incentivar e valorizar a capacidade de questionar e propor mudanças, oferecendo informações, vivências e reflexões sobre os valores humanos essenciais para a convivência em sociedade. Acredita-se que juntos, sujeitos e grupos, têm maiores possibilidades de encontrar caminhos para atender as necessidades e expectativas educacionais.

4.5.1 Leituras: diversos gêneros textuais:

Figura 11 Explorando o livro “A corrente da vida”.



Fonte: autora, 2017

Dando continuidade as atividades desenvolvidas em relação ao *bullying* e a indisciplina, objetivando despertar o interesse dos alunos, a vontade de compreender, estudar e aproximando-os do tema. Os professores, envolvendo os conteúdos de todas as matérias, planejam estratégias com a finalidade de situar o tema estudado, contextualizando-o e estabelecendo relações do projeto com a sua vida, sugeriu aos alunos a leitura de um livro que trouxesse como tema central *o bullying*. Segundo Solé (1998):

As estratégias de leitura são as ferramentas necessárias para o desenvolvimento da leitura proficiente. Ler é compreender e interpretar textos escritos de diversos tipos com várias intenções e objetivos. A função do professor é desenvolver um trabalho efetivo no sentido da formação do leitor independente, crítico e reflexivo para uma sociedade letrada. (SOLÉ, 1998, p.35)

Considerando as concepções de Solé (1998) os professores planejam estratégias de leitura que permitam aos alunos preparar a sua leitura, com motivação e disponibilidade, por isso é fundamental trabalhar as estratégias por etapas que ocorrem antes, durante e depois da leitura do texto, que de acordo com Solé (1998) são:

a) Antes da leitura: O professor fornece explicações gerais sobre o que será lido, chamando a atenção dos alunos para os aspectos do texto que podem ativar o conhecimento prévio: título, subtítulo, enumerações, sublinhados,

mudanças de letras, introduções e resumos e incentivando-os a falarem o que já sabem sobre o tema.

b) Durante a leitura: Nesta etapa o leitor busca obter maior compreensão sobre o texto, sendo necessário maior esforço de leitura para obter êxito na tarefa. Assim o número de estratégias utilizadas tende a ampliar-se, podendo ser divididas em seis: formulação de previsões; formulação de perguntas; esclarecimento de dúvidas; resumo de ideias; avaliação do caminho percorrido e realização de novas previsões; relacionamento da nova informação adquirida do texto ao conhecimento prévio armazenado. Sendo que todas elas ocorrem concomitante e recursivamente

c) Depois da leitura: Nesta fase uma estratégia necessária é a identificação da ideia principal do texto lido, que irá demonstrar a capacidade do leitor em compreender o texto. O leitor poderá também, produzir um resumo escrito, através da estratégia de formular e responder perguntas. Todo este trabalho utilizando as estratégias de leitura deverá ser conduzido pelo professor, que necessariamente deverá servir de modelo de leitor competente. (SOLÉ, 1998, p.69)

Os professores, baseando-se nas orientações das estratégias de Solé, proporcionaram aos alunos algumas atividades de aproximação do tema, fornecendo explicações gerais sobre o livro proposto, incentivando o conhecimento prévio, dialogando sobre o título, subtítulo, introduções e resumos e incentivando-os a comentar e a curiosidade sobre o tema. Relacionando-o com a vivência dos alunos, integrando-o com os gráficos e as estratégias já realizadas para interpretação, contextualização e análise dos mesmos, promovendo reflexões sobre os valores humanos relatados.

O livro “A Corrente da Vida”¹⁹ aborda como as pessoas lidam com as doenças, a mais cruel e injusta, o preconceito. O cenário onde se passa a narrativa é uma escola pública, em que um dos alunos manifesta-se portador do vírus da HIV e os colegas demonstram um comportamento de discriminação e preconceito. Mas, nem todos são iguais, seus amigos se unem para lutar pela conquista do direito de estudar e continuar vivendo.

As professoras de Língua Portuguesa juntamente com a professora de Ciências, Ensino Religioso e Artes, promoveram estratégias que iriam enriquecer e ampliar o conhecimento dos alunos em relação ao tema:

- Reunir informações: textos, poesias, fotos, ilustrações, comentários da internet, propagandas, vídeos relacionados com a gravidez na adolescência (desejada ou indesejada); AIDS contágio, evitar a contaminação, métodos contraceptivos, preconceito e discriminação;

¹⁹ A Corrente da Vida. CARRASCO, Walcyr Rodrigues. **A corrente da vida**. São Paulo: Moderna, 1993.

- Analisar as informações sobre a vivência da adolescência em diversas culturas;
- Buscar notícias relacionadas às diversas formas de desrespeito, discriminação e preconceito com as crianças, aos jovens e aos idosos.
- Dinâmica para favorecer o questionamento da turma;
- Envolver os alunos na dinâmica do espelho, retratando-as com pinturas e desenhos as características positivas do aluno, favorecendo a autoestima.
- Organizar as mensagens e ideias expostas pelos alunos para produções de textos.
- Verificar por meio de dados estatísticos a região de maior abrangência do caso do vírus HIV.
- Explicar cientificamente as doenças sexualmente transmissíveis suas causas e consequências.
- Debater e analisar fatos inseridos no livro “A Corrente da Vida” comparando com fatos da vivência dos alunos, que retratam o preconceito e a discriminação.
- Confeccionar um painel em cada sala envolvendo os valores humanos.

Neste momento o professor de Ciências foi de fundamental importância para orientar os alunos em relação à sexualidade, as doenças sexualmente transmissíveis, como prevenir, como ocorre a sua transmissão, enquanto, o professor de Língua Portuguesa utilizava as reportagens, fotos, notícias e vivências para contextualizá-las na realidade atual, discutindo, refletindo sobre quais as atitudes que devemos tomar diante do tema abordado. Com os textos fornecidos pelos alunos o professor realizava o seu trabalho em relação ao gênero textual dos textos, organizando os alunos em grupo, cada grupo iria escolher um texto, baseado num roteiro fornecido pelo professor eles iriam organizar perguntas que conduziram a sua interpretação e a gramática estudada.

No Ensino religioso, o professor trabalhou com trechos retirados do livro e das reportagens oferecidas pelos alunos de fatos que mostravam a discriminação e preconceito, debatendo e refletindo sobre as ações retratadas. Possibilitando aos alunos momentos de conscientização da importância das nossas ações na vida do próximo, que as palavras se forem mal ditas conseguem provocar marcas profundas, enquanto as palavras ou gestos positivos elevam o indivíduo, a sua autoestima, tornando uma pessoa melhor. Deste o primeiro momento em que iniciamos o Projeto de Intervenção Pedagógica, a professora de Artes juntamente com alunos combinou de confeccionar um painel de acordo com o tema de cada sala de aula relacionado com os valores humanos escolhidos pelos alunos como

representação da turma, utilizando de diversas estratégias para realizar o painel como peças de quebra-cabeça, grafismo e outros.

Após a leitura foi proposta uma roda de conversa, envolvendo os professores dos 7ºs anos, oportunizando o debate e discussões relacionadas ao tema do livro “A Corrente da Vida” envolvendo os valores da atualidade, favorecendo relatos dos momentos vivenciados pelos alunos, de preconceito e discriminação. Segundo Solé (1998):

O processo descrito requer uma atividade mental construtiva muito intensa, é um processo que vale a pena. Além da experiência emocional gratificante associada a aprender, e que é ao mesmo tempo causa e efeito da motivação intrínseca, quando aprendemos significativamente ocorre à memorização compreensiva pelo processo de integração da nova informação à rede de esquemas de conhecimento antes mencionada. Essa memorização diferente da memória mecânica faz da possibilidade de utilizar o conhecimento integrado, sua funcionalidade, para a resolução de problemas. (SOLÉ, 1998, p. 45)

Considerando assim, as concepções de Solé (1998) os professores preocupados em favorecer uma aprendizagem significativa envolvendo experiências emocionais prazerosas associadas ao aprender e principalmente com o envolvimento dos alunos, pois muitos alunos são tímidos ou sentem vergonha de perguntar devido à questão do tema ser a sexualidade, foi elaborada uma dinâmica favorecendo para que todos pudessem participar. Neste momento deve-se existir uma relação de confiança entre professor/aluno. Os professores precisam estabelecer respeito ao tema desenvolvido, trabalhando a discriminação e o preconceito esclarecendo e informando os alunos do ponto de vista científico sobre as suas dúvidas, conscientizando-os da importância dos cuidados que devemos ter com nosso corpo. De acordo com Romano (2007):

No trabalho com projetos, aprender a fazer perguntas é tão importante quanto dar respostas. E esta uma das formas pelas quais se efetiva a participação dos alunos no processo de ensinar e aprender, pois ao indagar sobre os problemas que os ajudam a construir suas identidades, despertamos neles o interesse pelo conhecimento, o desejo por saber, a motivação por aprender. A participação dos alunos é entendida não só como um ato de fazer algo, mas também como a possibilidade de pensar as ações e planejá-las, tarefa esta que, tradicionalmente, é exclusiva do professor. A participação do aluno está relacionada, também, com o exercício de tomada de consciência do seu próprio processo de conhecer, isto é, de tornar explícitas as formas pelas quais elabora o seu conhecimento. (ROMANO, 2007, p.20)

Dinâmica realizada na sala “Quebra Gelo”.²⁰

- Ao iniciar o debate sobre o tema, o professor deve esclarecer aos alunos que todos podem tirar as suas dúvidas, facilitando os questionamentos e a participação de todos. Os educandos deverão escrever suas perguntas no pedaço de papel de tamanho iguais que serão distribuídos a todos, depositando na nossa caixinha secreta que chamaremos de “Quebra Gelo”. Todos deverão devolver o pedaço de papel, mesmo que não tenham perguntado.
- É importante frisar que não devemos expor o aluno diante dos demais. Por meio desta dinâmica podemos trabalhar as dúvidas, os medos, as informações deixando que os alunos se sintam livres para perguntar.
- No retorno da “caixinha de Quebra Gelo”, o professor começa retirando as perguntas uma por vez para que juntos iniciem o debate, verificando a qualidade, a pertinência das perguntas e o interesse dos alunos.
- Nesta dinâmica deve-se além de promover o conhecimento científico, favorecer a problematização do *bullying/cyberbullying*, do preconceito, das crenças, das atitudes, da discriminação e da solidariedade, o professor deverá orientar e conduzir o debate deixando com que os alunos tirem suas próprias conclusões.
- Tratando-se de uma questão polêmica e complexa, foi realizada uma reflexão sobre o tema abordado do livro “A corrente da Vida”, desvendando assim os valores que a permeiam, possibilitando aos alunos questionamentos, posicionamentos perante o problema, abrangendo uma compreensão ampla da realidade, ultrapassando os limites dos preconceitos.

Neste momento foram desenvolvidas as seguintes situações vivenciadas conceituais:

- Gravidez na adolescência;
- Gravidez desejada ou indesejada;
- Métodos anticoncepcionais e exemplos;
- Doenças sexualmente transmissíveis e formas de prevenção;
- AIDS, suas vias de transmissão e formas de prevenção;
- Distinção entre portador de HIV e acometido pela AIDS.
- Preconceito, discriminação, respeito, amizade e tolerância,

²⁰ 201 Dinâmicas de Grupo: Disponível em: www.profdoni.pro.br/home/images/sampledata/2012/pdf/livros/dinamicas_. Acesso em 15/10/2017

Para aprofundar o tema foi realizada a reflexão crítica conscientizando os alunos da importância da sexualidade na nossa vida, respeitando as diferenças, sendo solidários aos sujeitos portadores de qualquer doença; mas valorizando e conscientizando da importância do cuidado com a sua saúde. Enfatizando as doenças sexualmente transmissíveis (DST)²¹ e as infecções sexualmente transmissíveis (IST). De acordo com o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais passa a usar a nomenclatura “IST” (infecções sexualmente transmissíveis) no lugar de “DST” (doenças sexualmente transmissíveis). (BRASIL, 2016)

Foram propostas as seguintes estratégias:

- Promover uma entrevista com a comunidade relacionada com o tema;
- Elaboração de cartazes para conscientizar a comunidade;
- Exposição na Mostra cultural sobre o tema;
- Organizar uma palestra relacionada com o tema.
- Organizar uma campanha comunitária solidária na escola.

As atitudes e comportamentos que se pretende desenvolver serão mencionados durante todo o projeto de intervenção pedagógica, neste momento foram desenvolvidos os seguintes conteúdos atitudinais:

- Respeitar as diferenças individuais de cada um: raça, corpo, comportamento e outros durante as fases de desenvolvimento;
- Respeitar os colegas nos diferentes momentos de desenvolvimento físico, emocional ou psíquico;
- Respeitar todas as pessoas do seu convívio;
- Comportar-se com respeito perante a sexualidade;
- Diminuir a ansiedade perante os medos referentes à contaminação do vírus HIV;
- Ser solidário e respeitar as pessoas portadoras do vírus HIV e outras doenças;
- Valorizar o seu corpo cuidando da sua saúde física, psicológica.

²¹ DST/ IST. A nova denominação é uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde por meio do Decreto nº 8.901/2016 publicada no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17. Disponível em: www.aids.gov.br/pt-br. Acesso em 20 de junho 2017.

O trabalho com esse tema envolve sentimento que precisam ser percebidos e respeitados. O professor precisa levar em consideração o contexto sócio econômico e histórico que tem papel fundamental nos comportamentos, nas crenças e nos valores predeterminados. O papel do professor de problematizador e orientador do debate foram essenciais para desenvolver o projeto para que os educandos aprendessem a refletir e tomar decisões de acordo com seus valores em relação ao outro, a si mesmo e ao coletivo. Segundo os PCN (1998):

O trabalho com esse tema, ao mesmo tempo em que fornece informação sobre a AIDS, possibilita que os jovens exponham os medos e angústias suscitados e se questionem sobre os diferentes mitos e obstáculos emocionais e culturais que impedem à mudança de comportamento necessária a adoção de práticas de sexo protegido. Dentre os obstáculos emocionais, vale destacar os mecanismos de onipotência e de negação entre os adolescentes de demandam espaços contínuos de discussão para que possam vir a tona e modificar-se. A crença de que “comigo não vai acontecer” ou de que não há risco porque ‘eu só transo com quem eu conheço’ é reveladora desses mecanismos, que se utilizam do pensamento mágico, tentando obter controle sobre todas as variáveis envolvidas no relacionamento sexual. Nega-se a evidência de as coisas escapam a possibilidade humana de ter conhecimento e domínio sobre elas, ainda mais na turbulenta vivência adolescente. (PCN, 1998.p.235)

Neste prisma o trabalho desenvolvido não é tarefa única do professor, nem apenas do aluno. Apesar de o professor saber o que pretendia desenvolver com os alunos, possibilitou momentos de diálogo, questionamentos favorecendo a sua participação em seu processo de aprendizagem, possibilitando uma aprendizagem significativa. Os educandos neste projeto exercem a função de sujeitos ativos do processo, sabendo quais as contribuições deste estudo para a sua vida e suas interferências no cotidiano escolar.

4.5.2- Dinâmicas de grupo e confecção de cartazes.

Durante o desenvolvimento do projeto o trabalho relacionado com o tema os valores humanos, abordados no livro “A Corrente da Vida”, foi proposto aos alunos para construir junto um quadro esquema do Projeto, onde será visualizado o tema, as causas apresentadas e como podemos amenizar ou sanar o problema.

A construção esquemática vai sendo construída passo a passo com os educandos, conforme desenvolve o projeto. Segundo Romano (2007, p.37) “é importante que a rede seja construída dia a dia, para que as crianças construam o significado das conexões estabelecidas

e percebam a inter-relação entre todos os elementos da rede”. Nesse esquema não há uma sequência lógica a serem seguidas, as dinâmicas realizadas pelo professor poderão começar por qualquer elemento do quadro, sendo que conforme o projeto vai desenvolvendo poderão ocorrer mudanças no esquema.

Partindo do esquema proposto pelos alunos foi realizado um trabalho envolvendo os conteúdos das disciplinas, relacionando os problemas de indisciplina vivenciados no cotidiano escolar - tema transversal - como a falta de interesse em aprender, os preconceitos, a discriminação e os conflitos de relacionamento interpessoais, utilizando de dinâmicas e reflexões com os alunos.

A roda de conversas foi utilizada como uma estratégia importante nesse projeto, concomitantes à sensibilização dos alunos e sugestões para solucionar o problema. Apesar de estarmos numa era digital, uns conectados aos outros, através das redes sociais, ao mesmo tempo estamos sozinhos trancados no nosso mundo individual. As pessoas falam, comentam e criticam sobre diversos assuntos, deixando de lado as suas angústias, seus medos, sua ansiedade, sua depressão, sua emoção. É nesse momento em que as rodas de conversa se destacam, pois, todos os alunos estão de frente um para o outro, oportunizando a convivência em grupo.

Os professores, com o objetivo de proporcionar atividades que promovessem uma reflexão e conscientização nas atitudes, uma mudança nas relações dos valores humanos, que fossem além da aquisição dos conhecimentos. Sistematizou atividades envolvendo dinâmicas que segundo a Sociedade Brasileira de Dinâmica de Grupo (2006, p. 1), “dynamics é uma palavra de origem grega que significa força, energia, ação”, uma ação que desempenha uma intenção de mudança no comportamento do grupo. Segundo Perpétuo e Gonçalves (2005): [...] a dinâmica de grupo constitui um valioso instrumento educacional que pode ser utilizado para trabalhar o ensino-aprendizagem quando optasse por uma concepção de educação que valoriza tanto a teoria quanto a prática e considera todos os envolvidos neste processo como sujeitos. (PERPÉTUO E GONÇALVES, 2005, p. 2).

As dinâmicas oferecem a possibilidade de promover o ensino aprendizagem na forma coletiva, estimulando a criatividade, a convivência em grupo, possibilitando as mudanças de comportamentos, melhorando os relacionamentos interpessoais e possibilitando a intervenção na convivência e no meio social do educando. As dinâmicas em grupo ou individual precisam ser planejadas objetivando atingir a meta proposta. Para Perpétuo e Gonçalves (2005):[...] objetivos específicos de uma determinada estratégia educativa, no sentido de estimular a

produção do conhecimento e a recriação deste conhecimento tanto no grupo/coletivo quanto no indivíduo/singular, uma vez que a técnica da dinâmica não é um fim, mas um meio – é uma ferramenta a ser usada. (PERPÉTUO e GONÇALVES, 2005, p.20)

As dinâmicas além do planejamento, organização e sistematização dos conceitos, podem ser classificadas em quatro tipos de dinâmicas, segundo Tavares e Lira (2001):

Dinâmicas de Apresentação: são aquelas que visam eliminar as tensões e proporcionar um ambiente de cordialidade e aceitação mútua.

Dinâmicas de Descontração: são aquelas que têm o objetivo de descontrair, eliminando a monotonia e proporcionando o despertar do interesse do grupo por temas específicos com devida liberdade em seus comentários.

Dinâmicas de Aplicação: são as que contribuem para o repasse do conteúdo, facilitando a assimilação dos mesmos pelos participantes.

Dinâmicas de Avaliação: é o tipo de dinâmica que contribui para que, após as atividades, os participantes avaliem o desenvolvimento do estudo, assim como a apresentação de sugestões para possíveis melhoramentos. (TAVARES E LIRA, 2001, p. 57)

Ao realizar o planejamento das dinâmicas, a equipe pedagógica organizou cada dinâmica segundo as concepções de Tavares e Lira (2001), ou seja, no primeiro momento a apresentação do grupo utilizou durante todo o projeto as dinâmicas de descontração e aplicação, levando em consideração as necessidades dos adolescentes que precisam de ajuda e orientação diante dos sentimentos de tristeza, decorrentes de fracassos, frustrações e perdas que levam a manifestações de raiva, angústias e acabam provocando a indisciplina na sala de aula; no final de cada dinâmica foi sugerida a avaliação do tema estudado. De acordo com Amaral (2008):

- 1) Objetivos – o professor deve ter clareza sobre o que quer com a técnica e deve pensá-la respeitando esses objetivos.
- 2) Ambiente – o espaço onde se desenvolverá a técnica deve ser adequado e pensado de modo a não inibir os participantes. Algumas técnicas podem ser percebidas como constrangedoras, por isso devem ser pensadas para serem executadas em ambientes fechados, por exemplo.
- 3) Duração – as técnicas devem ser pensadas com tempo determinado para seu início e fim.
- 4) Número de participantes – estar atento a quantas pessoas participarão é fundamental para pensar a técnica mais adequada e para providenciar os materiais necessários.

5) Materiais – os recursos necessários ao desenvolvimento da técnica podem ser os mais variados, desde o papel, lápis, tinta, som, até equipamentos mais complexos, como projetores multimídia, filmadoras, iluminação etc.

6) Perguntas e conclusões – o momento da síntese do que foi produzido permite resgatar a experiência e os sentimentos de cada um, bem como chegar a conclusões sobre o tema discutido.(AMARAL,2008,p.11)

O projeto de intervenção pedagógica amparou-se nas propostas mencionadas por Amaral (2008), os educadores ao desenvolver as dinâmicas preocuparam em estabelecer os objetivos, o espaço físico apropriado para o desenvolvimento de cada dinâmica, a duração, o número de alunos que participariam, os materiais necessários utilizados na mesma, no qual iria possibilitar aos alunos resgatar as experiências e os sentimentos, organizando a conclusão no final da dinâmica. Pichon- Rivière (1998) menciona:

[...] um grupo opera melhor quando há em seu conjunto de pessoas pertinência, afiliação, centramento na tarefa, empatia, comunicação, cooperação e aprendizagem. A **pertinência** pode ser vista como a qualidade da intervenção de cada um no grupo; a **afiliação** é a intensidade do envolvimento do indivíduo no grupo; o **centramento na tarefa** é o eixo principal da cooperação, refere-se ao grau de interação com que um participante mantém o vínculo com o trabalho a ser efetuado, e avalia a dispersão e a realização de esforço útil do indivíduo; a **empatia** é o modo como o grupo pode ganhar força para operar cada vez mais significativamente; a **comunicação** é essencial para que haja entrosamento; a **cooperação** é o modo pelo qual o trabalho ganha qualidade e operatividade; a **aprendizagem** é o resultado do trabalho e deve ser essencialmente colaborativa. (PICHON-RIVIÈRE, 1998, p. 04)

A equipe pedagógica e os educadores respaldaram-se nas concepções de Pichon-Rivière (1998) ao organizarem os grupos nas dinâmicas, possibilitaram aos alunos a liberdade de escolher o grupo para participar das dinâmicas, segundo os educadores quando existe empatia entre os alunos o envolvimento nos grupos é melhor quando conseguem ter afinidade, pois se comunicam entre si mesmos, existindo uma cooperação e participação de todos na aprendizagem, desenvolvendo-se significativamente na qualidade e na operatividade. Segundo Pichon-Rivière (1998) a dinâmica é positiva quando está relacionada à cooperação, a comunicação e a operatividade que o grupo se desenvolve.

Objetivando conscientizar os educandos sobre importância de respeitar o próximo, da solidariedade e da convivência em grupo foi realizado dinâmicas que proporcionaram o equilíbrio na sala de aula. Cito abaixo algumas dinâmicas utilizadas durante o desenvolvimento do projeto:

➤ Dinâmica “**da Folha da Revista**”²²

Objetivo: Reflexão, conscientizar do poder das palavras.

Material: folhas de revista, pátio ou sala, todos sentados em círculo.

Procedimento:

Entregar uma folha de revista a cada participante e pedir para que amassem bastante a folha, após todos amassarem pede para que desamassem novamente deixando a folha como era antes. Ninguém irá conseguir então se explica que a folha representa as nossas palavras que uma vez ditas não podem mais serem consertadas, por isso devemos ter cuidado ao falar para que não venhamos a machucar o próximo, pois uma vez aberta à ferida será difícil cicatrizar.

➤ Dinâmica “**Ilha Deserta**”:

Objetivo: Incentivar a solidariedade, amizade.

Materiais: Folha de jornal, som de música.

Procedimentos:

Os participantes formam uma roda, pondo-se de pé em cima de jornais espalhados pela sala. Estes representam ilhas desertas no meio do oceano. No entanto a deslocação de uma ilha para a outra tem uma regra: aquele oceano tem tubarões e outros animais marinhos perigosos, pelo que ninguém deve tocar no chão. Mas os tubarões apenas se acalmam ao som de uma música, nesse momento as pessoas podem visitar as outras ilhas. Quando a música parar os tubarões volta a ficar agitados e todos deverão estar em uma ilha, caso a ilha desaparece, o que poderemos fazer para ajudar o colega?

➤ Dinâmica: “**Jogo das Virtudes**”:

Objetivo: Despertar a importância de nos habituarmos a enxergar as virtudes, aceitar defeitos e viver em harmonia com o mundo.

Material: Folha sulfite em branco, caneta.

Procedimento:

Os alunos assentados em círculo, o educador inicia uma introdução que deve fazer os participantes refletirem sobre o velho hábito de falar mal e reparar sempre nos defeitos dos outros, mesmo nos amigos e parentes: estamos sempre ressaltando o mau-humor da esposa, a avareza do pai, o egoísmo da irmã, a preguiça da namorada, a vaidade... Enfim, quase sempre

²² <https://pt.slideshare.net/danielasipert/201-dinmicas-de-grupo>

reparamos muito mais nos defeitos do que nas qualidades. Por uma questão de hábito os defeitos aparecem muito mais que as qualidades. Pois bem, nesse momento faremos um “exercício” para começar a mudar esse velho hábito, pois iremos falar apenas de VIRTUDES, e nunca de defeitos”. Cada aluno recebe papel e caneta, onde anotará a principal virtude (qualidade) que acha do companheiro sentado à sua direita, sem identificar a pessoa, apenas colocará a "qualidade", por exemplo: "honestidade" e não "honesto", "simpatia" e não "simpática", "coragem" e não "corajosa", e assim por diante. Os papéis serão dobrados, recolhidos e misturados. O educador então começa a ler as virtudes e os participantes tentarão identificar quem assume melhor aquelas características. O mais votado recebe o papel e guarda até o final do jogo. Detalhe: nessa hora aquele que escreveu não revela o que foi escrito. Quando todos os papéis forem distribuídos cada um deve dizer como se sentiu, sendo identificado por aquela característica: se concorda ou não que ela seja sua característica mais marcante. O companheiro do lado revela o que escreveu dele e justifica.

➤ **Dinâmica “O Espelho”**

Participantes: 10 a 35 pessoas

Tempo Estimado: 30 minutos

Modalidade: Valorização Pessoal.

Objetivo: Despertar para a valorização de si mesmo, enfatizando os valores humanos.

Material: Um espelho escondido dentro de uma caixa, de modo que ao abri-la o integrante veja seu próprio reflexo.

Procedimento:

O coordenador motiva o grupo: "Cada um pensa em alguém que lhe seja de grande significado. Uma pessoa muito importante para você, a quem gostaria de dedicar a maior atenção em todos os momentos, alguém que você ama de verdade... com quem estabeleceu íntima comunhão... que merece todo seu cuidado, com quem está sintonizado permanentemente... Entre em contato com esta pessoa, com os motivos que a tornam tão amada por você, que fazem dela o grande sentido da sua vida..." Deve ser criado um ambiente que propicie momentos individuais de reflexão, inclusive com o auxílio de alguma música de meditação. Após estes momentos de reflexão, o coordenador deve continuar: “Agora vocês vão encontrar-se aqui, frente a frente com esta pessoa que é o grande significado de sua vida." Em seguida, o coordenador orienta para que os integrantes se dirijam ao local onde está a caixa (um por vez). Todos devem olhar o conteúdo e voltar silenciosamente para seu lugar,

continuando a reflexão sem se comunicar com os demais. Finalmente é aberto o debate para que todos partilhem seus sentimentos, suas reflexões e conclusões sobre esta pessoa tão especial. É importante debater sobre os objetivos da dinâmica.

➤ **Dinâmica: “Não faça com o outro”**

Tempo: 30 minutos

Modalidade: Discriminação e preconceito

Objetivo: Despertar no aluno sentimentos vivenciados pelos colegas nos momentos de preconceito e discriminação.

Procedimento:

Em dupla os alunos recebem situações relacionadas com o bullying, a violência, a discriminação, o preconceito e outros. Assim, abordamos atitudes e situações encontradas na escola, em sala de aula, em casa e na família que podem representar momentos de injustiça, agressão física ou oral, discriminação, desrespeito, intolerância com o próximo. As duplas devem encenar a situação proposta para os colegas. Na roda de conversa os colegas deverão relatar a sua opinião. E o aluno que recebeu o *bullying*, a violência doméstica ou outra situação deveria relatar os seus sentimentos no momento. Quais as atitudes que deveríamos ter perante cada situação. Quem poderia procurar para sanar esse problema?

Para aprofundar ênfase a dinâmica com o tema violência doméstica, sugerida pelos alunos, apresentamos alguns vídeos relacionados com os valores humanos, destacamos a reportagem²³ que mostra a violência intrafamiliar. Discutimos assim, a violência doméstica contra crianças, que tem a infância e a adolescência marcadas por traumas por toda a vida. Situamos a violência doméstica durante o contexto histórico social, enfatizando a extrema preocupação na área da saúde, devido ao grande número de crianças e adolescentes atingidas e à magnitude de suas sequelas.

Enfatizamos a definição de violência doméstica relatada por Azevedo (2008, p. 8): [...] todo ato ou omissão praticado por parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dor e/ou dano físico, sexual e/ ou psicológico à vítima – numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto. Analisamos as pesquisas referentes ao tema, constatamos que para o Laboratório²⁴ de Estudo da Criança - LACRI (2007), “a violência doméstica é uma violência interclasses sociais, permeando todas as classes sociais,

²³Disponível em: www.minutopsicologia.com.br/.../violencia-intrafamiliar-infantil-e-su... Acesso em 10/10/2017.

²⁴Disponível em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm> Acesso em: 10/11/2017.

uma violência de natureza interpessoal.” Segundo LACRI (2007) a violência doméstica consiste:

É uma violência interpessoal; é um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis;

É um processo que pode se prolongar por vários meses e até anos; É um processo de completa objetualização da vítima, reduzindo-a a condição de objeto de tratamento abusivo;

É uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança; em na família, sua ecologia privilegiada. Como esta pertence à esfera do privado, a Violência Doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo. (LACRI, 2007).

Discutimos e analisamos os conceitos mencionados pelo Laboratório de Estudo da Criança –LACRI (2007) nas dinâmicas de aplicação, verificando que a questão da violência doméstica ganhou destaque a partir da década de 1960, quando uma pediatra norte-americana teve a iniciativa de denunciar as agressões ocorridas dentro dos lares. O Laboratório de Estudos da Criança considera como violência doméstica (2007):

Violência Física Doméstica: Corresponde ao emprego de força física no processo disciplinador de uma criança ou adolescente por parte de seus pais (ou quem exercer tal papel no âmbito familiar como, por exemplo, pais adotivos, padrastos, madrastas). A literatura é muito controversa em termos de quais atos podem ser considerados violentos: desde a simples palmada no bumbum até agressões com armas brancas e de fogo, com instrumentos (pau, barra de ferro, taco de bilhar, tamancos etc.) e imposição de queimaduras, socos, pontapés.

Violência Sexual Doméstica: Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. Ressalte-se que em ocorrências desse tipo, a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré. A intenção do processo de Violência Sexual é sempre o prazer (direto ou indireto) do adulto, sendo que o mecanismo que possibilita a participação da criança é a coerção exercida pelo adulto, coerção esta que tem raízes no padrão adultocêntrico de relações adulto-criança vigente em nossa sociedade, a Violência Sexual Doméstica é uma forma de erosão da infância.

Violência Doméstica Psicológica: Também designada como "tortura psicológica", ocorre quando o adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico.

Negligência: Consiste uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, de prover educação e supervisão adequadas, e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle.

Violência Doméstica Fatal: É a praticada em família contra filhos ou filhas, crianças e/ou adolescentes, cuja consequência acaba sendo a morte destes. Tem sido denominado, impropriamente, de infanticídio (quando a vítima é um bebê em suas primeiras horas de vida), assassinato Infantil (homicídio de crianças no lar ou fora dele), ou filicídio (morte dos filhos praticada por pais consanguíneos ou por afinidade). (LACRI, 2007, online)

Analisando os conceitos mencionados pelo LACRI (2007) o educador discute o tema sobre violência doméstica priorizando o Brasil, enfatizando documentários, pesquisas e seminários relacionados com o alarmante número de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, do trabalho infantil, da existência de crianças e adolescentes vivendo nas ruas ou em instituições fechadas. Partindo destas análises elaborou-se com os alunos um quadro síntese da violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Figura 12 Quadro síntese da violência Doméstica



Fonte: Quadro realizado com os alunos referentes aos dados oferecidos pelo LACRI, 2017.

De acordo com o Laboratório de Estudo da Criança –LACRI (2007):

A Negligência pode se apresentar como moderada ou severa. Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos, observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotinas na habitação e para as crianças, não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo com lixo espalhado por todos os lados, as crianças são muitas vezes deixadas sós por diversos dias. A literatura registra entre esses pais, um consumo elevado de drogas, de álcool, uma presença significativa de desordens severas de personalidade. (LACRI, 2007, online)

Neste momento apoiamos nosso trabalho nas estatísticas citando o quadro sistematizado do Laboratório de Estudos da Criança LACRI (2007) enfatizando as tabelas e os gráficos abaixo, que relacionam dados referentes à violência física, violência sexual, violência psicológica, negligência, violência fatal.

Figura 13 Quadro Síntese de Violência Doméstica Notificada no Brasil

ANO	Modalidade de VDCA - Incidência Pesquisada											
	Violência Física		Violência Sexual		Violência Psicológica		Negligência		Violência Fatal		Total de casos notificados	
1.996	525	44,0%	95	8,0%	0	0,0%	572	48,0%	0	0,0%	1.192	100%
1.997	1.240	60,1%	315	15,3%	53	2,6%	456	22,1%	0	0,0%	2.064	100%
1.998	2.804	22,2%	578	4,6%	2.105	16,7%	7.148	56,6%	0	0,0%	12.635	100%
1.999	2.620	39,3%	649	9,7%	893	13,4%	2.512	37,6%	0	0,0%	6.674	100%
2.000	4.330	38,9%	978	8,8%	1.493	13,4%	4.205	37,7%	135	1,2%	11.141	100%
2.001	6.675	32,9%	1.723	8,5%	3.893	19,2%	7.713	38,1%	257	1,3%	20.261	100%
2.002	5.721	35,8%	1.728	10,8%	2.685	16,8%	5.798	36,3%	42	0,3%	15.974	100%
2.003	6.497	31,3%	2.599	12,5%	2.952	14,2%	8.687	41,9%	22	0,1%	20.757	100%
2.004	6.066	31,0%	2.573	13,2%	3.097	15,8%	7.799	39,9%	17	0,1%	19.552	100%
2.005	5.109	26,5%	2.731	14,2%	3.633	18,9%	7.740	40,2%	32	0,2%	19.245	100%
2.006	4.954	26,7%	2.456	13,2%	3.501	18,9%	7.617	41,1%	17	0,1%	18.545	100%
2.007	2.940	25,1%	1.057	9,0%	2.285	19,5%	5.422	46,3%	10	0,1%	11.714	100%
TOTAL	49.481	31,0%	17.482	10,9%	26.590	16,6%	65.669	41,1%	532	0,3%	159.754	100%

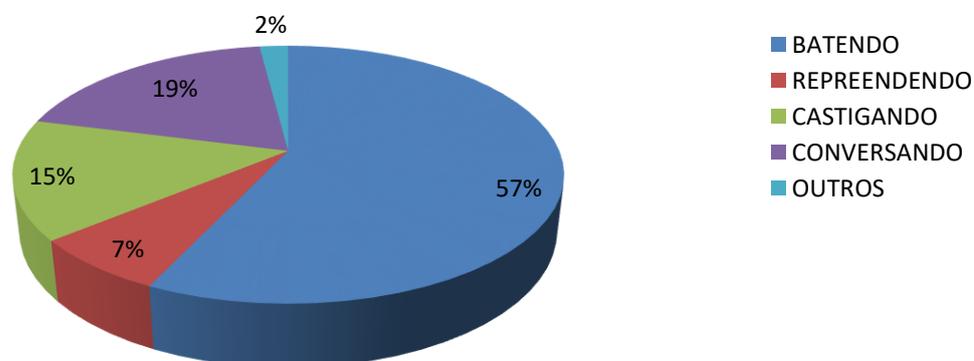
Fonte: Laboratório de Estudos da Criança “LACRI” (2007). Disponível em: <http://143.107.57.235/laboratorios/lacri/iceberg.htm>, 2017.

Destacando historicamente os fatos pesquisados no tempo e espaço, analisando com os alunos os acontecimentos que favoreciam a violência entre crianças e adolescente em cada época pesquisada de 1996 até 2007, com um aumento acentuado de casos notificados. Será que realmente aumentou consideravelmente o número de violência? Ou simplesmente em épocas passadas existia uma omissão em relação ao comportamento violento?

Segundo o Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), da Universidade de São Paulo, entre 1996 e 2007, foram notificadas no Brasil 159.754 situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA). Ao analisarmos o quadro acima, observamos que o número de violência doméstica contra criança e adolescente de 1996 a 2007 apresentou um aumento acentuado, enquanto em 1996 foram notificados 1192 casos em 2007 apresentaram-se 11.714 casos notificados de agressão contra crianças e adolescentes, são situações preocupantes, pois na escola deparamos com alunos que vivenciam esta violência constantemente.

Na instituição escolar observamos as crianças diante de situações de choro constantes, apatia, ausência frequente, baixa rendimento, falta de atenção e concentração, atitudes de agressividade ou passividade ao extremo, incômodo nos órgãos sexuais, são comportamentos frequentes manifestados pelas crianças e adolescentes quando sofrem de violência doméstica. Segundo o Manual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica (2011) segue o gráfico a seguir:

Gráfico 12 Atitude dos Pais diante dos Problemas do Cotidiano



Fonte: Manual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (2011)

A Sociedade de Pediatria de São Paulo, por meio do Manual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (2011), demonstrou que a violência doméstica é utilizada como prática para favorecer a disciplina; os pais utilizam da violência física como prática pedagógica e disciplinadora. Perante os pais os castigos físicos são utilizados como prática educativa para obter a disciplina, em qualquer situação que a criança se envolva em que demonstra desobediência às ordens preestabelecidas, para corrigir os comportamentos indevidos, para impor obediência e limites. De acordo com a Sociedade de Pediatria de São Paulo (2011):

Estudo descritivo e correlacional realizado em hospital de ensino na cidade de São Paulo, em 2003, objetivou conhecer se, dentro do contexto de violência doméstica, os pais utilizam a violência física como prática educativa. Os principais resultados mostraram que a situação de maior vulnerabilidade para a ocorrência desse ato foi à desobediência às ordens predeterminadas (40%), seguida pelo furto de algo pela criança (31,7% dos casos). Destaque-se como significativo ($p= 0,02$) o seu uso como prática disciplinadora, associada ao desemprego. Atitude dos pais versus problemas. (BRASIL, 2011)

O educador e a equipe pedagógica ao realizar a dinâmica de aplicação organizaram os educandos em grupo distribuindo as tabelas com os dados das atitudes dos pais perante as situações familiares fornecidos pelo Manual de Atendimento às Crianças e Adolescentes (2011) que demonstravam a reação dos pais perante os adolescentes, quando se manifestavam contrário às regras pré-estabelecidas. Solicitou que os alunos confeccionassem cartazes e analisem os gráficos.

Constatando-se que o diálogo estava presente apenas em 19%, enquanto as diversas maneiras de repreender com autoritarismo se manifestavam em maior quantidade, destacando a agressão física 57%. Diante destas situações, o professor de Língua Portuguesa e História trabalharam os direitos e deveres dos adolescentes em épocas passadas e na atualidade, enfatizando a aprovação da Lei nº 8069/1990 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - 1990, que relata nos seus artigos que a escola ao perceber casos de violência doméstica não pode omitir e tem o dever de encaminhar para os órgãos competentes.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - 1990, mencionam no seu art.15 “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” (BRASIL, 1990, p.20).

Planejamos dinâmicas envolvendo situações relacionadas com a violência doméstica de acordo com os conceitos do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI). Durante as dinâmicas evidenciamos momentos de interesse de todos os alunos, pois a criança ou adolescente que sofre a violência doméstica tem medo e vergonha de manifestar a agressão recebida. Enquanto que os profissionais quando deparam com casos de violência, muitas se calam por medo, negligência ou devido a ameaças. Com um trabalho constante e divulgação dos casos para os órgãos competentes que atuam nas diversas situações, com treinamento específico para educadores, atendimento às crianças e os adolescentes e orientação aos pais, buscamos conscientizar a comunidade sobre a violência doméstica. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (1990):

ART. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I – maus-tratos envolvendo seus alunos;

II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III – elevados níveis de repetência.

ART. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

ART. 87. São linhas de ação da política de atendimento

III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade ...

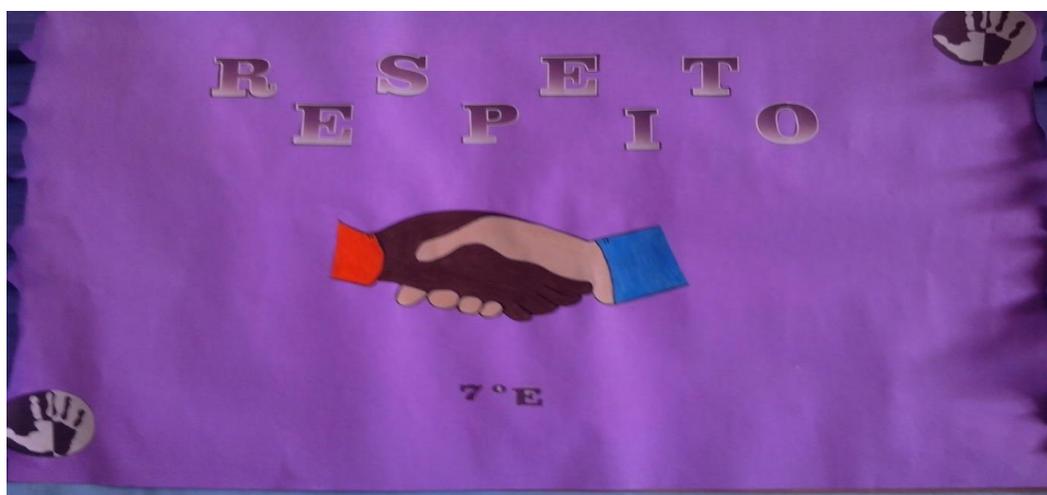
ART. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados. (BRASIL, 1990, p.35, 70,76)

No momento da síntese da dinâmica envolvendo a violência doméstica, buscamos o resgate da vivência e os sentimentos dos educandos, concluindo-se que temos o compromisso e a responsabilidade de denunciar os casos de violência doméstica. O diálogo é a ferramenta fundamental para que todos possam participar e intervir na realidade.

Após o término de cada dinâmica foi realizado a avaliação das mesmas, constatamos tanto oralmente como nos relacionamentos interpessoais que as dinâmicas juntamente com toda estratégia desenvolvida no projeto auxiliou no processo de reflexões das atitudes e das intervenções na convivência, melhorando a autoestima, a afetividade, o *bullying*, a violência, a baixa participação na escola e na família, apatia, relações interpessoais.

Baseando-se nos PCN (1998, p.79) “pensar sobre atitudes, valores e normas leva imediatamente à questão do comportamento. As atitudes, alvo da atenção educativa, são disposições pessoais que tendem a se expressar por meio de comportamentos”. Para consolidar o envolvimento dos educandos com o projeto foi definido que cada turma seria representada por um valor humano, como respeito, amizade, amor, justiça, solidariedade e outros escolhidos no grupo. Assim, foram confeccionados cartazes, pelos próprios alunos, e afixados na porta da sala, conforme figura abaixo:

Figura 14 Cartaz elaborado na dinâmica dos valores humanos: Amor e respeito.



Fonte: Cartaz elaborado pelos alunos representando os valores humanos. Foto da autora, 2017.

Enfatizo Hernández e Ventura (1998) sobre a valorização dos alunos na escola:

Na escola, se pretendem valorizar nos alunos a autonomia pessoal, o senso crítico, os valores laicos e éticos, assim como o senso da democracia e participação. Define-se como centro de renovação e inovação educativa permanente e organiza seu trabalho pedagógico em relação a diferentes formas e estratégias pedagógicas como, por exemplos Projetos de Trabalho [...] (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998, p.158).

Evidenciamos nos relatos Hernández e Ventura (1998) que a relevância da escola em desenvolver um trabalho pedagógico visa à participação dos alunos na construção de uma sociedade mais justa e democrática, valorizando a autonomia pessoal do educando, o respeito ao próximo, empregando o diálogo para a resolução dos conflitos, desenvolvendo o senso da democracia e repudiando as injustiças e discriminações.

“Educar para a cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir as dores do mundo”. Machado (2000, p.34) Para o autor a importância dos projetos é a valorização do ser humano, as ações educativas são essenciais para o fortalecimento do respeito, da solidariedade, da tolerância; elementos fundamentais para a construção da cidadania, pois promovem o equilíbrio entre a formação pessoal e social.

4.5.3 – Campeonato - Resgatando os valores humanos: vivendo e aprendendo

Objetivando tornar o projeto de intervenção pedagógico prazeroso e diversificar as experiências educativas, a equipe pedagógica juntamente com os professores envolvidos no projeto propôs a realização de um campeonato de atitudes e normas de convivência, a serem seguidas durante o ano de 2017. Quando se fala em campeonato lembra-se de campeonato na área de Educação Física voltadas para as competições no esporte, mas essa competição estaria relacionada aos valores humanos essenciais, para uma boa convivência no contexto escolar.

A competição possui como ponto fundamental a colaboração. Para Mota (2003) as competições nas escolas devem ser integradas ao PPP, é fundamental desenvolver a proposta pedagógica de forma competitiva e colaborativa, pois assim todos os envolvidos no campeonato possam participar dos benefícios finais da competição.

Para Korsakas (2006) na competição pedagógica há alguns princípios essenciais como: a coeducação implicaria nas trocas de experiências na aprendizagem; a cooperação responde pelo desenvolvimento de ações em função do coletivo; a participação está relacionada ao envolvimento do aluno na competição, a totalidade que indica o envolvimento das emoções, dos pensamentos e das ações favorecendo a autonomia exercida com criticidade e liberdade; a pluralidade cultural relacionada ao respeito e a valorização pelas diferenças.

O Campeonato - Resgatando os valores humanos: vivendo e aprendendo tem como finalidade proporcionar aos alunos uma competição equilibrada, ensinando a adquirir atitudes positivas nas situações complexas e desafiadoras da sala de aula, a competição está voltada para a participação do aluno garantindo a cooperação de todos os alunos em função do coletivo, respeitando as diferenças. O professor será o mediador, estabelecendo um ambiente favorável, ensinando como competir, conduzindo o aluno para adquirir comportamentos e atitudes positivas nas suas vivências.

O campeonato foi realizado com a participação dos alunos em todos os momentos, num processo democrático, onde o aluno passa a ser o autor da sua construção, adquirido a corresponsabilidade e o comprometimento em administrar seu comportamento individual e no grupo, contribuindo para a formação de valores como respeito, solidariedade, cooperação e convivência. A escolha do título do campeonato foi realizada em um processo de sugestões nas turmas, em seguida foi realizada a votação do título em todas as turmas do 7ºs anos.

Figura 15 Campeonato:
Resgatando os valores humanos: vivendo e aprendendo



25

“O tempo muito nos ensinou. Ensinou a amar a vida, não desistir da luta, recomeçar na derrota, renunciar as palavras e pensamentos negativos, enfim, acreditar nos valores humanos.” (Cora Coralina, 1997).²⁶

A experiência educativa relacionada com o **Campeonato - Resgatando os valores humanos: Vivendo e Aprendendo**, despertou nos alunos a atenção para a valorização e o respeito ao próximo, pois os alunos jovens/adolescentes estão no processo de construção e consolidação dos valores humanos. O projeto de intervenção, ao realizar o campeonato propôs intervir, utilizando da ação pedagógica constante e sistemática, visando o desenvolvimento de atitudes positivas, num processo de escuta ativa para orientar o aluno de maneira cuidadosa

²⁵Fonte: www.google.com.br/search?q=imagens+de+indisciplina+na+escola

²⁶ Autor: Cora Coralina, no livro “Vintém de cobre: meias confissões de Aninha”. 6ª ed., São Paulo: Global Editora, 1997, p.145.

para a compreensão do seu próprio comportamento, dentro de um contexto mais amplo do seu cotidiano. Para justificar, recorreremos ao texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998):

Nas relações interpessoais, não só entre professor e aluno, mas também entre os próprios alunos, o grande desafio é conseguir se colocar no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações ao interpretar suas ações. Isso desenvolve a atitude de solidariedade e a capacidade de conviver com as diferenças. (PCN, 1998, p.79)

Para realizar o campeonato, foi sugerida a representação em cores, seguindo o padrão dos semáforos: vermelho, PARE “suas atitudes não estão de acordo”; amarelo, ATENÇÃO “você pode agir melhor” e o verde LEGAL “suas atitudes são positivas no dia a dia”. Foram discutidas com os alunos que para obter um melhor relacionamento interpessoal no grupo, quais deveriam ser as atitudes que cada um precisaria ter no dia a dia. Confeccionaram um cartaz, em cada sala de aula, com todas as atitudes propostas pelos alunos, relacionando com cada valor humano necessário para uma boa convivência. O campeonato constava-se de uma ficha contendo todos os dias da semana com os respectivos horários e disciplinas. Conforme a atuação dos alunos e o desenvolvimento das aulas, cada professor iria colorir o espaço com as respectivas cores definidas pelo projeto.

A equipe pedagógica no diálogo com os professores foram acordadas as orientações relacionadas ao desenvolvimento do campeonato, ao envolvimento dos alunos durante o processo, solicitando sugestões para o enriquecimento e aperfeiçoamento do campeonato. Favorecendo as práticas educativas que tenham como prioridade a formação dos educandos, consolidando os valores humanos, promovendo a conscientização da importância de suas escolhas e incentivando a superação dos obstáculos.

Foi proposto aos alunos e aos professores, que a turma que obtivesse o melhor rendimento em atitudes positivas, favoráveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e nas relações interpessoais, de acordo com o campeonato, seria recompensada com uma atividade extraescolar, incentivando o interesse pelo projeto.

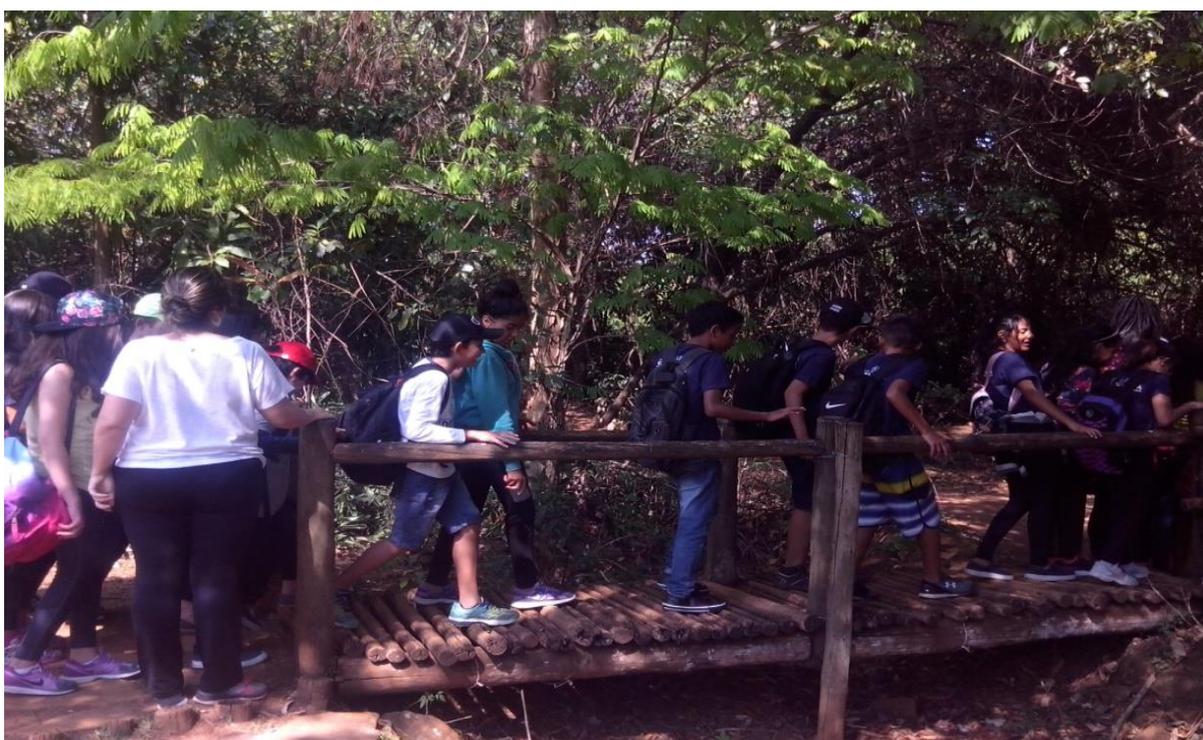
No primeiro semestre de 2017 foi promovido um passeio ao Parque Municipal “Parque do Sabiá”²⁷, um momento de descontração nas áreas de lazer e enriquecimento das

²⁷ Parque Municipal “Parque do Sabiá”, é um parque e zoológico, localizados na Zona Leste de Uberlândia, Minas Gerais. O Parque do Sabiá tem 1,8 milhão de metros quadrados e estão localizadas entre os bairros Tibery e Santa Mônica, possuindo portarias de acesso por ambas as regiões. O Parque possui uma significativa área verde, represa, bosque, trilhas, pista de caminhada e equipamentos de lazer... É um dos principais pontos turísticos de Uberlândia. De acordo com: https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_do_Sabiá. Acesso em 13/04/2017.

relações interpessoais. Os alunos tiveram o prazer de desfrutar da socialização nos momentos da caminhada, da visita ao aquário e da área de Esportes do Parque do Sabiá. Tiveram a oportunidade de conhecer as belezas do zoológico que traz o encantamento da preservação da fauna brasileira e o Centro de Educação Ambiental, que tem como principal objetivo divulgar a importância da preservação do meio ambiente.

No segundo semestre de 2017, as turmas que obtiveram o melhor desenvolvimento de atitudes positivas realizaram o passeio no *Parque Municipal Victorio Siquierolli*,²⁸ em Uberlândia, MG, proporcionando momentos inesquecíveis de convivência em grupos, onde o conhecimento e as emoções se juntam num eterno apreender. Conforme mostra a figura abaixo, a turma do 7º ano, participando e convivendo com o próximo e com a natureza.

Figura 15 Promovendo as relações interpessoais.



Fonte: Imagem do Passeio no *Parque Municipal Victorio Siquierolli*. Autora, 2017

²⁸ O **Parque Municipal Victorio Siquierolli** está localizado na Zona Norte de Uberlândia, onde se encontram legítimos exemplos da vegetação do cerrado, com suas árvores de folhas coreáceas, troncos retorcidos cascudos, flores muito coloridas e frutos agrestes, um espaço com brinquedos pra crianças, museu de biodiversidade do cerrado. Numa área total de 232.300 metros quadrados, o parque fica entre os bairros Jardi m América, Nossa Senhora das Graças, Residencial Gramado e Cruzeiro. Disponível em: Site: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque Municipal Victorio Siquierolli](https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Municipal_Victorio_Siquierolli). Acesso em 13/04/2018

Os resultados obtidos no Campeonato - Resgatando os valores humanos: Vivendo e Aprendendo, consolidados no projeto de intervenção pedagógica demonstraram momentos pedagógicos em que os alunos vivenciaram situações de respeito, de diálogo com os colegas e os professores, de serem solidários uns com os outros, adquirindo novos conhecimentos nas relações sociais, conhecendo, participando, opinando, ousando e transformando. Machado (2000) nos lembra:

A tolerância relaciona-se diretamente com a capacidade de perceber o outro como pessoa, potencialmente capaz de construir e realizar seus projetos. Como professores, cabe-nos a tarefa de fazer com que os alunos tenham vontades, sejam capazes de sonhar, que são condições prévias à construção de qualquer projeto. Compete a nós, ainda, estimular projetos, semear valores que lhes dão sustentação. (MACHADO, 2000, p.90)

No projeto de intervenção pedagógica, percebemos que a equipe pedagógica, os educadores juntamente com os alunos investiu na construção de práticas pedagógicas voltada para o diálogo, para a tolerância, para a capacidade de perceber no outro a sua capacidade de sonhar, participar e realizar projeto.

4.5.4 Palestras e debates: *bullying e cyberbullying*

A pessoa que tem preconceito
Precisa aprender a ter respeito.

O mundo não pode ser desrespeitado,
Ele tem que ser valorizado.

(Poema “Respeito é...”, S.E.R., 2017).²⁹

A equipe pedagógica da escola passou a refletir nas ações educativas humanizadoras, propondo mudança na organização do trabalho como na concepção de ensino aprendizagem, respeitando os valores construídos pelos alunos, onde professores e alunos sejam protagonista no processo ensino aprendizagem. Promovendo a conscientização e o diálogo como princípio educativo, filosofia de vida que transforma e humaniza o educando e o educador. Respeitando as diversidades culturais e as diferenças, sendo respeitado pelos outros, tendo como respaldo os direitos humanos.

²⁹ Poema elaborado pela aluna do 7º ano no ano 2017.

Realizamos palestras e debates de acordo com os temas discutidos na sala de aula preconceito, *bullying e cyberbullying*; o consumo abusivo de medicamentos e AIDS. Os palestrantes convidados foram estagiários do Curso de Enfermagem da Faculdade Pitágoras proporcionando momentos de aprendizagem significativa para os alunos.

Na primeira palestra sobre *bullying e cyberbullying* foram explorados textos e vídeos sobre o *cyberbullying* que invadem as redes sociais com ofensas, preconceito, discriminações, opiniões sem reflexão, disseminando e agressividade pela internet. As discussões giravam em torno do comportamento que levam as pessoas a postarem imagens ou comentários com humilhações físicas ou morais em troca de destaque social, ou seja, “as mais curtidas”, intimidando ou amedrontando as pessoas, o debate com os alunos enfatizava: Como combater o *bullying* na escola? Saiba como reagir perante aos *cyberbullying*?

Os palestrantes desenvolveram estratégias de conscientização com os alunos esclarecendo sobre os tipos de *bullying* e como o *cyberbullying* é vivenciado pelos educandos, diariamente pela internet e, ao mesmo tempo, analisando as consequências do *bullying* na vida de uma pessoa. Discutindo a importância das Leis que protegem as pessoas contra o agressor e como lidar com esse tipo de agressão. De acordo com a Lei 13.185 de seis de novembro de 2015³⁰:

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (*bullying*) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV - ameaças por quaisquer meios;
- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias.

Paragrafo único: Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

³⁰ Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. A Presidenta da República juntamente com o Congresso Nacional decreta e sanciona:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o território nacional.

Art. 3º -A intimidação sistemática (*bullying*) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

I – verbal: insultar, falar mal e apelidar pejorativamente;

II – moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

III – sexual: assediar, induzir e/ou abusar;

IV – social: ignorar, isolar e excluir;

V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

VI – físico: socar, chutar, bater;

VII – material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII – virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas de intimidação, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

As práticas destas agressividades de acordo com Art.2º da Lei 13.185/2015 podem ser classificadas como diretas ou indiretas. O *bullying* direto é relacionado diretamente na sala de aula, envolvendo os alunos, que apresentam comportamentos de agressividade física, por exemplo, bater, chutar, empurrar, derrubar, roubar e até mesmo pegar os pertences do colega e esconder; prejudicando o outro, atualmente este tipo de comportamento vem se apresentando tanto em meninas (em menor quantidade) como meninos.

Há também o *bullying* indireto que está associado às difamações, as agressões verbais, colocando apelidos pejorativos na vítima, insultando, realçando suas características negativas, seus defeitos, dificuldades e suas deficiências, provocando comportamento de discriminação, desprezo e rejeição dos colegas pela vítima. Entre as crianças menores e do sexo feminino é constante observar a prática do *bullying* indireto, ou seja, fofocas, intrigas, indiferença, difamações e rumores desprezando a vítima e sua família.

Na roda de conversa foram decididas em grupo várias medidas “*antibullying*” para combater esses comportamentos na sala de aula, na escola e na rede social. Foram propostas medidas, juntamente com a equipe de professores de organizar materiais relacionados com o tema para serem expostos na mostra cultural da escola, os cartazes em lugares estratégicos, esclarecendo o que é *bullying*, qual a sua história, causas e as consequências desta prática; e as medidas contra esse tipo de comportamento. Utilizando como estratégia para estimular a leitura dos cartazes ilustrações, textos informativos, gráficos, situações problemas envolvendo estatisticamente o *bullying* nas instituições escolares, as regiões de maior índice e as doenças (psicológicas) provocadas, conscientizando e estimulando os educandos, professores, pais e funcionários a agir contra essa prática.

Na segunda palestra acerca do tema preconceito e discriminação, abordamos o vírus da AIDS (HIV), com o objetivo de conscientizar os jovens adolescentes sobre a importância dos preservativos, proporcionando aos alunos abordagens metodológicas que permitam identificar os problemas relacionados com o preconceito e a discriminação.

A escolha da abordagem sobre o vírus da AIDS (HIV) ocorreu no decorrer do trabalho desenvolvido, integrando Literatura, Português e Ciências, levantando hipóteses, refletindo sobre as situações, descobrindo e desenvolvendo soluções comprometidas com a proteção da saúde pessoal e coletiva. Os palestrantes alertaram os jovens sobre os dados relativos à AIDS que indicam que a contaminação pelo HIV ocorre precocemente, associada não só à iniciação sexual desprotegida, mas também ao uso compartilhado de seringas para a administração de drogas injetáveis. Utilizou-se de dinâmicas de relaxamento e aplicação que favoreciam a conscientização dos alunos perante o relacionamento interpessoal com pessoas portadoras do vírus HIV enfatizando da importância da prevenção ao utilizar os preservativos.

Na terceira palestra foi abordado o tema do consumo abusivo de medicamentos com a finalidade de conscientizar os alunos das ações e atitudes que contribuem para utilização correta e segura dos medicamentos, proporcionando momentos de debates e apresentação de vídeos, elaborados pelos palestrantes, mostrando que todo medicamento deve ser adquirido sob orientação de um profissional da saúde (médico ou farmacêutico). Destacamos que muitas vezes, os medicamentos ficam disponíveis à criança e ao adolescente no próprio domicílio, podendo fazer mal à saúde se usados indevidamente. No final, foram distribuídos panfletos da Campanha pelo Uso Racional de Medicamentos 2017.

Os educadores juntamente com o pedagogo, na tentativa de possibilitar um trabalho interdisciplinar, promoveu a integração de objetivos e procedimentos relacionados com o tema e as palestras, proporcionando a troca e o diálogo entre as disciplinas:

- Organizando juntamente com os alunos painéis que seriam espalhadas pela escola, retratando o preconceito, a discriminação, as diferenças de raça, credo, cultura...
- Envolvendo produções de textos e situações problemas relatando a discriminação, preconceito e o desrespeito pelos indivíduos,
- Analisar gráficos estatisticamente,
- Localizar cartograficamente as regiões de maior índice de discriminação,

- Explorar as narrativas de pessoas individuais ou de grupos que vivenciaram situações de discriminação localizando-os no tempo e no espaço, memórias fundamentais para retratar os fatos históricos de cada época,
- Fundamentar as doenças sexualmente transmissíveis, contextualizando-as, o vírus da AIDS em especial, como adquirir e como prevenir.
- Os alunos confeccionaram painéis na sala de aula, com textos envolvendo diversos tipos de gêneros produzidos pelos próprios alunos, relacionando-os com os valores humanos.
- Conscientizar os educandos da importância do cuidado com o meio ambiente, quais as atitudes devemos ter para conservar e preservar a natureza.

No projeto de intervenção pedagógica o educando assume o papel de protagonista no processo de aprendizagem, o professor é o mediador acompanhando e realizando intervenções nas opiniões e ideias dos alunos, mediando e enriquecendo-as com o conhecimento científico e elaborado. Os jovens/adolescentes representam-se as emoções, os sentimentos e as atitudes favoráveis para provocar mudanças no ambiente escolar.

4.5.5 - PRODUÇÃO DE TEXTOS

No desenvolvimento do projeto com a finalidade de subsidiar e promover mudanças na prática de leitura e escrita dos alunos, os professores de Língua Portuguesa, envolvendo as disciplinas Ensino Religioso, Ciências e Artes, possibilitaram diversas estratégias de leitura com gêneros textuais diversificados. Segundo os PCN (1998):

Práticas e projetos de leitura são situações didáticas para o contato direto com os diversos tipos de atividades em que a linguagem oral, linguagem escrita, leitura e produção de textos se inter-relacionam de forma contextualizada, pois quase sempre envolvem tarefas que articulam esses diferentes conteúdos. (PCN, 1998, p.50)

Segundo Smith (1999, p.23) “a leitura não pode ser compreendida sem se levar em consideração os fatores perceptivos, cognitivos, linguísticos e sociais, não somente da leitura, mas do pensamento e do aprendizado em geral”. Para Solé (1998, p. 22) "a leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto", é através da leitura que os educandos constroem o seu conhecimento. Leffa (1996, p. 11), “ler é reconhecer o mundo através de

espelhos que nos oferecem uma visão fragmentada do mundo, sendo assim, a verdadeira leitura só é possível quando se tem um conhecimento prévio desse mundo”.

Baseando-se nas concepções de Leffa, Solé e Smith, a equipe pedagógica juntamente com os professores organizaram estratégias de leitura, envolvendo principalmente os poemas que retratavam as questões relacionadas com os valores humanos, despertando o interesse e as emoções dos alunos, conduzindo os educandos ao mundo da imaginação e da verdadeira leitura da realidade do cotidiano. Segundo Averbuck (1982, p. 70), “a poesia não pode ser ensinada, mas vivida: o ensino da poesia é, assim, o de sua descoberta”.

Os professores foram alicerçando os educandos com embasamento teórico, conforme as atividades de leitura eram realizadas, enriquecendo e transformando os seus conhecimentos empíricos. Com o objetivo de criar novos textos pertinentes às palestras, às dinâmicas ou sugestões de vivências relacionadas ao tema. Despertando o aluno/escritor que existe em cada adolescente, nas produções desenvolvidas, pois compreendemos que neste momento o aluno passa a assumir a posição de sujeito/autor do seu texto.

De acordo com Menegassi (2007, p.106) “o texto produz mudanças no aluno e no professor; o aluno produz mudanças no texto e no professor; este produz mudanças no aluno e no texto.” Construindo assim, uma rede de conhecimentos, incentivando os educando o desejo da leitura e escrita. “O desafio é formar pessoas desejosas de embrenhar-se em outros mundos possíveis que a literatura nos oferece, dispostas a identificar-se com o semelhante ou a solidarizar-se com o diferente.” (LERNER, 2005, p.28).

Evidenciando a importância de trabalhar a poesia no projeto, aprofundando o seu conhecimento, construindo de maneira afetiva e intelectual uma relação do aluno com os autores, fez-se necessário propiciar aos educandos diversos autores relacionados com esse gênero. De acordo com Lerner (2005):

Para que a instituição escolar cumpra com sua missão de comunicar a leitura como prática social, parece imprescindível uma vez mais atenuar a linha divisória que separa as funções dos participantes na situação didática. Realmente para comunicar às crianças os comportamentos que são típicos do leitor, é necessário que o professor os encarne na sala de aula, que proporcione a oportunidade a seus alunos de participar em atos de leitura que ele mesmo está realizando, que trave com eles uma relação de leitor para leitor. (LERNER, 2005, p.95)

Os educandos envolvendo-se na liberdade de criação, imaginação, criatividade e expressão, o educador acentuou neste momento as emoções, deixando-os sentir e vivenciar os

textos. Despertando a leitura poética que existe em cada um, respeitando e valorizando o texto lido, tornando-a significativa. Segundo Filipouski (2009):

Formar leitores implica destinar tempo e criar ambientes favoráveis à leitura literária, em atividades que tenham finalidade social, que se consolidem através de leitura silenciosa individual, promovendo o contato com textos variados nos quais os alunos possam encontrar respostas para as suas inquietações, interesses e expectativas. Ler não se restringe à prática exaustiva de análise, quer de excertos, quer de obras completas, pois o prazer, a afirmação da identidade e o alargamento das experiências passam pela subjetividade do leitor e resultam de projeções múltiplas em diferentes universos textuais. Nesse caso, o papel da escola é torná-lo mais apto a fruir o texto. (FILIPOUSKI, 2009, p.23).

A importância de trabalhar a leitura poética no projeto de intervenção pedagógica está relacionada com o envolvimento dos educandos com a poesia na sala de aula ou nos espaços fora da mesma. Possibilitando o enriquecimento intelectual e o desenvolvimento de valores humanos capazes de reafirmar ou modificar atitudes ou comportamentos do educando. O professor desperta nos alunos o interesse de criar poemas, tendo como eixo o tema dos valores humanos: amor, respeito, solidariedade, justiça, humildade e tolerância, estimulando a sensibilidade e a valorização dos poemas lidos, ampliando seu vocabulário, a criticidade, a autonomia e a imaginação.

O processo de produção de textos não pode ser considerado como uma escrita imediatista, mas como um ato de idas e vindas, de escrever, revisar, reescrever, até atingir o objetivo proposto, baseando-se nos conhecimentos conquistados durante o desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica. Sendo assim para alguns autores escrever é o resultado de conhecimentos adquiridos durante o processo de construção, elaboração, mediação do processo de aprendizagem desenvolvida na relação entre professor/aluno. “A produção escrita é tida como contínua construção de conhecimentos, ponto de interação entre professor/aluno porque cada trabalho escrito serve de ponto de partida para novas produções, que sempre adquirem a possibilidade de serem reescritas, de apresentarem “uma terceira margem” (SERCUNDES, 2000, p. 96)

Nesta perspectiva, considera-se que “a escrita, na diversidade de seus usos, cumpre funções comunicativas socialmente específicas e relevantes” (ANTUNES 2003, p. 47). O processo de escrita vai desenvolvendo-se gradativamente, conforme o educando revisa seu texto e reescreve, este processo acontece no decorrer dos momentos de planejamento, embasamento teórico (leituras), a escrita e a organização do texto com as revisões. “A escrita

é uma construção que se processa na interação e que a revisão é um momento que demonstra a vitalidade desse processo construtivo, pensamos a escrita como um trabalho e propomos o seu ensino como uma aprendizagem do trabalho de reescritas [...]” (FIAD; MAYRINK-SABINSON, 2001, p. 55).

A finalidade não é de formar poetas, mas de permitir que as atividades realizadas pelos próprios alunos, fizessem com que os educandos se tornassem e se sentissem de fato, protagonistas do projeto de intervenção pedagógica, conscientizando-se da importância dos valores humanos e descobrindo habilidades escondidas no interior de cada aluno. Segundo Tres e Iguma (2015),

[...] a escola serve de trampolim, impulsionando o leitor às mais variadas possibilidades da relação entre o pensar e o sentir, tornando-o apto a fruir todo texto. Assim, a leitura poética torna-se significativa quando é sucedida de um espaço para trocas entre os alunos e deles com o professor, de criações coletivas a partir do lido, que valorizem diferentes negociações de sentido e invistam na existência de um diálogo como suporte à construção de conhecimentos e a liberdade de expressão. (TRES e IGUMA, 2015, p.02).

Figura 17 Elaboração e confecção dos livros de poesias.



Fonte: Livros de poemas confeccionado na E.M.P. Domingos Pimentel de Ulhôa pelos alunos do 7º ano. Foto da autora, 23/11/17.

O trabalho proposto pelos professores tinha como estratégia ir além de uma simples leitura dos textos poéticos produzidos pelos alunos, mas de um diálogo entre professor e alunos, tendo como embasamento os relatos de Tres e Iguma (2015), possibilitando o educando a expressar-se sobre si mesmo, em relação ao outro e ao mundo que está inserido. Partimos de produções coletivas até a construção do seu próprio texto poético individual. Segundo Paes (2004):

O texto poético é o espaço mais rico e amplo, capaz de permitir a liberação do imaginário e do sonho das pessoas. É preciso que o fato poético esteja muito presente e seja bem trabalhado pela escola para que o universo escolar possa romper o tédio e a indiferença com que muitas vezes se vê recoberto. Um mundo sem poesia é o mais triste dos mundos. (PAES, 2004, p.1):

O professor personagem essencial na formação do educando como sujeito ativo e participativo na sua formação de leitor, envolvido no projeto de intervenção, transformando o espaço da sala de aula em um local de criação, prazer e cheio de emoções. Possibilitou aos alunos ousar, soltar a imaginação e criar; oportunizando a elaboração de uma coletânea com as suas produções de textos poéticos, com o tema a valorização dos valores humanos na nossa atualidade. Os alunos expressam nos seus textos poéticos as suas emoções, suas vivências e os conhecimentos adquiridos.

Nesta perspectiva os educadores, é o mediador que irá sensibilizar os alunos para a descoberta da sua poesia, das dificuldades encontradas durante o processo de construção superando-as, utilizando de estratégias prazerosas e envolvendo os educandos nas poesias, buscando dentro de si mesmo os caminhos percorridos da emoção, da sensibilidade e da construção dos valores humanos reafirmados durante o desenvolvimento do projeto. Para Solé (1988):

[...] as estratégias de leitura são as ferramentas necessárias para o desenvolvimento da leitura proficiente. Sua utilização permite compreender e interpretar de forma autônoma os textos lidos e pretende despertar o professor para a importância em desenvolver um trabalho efetivo no sentido da formação do leitor independente, crítico e reflexivo. (SOLÉ, 1988.p.25)

Os professores e a equipe pedagógica, na produção das poesias e cordéis, envolvendo o tema amor, respeito pelas diferenças, respeito ao próximo, amor à vida, amor aos pais, respeito ao nosso planeta; pois todos são diferentes; desenvolveram as seguintes estratégias:

- Explorar a história de vida de cada aluno, suas experiências, sua singularidade.
- Desenvolver nos alunos a habilidade de ler e escutar as características de uma leitura de cordel.
- Estudar poemas visuais, biográficos, sonetos líricos, cordéis narrativos.
- Trabalhar as diferenças regionais no Brasil, sua cultura e suas tradições, a estrutura das poesias de cordel e a musicalidade das rimas.

- Fazer um paralelo entre o cordel e a música da atualidade o rap ou funk, estabelecendo as diferenças e as semelhanças.
- Utilizar como recurso a multimídia, para levar até o aluno a musicalização das poesias de cordel, sua simetria e comparando-a com outras poesias e músicas.
- Trabalhar os valores humanos, conscientizando os alunos e mostrando que podemos utilizar a poesia como denúncia social.
- Abordar o Slam de poesia, designada como uma nova forma de fazer poesia oral, proporcionando um desafio/um campeonato, o júri são os colegas escolhidos naturalmente, tendo como critério a poesia e o desempenho.
- Proporcionar momentos de pesquisas e apresentações em pequenos grupos dos alunos relatando e representando as características regionais retratadas nos poemas de cordel (metáforas, humor e rimas) por meio de músicas, poemas recitados, teatro e outros.
- Despertar o aluno/escritor que existe em cada um, o educando “pode” brincar com o ritmo e a rima das palavras, elaborando os poemas (cordel).
- Estimular e explorar a criatividade e o interesse para realizarem os desenhos ou pinturas (xilogravura) nas suas poesias representando o tema proposto.
- Explorar os fatos históricos e os aspectos culturais da época e da atualidade promovendo uma comparação com da atualidade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) acerca da pluralidade cultural no contexto escolar:

Compartilhar um cotidiano em que o simples ‘olhar-se’ permite a constatação de que todos — alunos, professores e demais auxiliares do trabalho escolar — são provenientes de diferentes famílias, diferentes origens e possuem diferentes histórias, permite desenvolver uma experiência de interação ‘entre diferentes’, na qual cada um aprende e cada um ensina. Traz a consciência de que cada pessoa é única e, por essa singularidade, insubstituível. Aprender a posicionar-se de forma que compreenda a relatividade de opiniões, preferências, gostos, escolhas, é aprender o respeito ao outro. Ensinar suas próprias práticas, histórias, gestos, tradições, é fazer-se respeitar ao dar-se a conhecer (BRASIL, 1998, p.138).

Portanto, considerando a concepção dos PCN (1998) para evidenciar a importância da conscientização dos valores humanos, da poesia na sala de aula e do cotidiano dos educandos, enfatizando que todos são diferentes, cada pessoa traz a sua singularidade, é

insubstituível, foi organizado um recital juntamente com a noite de autógrafos, quando os alunos/autores apresentaram seus poemas recitando-os e autografando a coletânea de poemas para os amigos, familiares e comunidade.

Sensibilizando a todos neste momento encantador, em que os valores humanos estão entrelaçados em cada poema na emoção, na imaginação, na singularidade de cada educando, na criação, na relação entre professores/educando permeadas de afeto, construindo um modo diferente de relacionar-se, conviver e no prazer do aprender. Podemos considerar a poesia uma estratégia importante para o desenvolvimento da aprendizagem, numa integração entre aprender e praticar o que se aprende, expressando suas emoções.

4.5.6- Explorando o cinema

A proposta de intervenção pedagógica na busca pela inovação e na tentativa de levar até os alunos momentos prazerosos propôs aos alunos o cinema na escola, rompendo com as aulas expositivas, objetivando motivar, despertar e sensibilizar o aluno para a mudança de atitudes que devemos ter no nosso dia a dia. A importância da solidariedade, do respeito ao próximo, o amor e a compreensão. Segundo Guimarães (2009) que analisa:

Desde o final do século XIX e, sobretudo, no decorrer do século XX, o cinema tornou-se um dos principais meios de entretenimento da sociedade. Distrai, seduz, provoca diversas sensações (medo, alegrias, tristezas), alimenta nossa imaginação, nossos sonhos, e amplia nosso modo de ver e sentir as pessoas e o mundo. (GUIMARÃES, 2009, p.198)

Realizou-se um levantamento de alguns filmes sugeridos por professores e alunos, optando assim para assistir o filme “A menina que roubava livros” de Brian Percival, baseado na obra do escritor australiano Markus Zusak. A história se passa 1939, na Alemanha, durante a segunda Guerra Mundial, tendo como protagonista Liesel Meminger. Analfabeta, mais que sobrevive atrás dos livros que ela roubava, o pai adotivo começa a ajudá-la, ela aprendeu a ler e a compartilhar livros com seus amigos (vizinhos), até mesmo com um judeu clandestino.

O filme mostra momentos de tristeza, de solidariedade à vida humana diante de vários inocentes mortos na guerra, mostra momentos magníficos de sentimentos de medo, falta de respeito com os seres humanos e, paralelamente, mostra o outro lado, amor, compreensão, carinho, compaixão, solidariedade ao outro. O filme proporcionou a reflexão

dos educandos fazendo-os chorar, sorrir e repensar nas suas atitudes diárias, despertando o desejo de ser alguém melhor. Cito abaixo a ficha técnica³¹ e a sinopse do livro:

FICHA TÉCNICA

Nome: *A menina que roubava livros*
 Nome Original: The book thief
 Cor filmagem: Colorida
 Origem: EUA
 Ano de produção: 2013
 Gênero: Drama
 Duração: 131 min
 Classificação: 12 anos
 Direção: Brian Percival
 Elenco: Sophie Nélisse, Geoffrey Rush, Emily Watson

Fonte: Disponível em www.cinemas.com.br/filmes/filme.php?cf=5576. Acesso em: 20/10/201

Sinopse

Baseado no livro best-seller, *A Menina Que Roubava Livros* conta a história de Liesel, uma garotinha extraordinária e corajosa, que foi viver com uma família adotiva durante a Segunda Guerra, na Alemanha. Ela aprende a ler, encorajada por sua nova família, e Max, um refugiado judeu, que elas escondem embaixo da escada. Para Liesel e Max, os poderes das palavras. E da imaginação se tornam a única escapatória do caos que está acontecendo em volta deles. *A Menina Que Roubava Livros* é uma história sobre a capacidade de sobrevivência e resistência do espírito humano.

Elenco

Sophie Nélisse, Roger Allam, Heike Makatsch, Julian Lehmann, Gotthard Lange, Rainer Reiners, Kirsten Block, Geoffrey Rush, Emily Watson

Produção Executiva: Redmond Morris

Produção: Ken Blancato, Karen Rosenfelt.

Direção: Brian Perciva

Fonte: Disponível em: <http://www.cinemas.com.br/filmes/filme.php?cf=5576>. Acesso em 10/10/201

³¹ Disponível em: www.cinemas.com.br/filmes/filme.php?cf=5576. Acesso em: 20/10/2017

Saliento Guimarães (2009):

Os alunos trazem consigo expectativas de aprendizagem frente às hipóteses construídas. O professor deve possibilitar a manifestação dos interesses, curiosidades e anseios em relação às questões propostas, assim como em relação aos procedimentos, às atividades para a sua realização. As questões levantadas devem ser analisadas e interpretadas pelo professor como um material básico, norteador do desenvolvimento do projeto. Os saberes construídos pelos alunos em diferentes espaços e por diversos meios, as expectativas de aprendizagem, também constituem uma base para orientar o trabalho do professor. (GUIMARÃES, 2009, p.144)

Neste momento a equipe de pedagógica possibilita:

- Retratar e situar os alunos no tempo e no espaço;
- Reconhecer o período histórico “A segunda guerra mundial” suas causas e consequências;
- Localizar geograficamente a cidade em que os fatos transcorrem no filme, as latitudes, longitudes, seu território, suas fronteiras;
- Identificar e comparar clima, relevo, vegetação, economia na época e atual;
- Estudar e pesquisar as epidemias e os hábitos de higiene;
- Registrar por meio de gráficos retratando o número de mortos na segunda guerra mundial, o número de sobreviventes, os prejuízos de uma guerra;
- Reconhecer as imagens retratadas por pinturas por diversos artistas;
- Trabalhar com a sinopse e o resumo do filme contextualizando a gramática;
- Enfatizar nas produções de textos a discriminação, preconceito e o desrespeito perante os seres humanos; em contra posição a solidariedade, o desejo de sobreviver e o amor.
- Representar nas artes visuais cenas do filme que retratam a violência;
- Nas artes cênicas representar momentos vivenciados pelos autores retratando os valores humanos, fazendo a comparação com os dias atuais;
- Comparar países que enfrentam situações de guerra na atualidade;

O importante na exploração dos filmes é o professor analisar os filmes antes de exhibir aos alunos, integrando-o aos conteúdos trabalhados, elaborando questionamentos para serem discutidos, debatidos, analisados e correlacionados com o desenvolvimento do projeto.

4.5.7 – Campanha Comunitária

O projeto de intervenção pedagógica levando em consideração que a Língua Portuguesa possibilita a interação da leitura e escrita quando são utilizadas como atividades sociais, deixando de ser ensinada e analisada como simplesmente decodificação e codificação. Utilizou durante o seu desenvolvimento práticas pedagógicas voltadas para os trabalhos com gêneros textuais, proporcionando aos alunos leitura e produção de textos que abordavam contextos significativos e reais, levando em consideração situações vivenciadas pelos alunos relacionadas com os valores humanos. Segundo Oliveira (2014, p.13) “A importância da leitura e da escrita serem trabalhadas como ferramentas para a agência social, garantindo a mudança, a emancipação e a autonomia, requisitos indispensáveis ao exercício da cidadania”.

A finalidade seria alcançar uma aprendizagem que iria além das competências linguísticas da Língua Portuguesa, extrapolando a aprendizagem de ensino formal, trabalhando com práticas de escrita e leitura alicerçadas na atualidade, possibilitando aos educandos a ter uma visão de mundo, a serem críticos diante da sua realidade. De acordo com Leal (2007) o ensino da Língua Portuguesa deve proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes, que favorecerão a atuação e as práticas realizadas pelos educando.

Para atingir o nosso objetivo, trabalhamos com o gênero textual anúncio publicitário, adotando a nomenclatura gênero anúncio de campanha comunitária. Pois por meio deste gênero desenvolvemos um trabalho diversificado e distinto, com diversos suportes como impressos (folhetos, panfletos, *outdoor*), online (internet, jornais, mensagens), televisão e rádio, promovendo nos educandos a conscientização da importância dos valores humanos. Para Koche, Boff & Marinello (2014), o gênero anúncio publicitário tem como finalidade ocasionar o convencimento e a persuasão das pessoas, no tocante ao ato de escolha de produtos ou serviços. Segundo Gueterres (2012):

A natureza persuasiva da publicidade está presente em todos os elementos que a constituem, desde o discurso que utiliza à imagem que pretende transmitir. Valores como afetos, solidariedade e positivismo, são exemplos de valores exibidos através da publicidade com o intuito de provocar algo que recompense o trabalho comunicacional [...] (GUETERRES, 2012, p. 20)

Para corroborar cito Souza (2017):

Os gêneros publicitários podem assumir distintos e diferenciados denominações, cada qual considerando seu objetivo, em geral, podem ser anúncio publicitário, anúncio de campanha publicitária, anúncio educativo e/ou social (ou socioeducativo), anúncio de campanha comunitária, jingle, propaganda, publicidade etc. Essas denominações, na maior parte dos casos, estão vinculadas ao seu propósito comunicativo, assim como ao seu plano temático (ou conteúdo temático). Entretanto, mesmo diante das distintas nomenclaturas, os gêneros publicitários conservam algumas características sociocomunicativas. (SOUZA, 2017, p.34)

Os educadores analisaram que atualmente a publicidade tem despertando a atenção para as campanhas comunitárias englobando temas que estimulam a reflexão sobre os problemas das questões sociais. A equipe pedagógica e os educadores organizaram atividades envolvendo anúncios de campanha comunitária relacionadas com o respeito, com a violência social, com a tolerância e a solidariedade. Levando em consideração as mensagens emitidas por esses gêneros publicitários, buscando promover mudanças de atitudes e comportamentos nos educandos, suprimindo o individualismo e o egocentrismo, despertando a solidariedade e a ação coletiva. Segundo Balomas (2011):

A publicidade tem vindo a assumir um papel social, focando-se em temas que refletem as angústias dos nossos tempos, desde o problema da fome à defesa das minorias, a denúncia da violência ou as questões ambientais e o futuro do planeta, entre tantos outros temas. As técnicas de criação e produção de conteúdos tradicionalmente aplicados à publicidade comercial são agora utilizadas visando estimular a consciência social de cada indivíduo e a criação de novos hábitos. As mensagens procuram atenuar a comodidade individual, mudar atitudes, comportamentos e servir os interesses da sociedade. (BALONAS, 2011, p. 41).

Nesta perspectiva, analisamos que de acordo com Balomas (2011) atualmente a publicidade objetivou-se em refletir sobre as questões sociais denunciando, retratando e utilizando de técnicas para estimular a conscientização social e despertar para a mudança de atitudes e comportamentos. Souza (2017, p. 36) corroborou com Balomas (2011), pois “o gênero anúncio de campanha comunitária está diretamente relacionado ao marketing social cujo foco está no âmbito social e no padrão comportamental”. O marketing social consiste em conscientizar os indivíduos referentes aos problemas sociais vigentes. Para

Kotler & Lee (2011, p. 26), o marketing social “refere-se fundamentalmente a esforços focados em influenciar comportamentos que vão melhorar a saúde, evitar acidentes, proteger o meio ambiente e contribuir para as comunidades em geral”. Sendo assim, o marketing social tem como finalidade de remediar, reparar, consertar, corrigir, desfazer as dificuldades e os obstáculos dos problemas sociais, que inviabilizam o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Partindo da perspectiva que o gênero anúncio de campanha comunitária desperta a atenção, a informação e a emoção dos indivíduos, objetivando promover ações e atitudes que proporcionassem a segurança, a satisfação e tranquilidade da comunidade escolar e do meio em que os alunos estão inseridos, trabalhou-se com atividades de leitura e discussões de anúncios publicitários envolvendo as campanhas comunitárias relacionadas ao *bullying*, ao *cyberbullying*, a violência, a discriminação, às diferenças culturais, étnicas, religiosas, campanhas que incentivam a solidariedade entre os indivíduos e o respeito ao próximo e a vida; campanhas com fins a combater a violência física contra a mulher; contra o trabalho infantil e a pedofilia e outras. Sensibilizando e possibilitando a conscientização social dos educandos, viabilizando para a concretização da construção de práticas e ações sociais permeadas pelos valores humanos.

Neste momento no desenvolvimento do “Projeto de Intervenção Pedagógica em Educação em Valores Humanos: um olhar sobre o tema indisciplina no contexto escolar”, abordando temas voltados para o respeito pelo próximo, pela vida, pelo nosso planeta; ao amor, a justiça, a humildade, a tolerância e a solidariedade; registrou as seguintes estratégias:

- Estimular a leitura e a compreensão de variados textos de anúncios publicitários confrontando com as diferentes situações sociais;
- Possibilitar a produção de textos publicitários;
- Utilizar de diferentes linguagens como estratégia para expressar as suas ideias e sentimentos.
- Estimular a oralidade, ampliando o vínculo entre leitor-texto, contribuindo para que o aluno exponha seus conhecimentos prévios e suas vivências;
- Discutir textos publicitários desenvolvendo habilidades de comunicar, opinar, argumentar oralmente e pela escrita;
- Refletir sobre as diferenças dos seres humanos: sociais, étnicas, religiosos;

- Ampliar os conhecimentos sobre os gêneros textuais trabalhados comparando as diferentes formas de linguagens;

Os alunos dos 7^{os} anos organizaram uma Campanha Comunitária para recolher brinquedos a serem doados a uma entidade que apoia crianças carentes, utilizando como estratégia a organização de cartazes, anúncios publicitários, elaborados pelos alunos dos 7^{os} anos, afixados em pontos estratégicos da escola, para sensibilizar a comunidade escolar, obtendo a colaboração e a participação coletiva. Levando em consideração a produção e o interesse dos alunos desenvolveu-se as seguintes estratégias

- Resolver e criar situações problemas relacionadas com expressões numéricas;
- Contextualizar os problemas apresentados nas campanhas comunitárias como: a fome, a miséria populacional;
- Analisar as causas e consequências históricas e políticas apresentadas pelos anúncios publicitários;
- Trabalhar as regiões brasileiras e as suas diferenças: economia, população, vegetação, clima, território, estados que a compõem, as peculiaridades de cada uma, o complexo industrial e a desigualdade social, a agricultura, a pecuária;
- Trabalhar o saneamento básico sua importância na comunidade;
- Sensibilizar os educandos para a fome oculta, que provoca a desnutrição ou subnutrição causando doenças devido à fraqueza que fragiliza a saúde.
- Despertar a criatividade na confecção de anúncios publicitários
- Elaborar uma entrevista em relação a instituição que receberá a doação dos brinquedos.

Para sensibilizar, os alunos foram visitar as outras turmas da escola, promovendo um trabalho de conscientização sobre a importância de doar brinquedos, que faria a alegria de outra criança. Convidaram um ou mais representantes da instituição para participar de uma entrevista explicando e sanando a curiosidade dos alunos em relação à instituição; como por exemplo: quantas crianças são atendidas na instituição, quantas pessoas participam, a instituição tem parceria com empresas com ajuda financeira, que tipo de apoio à instituição precisa e outras. Em seguida, levamos os brinquedos arrecadados e doamos na instituição escolhida por eles, promovendo a alegria e felicidade de todas as crianças.

4.5.8 – Recital de Poesia: encanto e beleza

Neste momento reflito sobre os poemas recitados e a preocupação com o ato de aprender, com a diferença entre educar e ensinar, um projeto poético sensível e pedagógico que deixa entrever um olhar preocupado com a humanidade, com a educação e a natureza. Lembro-me de Cecília Meireles (1999) nas suas poesias:

Escolas [...] da qualidade poética da vida e, correlativamente, da emoção estética e do deslumbramento. Escolas da descoberta de si, em que o adolescente pode reconhecer sua vida subjetiva nos personagens de romances ou filmes. Pode descobrir a manifestação de suas aspirações, seus problemas, suas verdades, não só nos livros de ideias, e às vezes mais profundamente num poema ou num romance (MEIRELES, 1999, p. 63).

Figura 18 Abertura da noite de recital de poesias.



Fonte: Apresentação do recital de poesias, 2017.

A culminância do projeto de intervenção pedagógica foi realizada pelo coletivo de alunos, professores e os pedagogos; um momento especial, com a apresentação de um recital de poesias engrandecendo, principalmente o “Amor” pela vida. Organizados e elaborados

pelos alunos, ressaltando os talentos ou as habilidades que cada um demonstrou durante o ano letivo. Orientados pelos professores de Língua Portuguesa, cuja atuação foi essencial para o desenvolvimento do projeto, envolvendo as disciplinas de Ciências, Artes, Literatura, Ensino Religioso e outros profissionais que colaboraram na organização e preparação dos alunos ou na decoração do espaço reservado para o evento. Menciono Machado (2000) que nos inspira:

Um significado é como um feixe de relações. O significado de algo é construído falando-se sobre o tema, estabelecendo conexões pertinentes, às vezes, insuspeitadas, entre diversos temas. Os feixes de relações articulam - se em uma grande teia de significações. O conhecimento é uma teia desse tipo. É uma imagem mais fecunda do que o mero encadeamento é a de conhecer como tecer, enredar significações. (MACHADO, 2000, p.101)

O recital de poesias contou com apresentação dos alunos que recitaram suas poesias, apresentação de músicas elaboradas por eles, poesias aos passos da dança; envolvendo os pais e a comunidade da escola. Os textos poéticos expressavam os desejos, os sonhos de jovens que almejam um mundo melhor, um país melhor. Uma sociedade em que valoriza as qualidades humana, os valores essenciais como a humildade, o respeito, a responsabilidade, o amor, a tolerância, a justiça e a honestidade para a construção de uma sociedade justa.

Intercalando-se as poesias, os alunos expressaram os talentos descobertos durante o ano letivo 2017. Apresentaram também números musicais, como por exemplo, a apresentação do aluno tocando o instrumento acordeom, interpretação de músicas pelas as vozes dos alunos, envolvendo a dança. Para alguns poetas “ser poeta não é precisamente, como em geral se pensa, poder escrever algumas coisas, com ou sem sentido, dentro de certos limites silábicos e com determinadas censuras. É ter o dom de surpreender a beleza da vida, nas grandes linhas de harmonia em que se equilibra todo o universo” (MEIRELES, 1999, p.23).

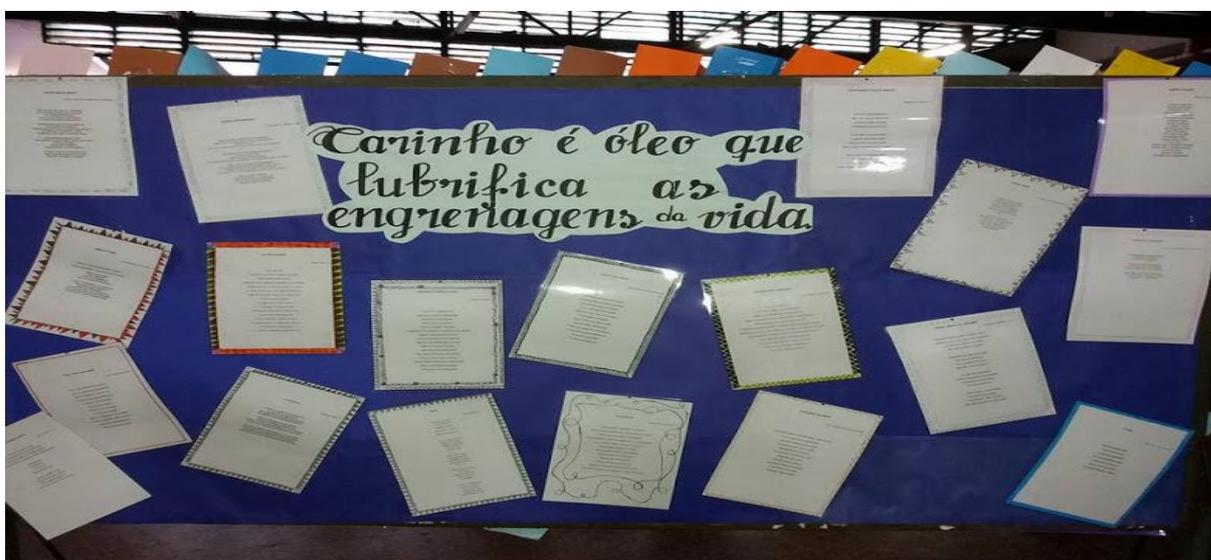
Neste momento mágico aconteceu o encontro do aluno com o seu músico preferido tocando acordeom. Ambos realizaram uma magnífica apresentação. Outra habilidade em destaque foi à coreografia dos alunos, envolvendo dança e ginástica circense; a apresentação de músicas interpretadas na voz dos alunos “Pequenos cantores”. De acordo com Guimarães (2009):

A linguagem poética expressa outra forma de ver, escrever e expressar sentimentos sobre variados temas, questões, fatos, sujeitos, e práticas sociais e culturais. Seduz, age sobre nós, intervém nos provoca [...] A incorporação de letras de canções e poesias desperta o interesse dos alunos, motiva-os para as atividades, sensibiliza-os em relação aos diversos temas e desenvolve a criatividade. (GUIMARÃES, 2009, p 183).

Enfatizo os PCN (1998):

Ao final do projeto, seu resultado pode ser exposto na forma de alguma atividade de atuação no meio, isto é, de uso no âmbito coletivo daquilo que foi produzido (seja no interior da classe, no âmbito da escola ou fora dela). Assim, os alunos sabem claramente o que e por que estão fazendo, aprendem também a formular questões e a transformar os conhecimentos em instrumento de ação. Para conduzir esse processo é necessário que o professor tenha clareza dos objetivos que quer alcançar e formule claramente as etapas do trabalho. (PCN, 1998, p.42).

Figura 19 Noite de Recital: Poemas espalhados pelo pátio



Fonte: Paineis de poemas – registro dos valores humanos, 2017.

Os poemas elaborados pelos alunos, alguns foram colocados como móbil e outros foram colocados nos painéis espalhados pela escola – espaço da apresentação-oportunizando os pais e a comunidade a admirar, contemplar a leitura dos poemas; enquanto aguardavam o início das apresentações. Enfatizaram-se momentos vivenciados pelos alunos durante o desenvolvimento do projeto representados por atividades em espaços extras sala de aula durante o ano letivo.

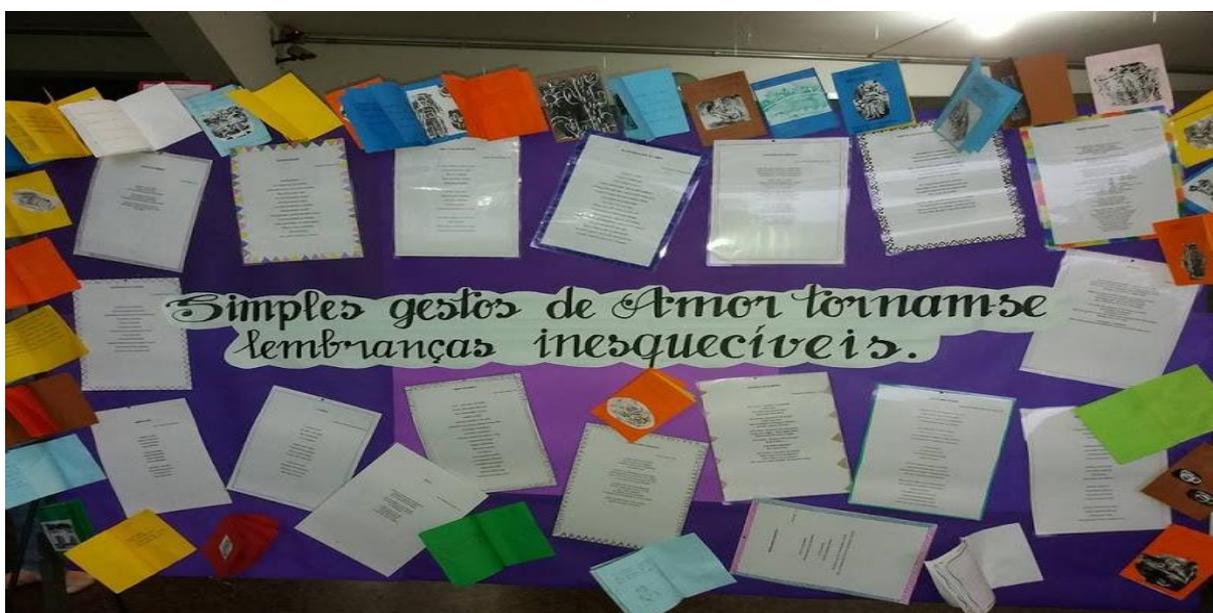
De acordo com a professora de Língua Portuguesa e Literatura:

Em uma sociedade em que se valoriza o ter em detrimento do ser, quando se observa o resgate dos valores essenciais para a construção de uma vida digna, é necessário aplaudir. E muitos aplausos merecem os alunos que, com muita sensibilidade e talento, expressaram seus pensamentos sobre esses três

talentos humanos essenciais à boa conduta social: a Humildade, o Respeito e a Responsabilidade. (MACHADO, 2017) ³².

Comentário da professora do 7º ano de Literatura, que acompanhou o projeto de intervenção pedagógica pelas atividades proporcionadas, prestigiando as atitudes dos profissionais da escola, que oportunizaram os alunos a vivenciar e expressarem momentos de sensibilidade e emoção em relação aos valores humanos.

Figura 20 Poesia de cordel: “Amor, Respeito, Solidariedade e Justiça”.



Fonte: Paineis de poemas elaborados e recitados pelos alunos, 2017.

Para enriquecer este momento foi realizada a noite de autógrafos do livro de poesia, promovendo a valorização e o respeito pelas diferenças e o repensar em “Você pode ser uma pessoa melhor”. A seguir transcrevo o depoimento de uma mãe de alunos dos 7ºs anos, admirada pelo momento proporcionado aos seus filhos e o trabalho desenvolvido pelo projeto de intervenção pedagógica:

Noite de recital de poesias e autógrafos de livros inéditos. Em meio a tantas adversidades da vida, encontrar várias turmas de sétimo ano falando de amor ao próximo, à família, à vida traz a certeza de que ainda há esperança em um mundo melhor! (Mãe da aluna, 03/12/2017)

³² Célia Maria Borges Machado, Professora de Língua Portuguesa e Literatura, da E.M.Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa, elaborou o prefácio dos livros de poesia elaborado pelos alunos do 7ºs anos.

Para encerrar o ano letivo, foi realizada com a equipe de pedagogos e os professores uma análise do desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica “Educação em valores humanos: um olhar sobre o tema indisciplina no contexto escolar”. A solicitação da maioria dos professores foi para que continuássemos com o projeto no ano de 2018, pois as mudanças de atitudes apenas ocorrerão com uma prática pedagógica voltada para a conscientização da importância dos valores humanos. De acordo com os depoimentos dos alunos, dos professores e da equipe gestora:

Aos alunos (as), às professoras e à coordenação pedagógica, os nossos cumprimentos por realizar um trabalho tão bonito, criando expectativas de que poderá nascer, a partir da nossa, uma sociedade mais humana, mais sensível, mais harmoniosa. Uma sociedade em que a humildade, o respeito e a responsabilidade habitam os seres que dela participam. (Célia Maria B. Machado, 2017).³³

De acordo com a professora Célia ao término do ano letivo ficou admirada com a mudança de comportamento dos alunos, incentivando a continuação do projeto de intervenção pedagógica em Educação em Valores Humanos, pois é a partir das nossas ações que poderá nascer uma sociedade mais justa. Em seguida a educadora Margareth Aparecida V. Marques, professora de Matemática, se posicionou:

O projeto de intervenção pedagógica estimulou nos alunos atitudes de respeito pelos outros e pelo ambiente. Resgataram atitudes de cooperação, solidariedade, tolerância, amizade, sensibilidade e o comprometimento com a escola. Perceberam que são as atitudes que determinam o valor de cada um. O projeto ajudou na indisciplina e no resgate de valores que levarão para a vida toda. (Margareth Aparecida V. Marques, 2017)³³

Diante das análises avaliativas, observou-se que o projeto de intervenção pedagógica proporcionou aos alunos uma mudança de atitudes perante aos problemas de indisciplina, estimulando o respeito, a responsabilidade, a solidariedade e o amor ao próximo e a si mesmo, aprendendo a respeitar as diferenças -dificuldades e qualidades - do próximo e de si mesmo.

O projeto nos mostrou que o respeito, o amor, a solidariedade, a amizade, a tolerância e a humildade é o caminho para um futuro melhor. Sem os valores humanos não construiremos uma vida digna. (L.R.M.A. 2017)³⁴

³³ Depoimento da professora de Literatura, da E.M.P. Domingos Pimentel de Ulhôa.

³⁴ Depoimento do aluno da turma do 7º ano.

O projeto nos ensinou que os valores humanos são muito importantes, são surpreendente, que devemos abraçar, e praticar no dia a dia, com respeito, responsabilidade e sabedoria iremos alcançar um país mais justo. Com o projeto a indisciplina na sala de aula melhorou, os colegas passaram a conscientizar-se da importância do respeito pelas diferenças, pois somos todos diferentes. (A.L.F.C., 2017) 35

Depoimento da educadora de Língua Portuguesa, Ana Carolina F. Alves, que se envolveu no projeto com uma participação dinâmica e criativa estimulando e motivando os educando a realização do Projeto de Intervenção pedagógica no contexto escolar. Enfatizando a importância e a necessidade destes projetos na escola, promovendo a conscientização dos alunos em relação aos valores e aos seus direitos e deveres, envolvendo educadores/educando numa relação interpessoal significativa.

O Projeto de intervenção pedagógica educação em valores humanos: um olhar sobre o tema indisciplina no contexto escolar, idealizado pela especialista Nádia Cristina em parceria com os professores da E.M.P. Domingos Pimentel de Ulhôa, numa educação comprometida com os valores humanos, os direitos de cada um, o diálogo constante, as diferenças, confrontando com o preconceito, as discriminações e os conflitos. Obtiveram-se ótimos resultados no que diz respeito à disciplina dos alunos, conscientizando-os do respeito ao próximo, além de ser uma ferramenta de aproximação entre alunos e professores, que foram preenchidas de carinho e afeto, tornou-se ação de muito orgulho e admiração para a professora de Língua Portuguesa e Literatura. Os textos poéticos realizados pelos alunos expressavam os sentimentos, a sensibilidade, a criatividade, os desejos e os sonhos dos adolescentes que almejam um mundo melhor, em que os valores humanos não sejam apenas palavras soltas, mas ações vivenciadas no seu cotidiano. (Ana Carolina F. Alves, 2017) ³⁶.

Diante dos depoimentos dos alunos e dos educadores constatamos o interesse e o envolvimento pelo projeto, a busca constante por novas informações, novos questionamentos, a maneira de “ver” o seu colega, as diferenças de cada um, suas dificuldades, o respeito e a solidariedade no contexto escolar e na comunidade, representados com encantamento e admiração no Recital de Poesias.

³⁵ Aluna da Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel Ulhôa, 7º ano.

³⁶ Ana Carolina F. Alves - Professora de Língua Portuguesa e Literatura - da E.M. Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa, uma educadora que envolve com a educação, sua participação foi fundamental para o desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica. Desenvolveu com os alunos dinâmicas, palestras, um trabalho voltado para a poesia, tornando a leitura poética significativa, estimulando a criatividade, sensibilidade e o prazer dos alunos do 7º ano de elaborar textos poéticos, que abordavam qualidades humana: humildade, amor, respeito, amizade, responsabilidade, solidariedade e outros.

5- Considerações finais

Quando foi proposto, o projeto de intervenção pedagógica, no primeiro momento houve resistências, pois os educadores se sentiam cansados de buscar soluções. Alguns se mostravam desmotivados e sem iniciativas diante de tantos obstáculos e dificuldades, outros demonstravam desânimo e desesperança para trabalhar os valores num contexto marcado pela corrupção, violência e agressividade. Os educandos apresentavam-se com comportamentos indisciplinados, envolvendo o desrespeito ao próximo, individualismo e agressões.

Assim, o projeto de intervenção pedagógica deveria atender as expectativas dos professores e educandos, sustentado por uma estruturação de ações, visando conduzir uma arquitetura de valores, onde a práxis e os valores humanos estariam interligados, construindo metas coletivas que proporcionassem ao aluno uma educação para a cidadania. Para Guimarães (2012, p.139) “a organização do processo de ensino por meio de projetos não é panaceia, nem uma tábua de salvação para os problemas. Muito menos modismo. É algo concreto e complexo.” Para Machado (2000):

[...] os valores constituem um cenário, que alimenta e simbioticamente é alimentado pelo projeto da sociedade, sem projeto não há vida. “Sem projetos, não nos constituímos como pessoas, não realizamos nossa identidade pessoal, não nos mantemos vivos. É próprio do ser humano fazer da própria vida um projeto.” (MACHADO, 2000, p.84).

Considerando as concepções de Guimarães (2012) e de Machado (2000), percebemos a necessidade, então, de estimular, motivar e despertar o interesse dos professores para desenvolver o projeto voltado para os valores humanos, pois assim o tema disciplina passaria a ter outro olhar. O objetivo era tratar “a disciplina” de maneira prazerosa, sem autoritarismo, por meio do diálogo com os alunos, despertando o interesse, o desejo e a motivação, tornando-os protagonistas do projeto.

Mas, para ocorrer essa “disciplina” tão sonhada pelos professores seria necessário que os professores e as disciplinas se comunicassem, como uma rede de conhecimento ou significações. O projeto de intervenção pedagógica se apresentou como uma possibilidade de desenvolver os temas relacionados com os valores humanos de maneira a buscar a tentativa de construir a interdisciplinaridade e a transversalidade, constituindo-se um elo entre os sujeitos e os conteúdos curriculares.

Assim, esse projeto não foi tratado como uma receita ou um programa pronto, mas uma oportunidade de construir junto um projeto de intervenção pedagógica, mudando a visão que consideramos ultrapassada de “disciplina”. As aprendizagens aconteceram no diálogo entre os sujeitos e os conteúdos das diferentes disciplinas, que tivessem significados para a vida do educando, favorecendo as relações interpessoais entre os alunos e professores /alunos; através do diálogo, da compreensão, da tolerância, da justiça, do respeito, do amor e da solidariedade. Procuramos ofertar aos educandos a possibilidade de vivenciar no dia a dia na escola essas atitudes, passando a agregá-las e expressá-las no seu cotidiano.

Nesta perspectiva o projeto foi desenvolvido com os alunos do 7ºs ano, por meio de textos, conversas, dinâmicas, filmes, visitas educativas, poemas, contos, palestras, jogos motivacionais, atividades lúdicas, e outras atividades artísticas, culturais e sociais que despertam a reflexão sobre as atitudes e os valores; estimulando a criatividade, a convivência e a solidariedade entre os grupos e despertando e desenvolvendo as habilidades dos alunos.

Nos diferentes módulos cada professor expôs sua opinião e sugestões que foram transformadas em ações, pois cada um possui uma maneira de contribuir com o processo de aprendizagem. O projeto foi aberto às sugestões, às críticas e às inovações. O trabalho possibilitou a tentativa de realizar atividades interdisciplinares e transversais, envolvendo os professores das disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências, Ensino Religioso, Geografia, Matemática, História e Artes, favorecendo a participação dos alunos como protagonistas, manifestando e atuando com seus saberes, vivências, expectativas e anseios em relação aos temas. “É preciso ir além das disciplinas. Situando o conhecimento a serviço dos projetos das pessoas. A função precípua da escola básica é a formação da cidadania e não a formação de especialistas em qualquer das disciplinas.” (MACHADO, 2000, p.136).

Observamos por parte dos professores um grande interesse em discutir os temas propostos, se sentiram mais motivados, entusiasmados e gratificados com os resultados obtidos. O resultado foi satisfatório, pois outras educadoras das turmas do período da tarde, ao observar os cartazes, as mensagens, iniciaram o trabalho com seus alunos. Os professores observaram que os alunos passaram a demonstrar um comportamento diferenciado, com mais interesse, respeitando os colegas, com atitudes menos agressivas, mais solidárias uns com os outros.

De acordo com depoimentos e relatos dos educadores a disciplina no contexto escolar, apresentou com pontos positivos, pois à medida que os educando se envolviam com o projeto, despertando o interesse pelo tema, diminuía a indisciplina. Não atingimos a todos,

mas foi lançada a semente do amor, do respeito, da solidariedade na E.M.Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa. O essencial foi estimular alunos e professores a rever suas atitudes no cotidiano, proporcionando momentos em que se vivenciaram os valores humanos, florescendo as suas habilidades, mudando o olhar sobre si mesmo, aceitando o seu jeito, sua maneira de ser, os educadores como mediadores transmitiram aos alunos o interesse e o incentivo para serem pessoas melhores. De acordo com Hernández e Ventura (1998):

Nem todos os professores seguem esse processo, assim nem todos assimilaram da mesma maneira os aspectos de fundamentação de suas decisões curriculares. Alguns, por não estarem envolvidos na inovação; outro pela dificuldade de assumir a mudança de atitude profissional que traz consigo e os outros, pelas dúvidas que essas referências comportem na prática. Mas essa diversidade faz parte também da vida do centro e é um reflexo de como a idiosincrasia e a biografia de cada docente influem no trabalho coletivo. (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998, p.31)

No projeto de intervenção pedagógica nem todos os profissionais conseguiram se envolver-se significativamente nas atividades realizadas, sendo assim, amparamos nas concepções de Hernández e Ventura (1998) que explica que o envolvimento dos educadores, não ocorre plenamente com todos os profissionais, pois muitos ainda não aceitam a inovação ou mesmo em assumir mudanças de atitudes profissionais que é traduzida no reflexo da biografia de cada docente, influenciando na sua prática pedagógica.

Considerando os dados coletados e das respostas dos alunos, observamos que as práticas de intervenção pedagógica e de mediação são de extrema relevância, pois a violência ocorre, muitas vezes, silenciosamente dentro dos muros da escola, e tal fato pode estar associado à falta de informação, falta de diálogo entre a família e a escola, entre os professores (as) e os alunos e a comunidade de forma geral.

Ao analisar as estratégias utilizadas constatamos que a Rodas de conversa tornou-se essencial para proporcionar aos alunos um espaço de diálogo, questionamentos, debates e reflexões. Diante das questões problemas, levantadas pelos professores e pelos alunos, na roda de conversa, estabeleceu-se alguns critérios, oportunizando o levantamento de dados diante da realidade do contexto escolar, análises e reflexões dos problemas que envolviam as relações interpessoais, o *bullying*, o *cyberbullying*, a violência doméstica, a violência oculta, os valores humanos e a indisciplina. Na escola as rodas de conversa são imprescindíveis para a realização de debates que envolvem temas polêmicos, possibilitando que todos os participantes se envolvam no assunto apresentado, suas opiniões, sugestões e análises são

fundamentais para o desenvolvimento da proposta. Por meio das rodas de conversas a equipe pedagógica e os professores estabeleceram novas metas e objetivos a serem alcançadas, em relação à indisciplina no contexto escolar, ações que iriam sanar os problemas que evoluíam dentro da escola, sendo conduzidas pelo diálogo, análises e conscientização de mudanças de atitudes e comportamentos dos indivíduos.

A escola é o espaço no qual as pessoas convivem a maior parte do tempo de suas vidas, há convivência com culturas diversas, valores, crenças, histórias de vida, vontade e sonhos diversificados. É nesse espaço privilegiado, tão heterogêneo, que desenvolvemos a capacidade de resolução dos conflitos diários, da violência, da indisciplina, por meio do diálogo e da ressignificação dos valores humanos: respeito, justiça, solidariedade, tolerância, amor e outros. Mas, é fundamental que esses valores façam parte não apenas da teoria da escola, mas da sua prática cotidiana. Zechi (2014) considera que para efetivar uma prática pedagógica positiva de Educação em Valores Humanos frente aos problemas de violência e de indisciplina escolar faz-se necessário que:

- as iniciativas realizadas devem se originar de necessidades reais da escola, envolver todos os espaços e membros da comunidade escolar;
- a escola deve criar vínculos com a comunidade e os pais dos alunos;
- as ações devem ser pautadas em um trabalho preventivo da violência e da indisciplina e requerem mudanças nas práticas escolares;
- as práticas preventivas devem ser pautadas na gestão democrática, no trabalho cooperativo e valorização do protagonismo juvenil, garantindo um ambiente sócio moral cooperativo e o sentimento de pertencimento à escola;
- as escolas devem adotar práticas procedimentais e práticas substantivas de educação moral, tais como a discussão de dilemas morais, as assembleias, a mediação de conflitos, entre outros;
- as regras de convivência devem ser construídas coletivamente e embasadas em princípios de justiça;
- as relações de convivência devem ser permeadas pelo respeito mútuo, pela justiça, pela solidariedade, pelo diálogo, entre outros valores contrários à violência, à individualidade e à intolerância.
- A vivência desses valores deve dar-se de forma refletida e autônoma, de modo a contribuir para a formação da personalidade ética de seus alunos;
- para tanto, é preciso investir na formação inicial e continuada dos docentes. As escolas devem garantir um processo de formação continuada, sendo esse um espaço para reflexão coletiva a respeito das necessidades da instituição e momento de estudos que embasará a elaboração de soluções sistematizadas. Também é preciso estabelecer parcerias entre escolas e universidades de modo a fortalecer teoricamente as ações concretizadas. (ZECHI, 2014, p. 255)

Assim, ressaltamos que os resultados expressam uma pequena amostra, no universo de várias escolas situadas na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Porém são de extrema relevância e podem servir de estímulo para que outros projetos sejam realizados, visando buscar conhecer, informar, incentivar e aprimorar a prática de intervenção e mediação de conflitos. Portanto, a meu ver, para educar para a cidadania, mais importante que ministrar conteúdos, são construir atitudes positivas e ressignificar os valores humanos. Os poemas apresentados no recital abordavam o trabalho desenvolvido, narrando-os e interpretando-os, tecendo uma rede de valores humanos que embalavam a comunidade. Expressando sentimentos, emoções, vivências e desejos utilizando como instrumento os versos, as estrofes, métricas e as rimas. A vida é vista pelo olhar da amizade, solidariedade, justiça, do amor, da paixão, da compreensão e outros que são cantados e contados.

Esse projeto de intervenção pedagógica teve como finalidade socializar o trabalho desenvolvido, objetivando que práticas envolvendo os valores humanos sejam anexadas no Projeto Político Pedagógico das escolas, orientando, conduzindo e motivando os profissionais da educação para uma visão mais humanizadora, espalhando essa pequena sementinha que foi plantada no coração de cada educador e educando, transformando a prática pedagógica a partir da realidade da escola, numa parceria constante. Fundamentando-se na justiça e no respeito à diversidade, proporcionando aos alunos uma aprendizagem significativa, integrando os valores humanos aos objetivos atitudinais e conceituais dos conhecimentos, promovendo a conscientização sobre sua participação na sociedade e exercendo os direitos de cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da Prática Escolar**. 10 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2003.
- _____. **Desafios na formação do pesquisador na prática pedagógica**. São Paulo: Papyrus, 2012.
- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação**. Natal: EDUFRRN, 2007.p. 208.
- AQUINO, Júlio Groppa. A indisciplina e a escola atual. **Rev. Fac. Educ.**, Jul. 1999, vol.24, no. 2, p.181-204.
- _____. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 47, p. 7-19, dez. 1998.
- AVERBUCK, Ligia Morrone. **A poesia e a escola**. In: ZILBERMAN, Regina (orgs). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- FRANTZ
- AZEVEDO, M. A.. Introdução: **O que é. VDCA: o conceito**. Apostila do Curso de Aperfeiçoamento Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA)? São Paulo: Unicsul. 2008.
- AZEVEDO, Maria Amélia. Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescente. Universidade de São Paulo (usp) Instituto de Psicologia (ip).2007 Disponível em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>. Acesso em 20/10/2017
- BALONAS, S.. **PUBLICIDADE SEM CÓDIGO DE BARRAS CONTRIBUTOS PARA O CONHECIMENTO DA PUBLICIDADE A FAVOR DE CAUSAS SOCIAIS EM PORTUGAL**.Ribeirão:Húmus,2011.Disponívelem:<[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14802/1/PublicidadeSemCod igoBarras.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14802/1/PublicidadeSemCod%20igoBarras.pdf)> Acesso em: 31 mar. 2017.
- BATISTA, F.; BACCON, A. L. P.; GABRIEL, F. A. Pensar a escola a partir de Foucault: uma instituição disciplinar em crise? **Inter-Ação**, Goiânia, v. 40, n. 1, 2015.
- BECHARA, Evanildo (Org.). **Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras: Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.
- BENTO, Ana Maria de O. **Percepção da equipe multidisciplinar frente à função do pedagogo numa escola de educação especial**. 2007. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Ana%20Maria%20-%20Final.pdf>>. Acesso em 4 de maio de 2018

BERNARDINI, Cristina Helena. Em busca de Sentidos: representações sociais de professores sobre o bullying. In: BERNARDINI, Cristina Helena (Org.). **Docência: desafios teóricos e práticos da profissão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 21-41.

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>acesso em 05/05/2018

_____. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata – 9. ed.: Brasília. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83). Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. Acesso em 20/05/2018

_____. **LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em 12/08/2017.

_____. **LABORATÓRIO DO ESTUDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. 2007. Disponível em: www.ip.usp.br/.../index.php?...2284%3Alaboratorio-de-estudos...crianca. Acesso em: 27 nov.2017.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. PeNSE 2009. Rio de Janeiro: IBGE; 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/default.shtm>. Acesso em: 22/05/2018.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais** – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) - rev. e atual**. Brasília: SDH/PR, 2010.

_____. SENADO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal, 2017. (Atualizada até março de 2017).

_____. Sociedade de Pediatria de São Paulo. Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência / **Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente**. 2011. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/.../manual%20atendimento%20crianca%20adolescente.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

BOARINI, Maria Lucia. Indisciplina escolar: uma construção coletiva. **Revista Semestral Da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. Maringá, v.17, n.1, Jan. – jun. 2013. p.123-131. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572013000100013>. Acesso em 06/05/2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2007.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da adolescência**: Normalidade e Psicopatologia. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor – CEATS Fundação Instituto de Administração. **Bullying Escolar no Brasil** - Relatório Final – São Paulo: CEATS/FIA, 2010.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 2009.

_____. **A Prática Transciplinar na Universidade**. 2014. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B4JlJny_7pN2YxNGUyMzMtMDE2Yi00MDhiLTlhZDktMzQwNGNjMGYwZGZk/edit?pli=1. Acesso em 10/05/2018.

DAMETTO, J. ; ESQUINSANI, R. S. **A Escola como locus de emergência das disparidades subjetivas**. Lageado-RS: Univates, 2009.

DECANDIO, F. R.; NASCIMENTO, E. L. O gênero anúncio institucional de campanha comunitária como objeto de ensino de língua portuguesa e instrumento de socialização dos alunos do ensino médio público. **Anais do V Encontro Científico do Curso de Letras, Faculdade Paranaense - FACCAR**, Rolândia, 2007. Disponível em: <http://www.faccar.com.br/eventos/desletras/hist/2007_g/textos/10.htm> Acesso em: 10 maio. 2017.

DORDITRES, Thanisa Aparecida de Souza Camargo De; IGUMA Me. Andréia de Oliveira A. **INTERLETRAS**, ISSN N° 1807-1597. V. 3, Edição número 20, de Outubro, 2014/Março, 2015.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. **Revista Brasileira de Educação**, nº 5, maio/agosto. 1997.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-Ação. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 16, p. 181-191, 2000.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Porto: Porto Editora, 1992.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2ª ed. Campinas: Editora Versus, 2005.

FAZENDA, IVANI C. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. **O Que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro. **Literatura juvenil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.23.

Fischer, Rosa Maria. **Bullying Escolar no Brasil** - Relatório Final – São Paulo: CEATS/FIA, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 37ed. São Paulo: Vozes, 2009.

_____. Michel. **Ditos e Escritos**: psicologia, psiquiatria, psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13ª edição. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

_____. **Educação e Mudança**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, HELENA C.L. Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

GARCIA, Joe. Indisciplina na escola. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.95, p. 101-108, jan./abr. 1999.

GATTI, Bernadetti A.. Pesquisa em ação: produção de conhecimentos e produção de sentidos como desafio. **ANAIS** – Seminário: Pesquisa e Pós-Graduação – UNISINOS, São Leopoldo, R.S, 2008.

GUIMARÃES, Selva. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.p.296.

_____. **Didática e prática de ensino de História**. 13ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.

GUTERRES, T. **A Publicidade Não Convencional ao Serviço do Ensino Superior**. A divulgação dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET) do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Dissertação de Mestrado em Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas. 2012. Disponível em:<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1567/1/Tese_Mestrado_Tiago_Guterr es.pdf> Acesso em: 10 junho 2017.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA Montserrat. **A Organização do currículo por projetos de trabalho**. 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – **INEP**. Portal do Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-deavaliacao-de-alunos>>. Acesso em: fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. IBGE. Disponíveis em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/população/>

[pense/2015/default.shtm](#)> Acesso em: fev.2017

KOCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e Produção Textual:** gêneros textuais do argumentar e expor. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

KORSAKAS, P. **O processo de competição e o ensino do esporte.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

KOTLER, P.; LEE, N.. **Marketing Social:** influenciando comportamentos para o bem. Porto Alegre: Bookman, 2011.

LEAL, T. F.. **Organização do trabalho escolar e letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LEFFA, V. J. **Aspectos da leitura:** uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 1996.

LERNER, Delia. **Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o necessário,** Porto Alegre: Artmed, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza SEABRA. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LÜCK, H. **A evolução da gestão educacional a partir da mudança paradigmática.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MACHADO, Nilson José. **Educação:** projetos e valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

MARTINS, LM, DUARTE, N., (orgs). **Formação de professores:** limites contemporâneos e alternativas necessárias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARTINELLI, Marilu. **Aulas de transformação: O Programa de Educação em Valores Humanos.** 7ª Ed. São Paulo: Peirópolis, 2009, 141p.

MEIRELES, Cecília. **Crônicas de Educação 4.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Biblioteca Nacional, 2001,119-120p.

MENEGASSI R. J.; OHUSCHI, M. C. G. **O Aprender a Ensinar a Escrita no Curso de Letras - Atos de Pesquisa em Educação** – PPGE/ME FURB ISSN 1809– 0354 v. 2, nº 2, p. 230-256, maio/ago. 2007

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOTA, R. B. P. **Desporto Escolar:** organização, dinamização da atividade interna. Horizonte, Lisboa, v. 19, n. 109, dossier, p. 1-8, 2003.

MONTES, Silma Rabelo, ALMEIDA, Jerônima Nunes de. **Domingos Pimentel de Ulhôa** – História nas Escolas. 1ª edição. Uberlândia: Edibrás, 2017. 32p

MORAES, I. N. **Memorial**: síntese. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. Documento apresentado à Faculdade de Medicina para o Concurso de Professor Titular do Departamento de Cirurgia – Disciplina de Cirurgia Vascular Periférica.

MORIN, Edgar. **O Método de Ética**. Tradução Jurenir Machado da Silva. 3ª Ed.-Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORSE, William C., WINGO, Max G. **Psicologia e Ensino**. São Paulo: Editora Pioneira, 1978. 421p.

NASCIMENTO, M. A. G.; SILVA, C. N. M. Rodas de conversa e oficinas temáticas: experiências metodológicas de ensino-aprendizagem em Geografia. **Anais do 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**. Porto Alegre, 2009.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.105-120.

NOVAIS, Gercina Santana; NOVAIS, Eliane Santana. **As Rodas de Conversa**. Uberlândia, 2009.

_____. Gercina Santana, NUNES, Silma do Carmo. **Rede pública pelo direito de ensinar e de aprender**: experiências coletivas. 1.ed. de políticas públicas / [Org.]. – Uberlândia: Regência e Arte Editora, 2017.

OLIVEIRA, M. I. **Indisciplina escolar**: determinações, conseqüências e ações. Brasília: Liber-Livro-Editora, 2005.

ONU. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de paz**. Disponível em: <www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm> Acesso em: 20 out.2017

PAES, José Paulo. **Poemas para brincar**. São Paulo: Editora Ática 2004.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Memoriais Auto-Bio-Graficos: A Arte profissional de tecer uma figura pública de si. In: BARBOSA, Tatyana Mabel; PASSEGGI, Maria da Conceição (org.). **Memórias, memoriais**: pesquisa e formação docente. Natal RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. vol 5.p.27

PERPÉTUO, Susan Chio de; GONÇALVEZ, Ana Maria. **Dinâmicas de grupos na formação de lideranças**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PIMENTA, Kedna Gomes, LOUZADA, Shênia Soraya Soares. **A indisciplina na percepção de educadores e algumas possibilidades**. Disponível em: http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/eped/agosto_2012/pdf/a_indisciplina_na_percepcao_d_e_educadores_e_algumas_possibilidades.pdf. Acesso em: 06 set. 2017.

PIROLA, S. M. F; FERREIRA, M. C. C. **O problema da indisciplina dos alunos: um olhar para as práticas pedagógicas cotidianas na perspectiva de formação continuada de**

professores. Olhar de professor, año/vol. 10, número 002. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil, 2007.

PRADEL, Cláudia e DÁU, Alberto T.A **Educação para valores e as políticas públicas educacionais.** Rio de Janeiro, v.17, n.64, p.521-548, jul/set.2009.

QUINTANILHA, Clarissa Moura. **Um olhar exploratório sobre a percepção do professor em relação ao fenômeno bullying.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2011.

TAVARES, C.; LIRA, N. (Org.). **Construindo uma cultura de paz: oficinas pedagógicas.** Recife: Comunigraf, 2001.

ROMANO, Eliane Palermo. **O trabalho com projetos – significado e prática.** Campinas: Editora Komedi, 2007.128p.

SACRISTÀN, J.Gimeno. **Currículo: uma reflexão sobre a prática.** Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAMPAIO, D. Indisciplina: um signo geracional. **Cadernos de organização e gestão curricular.** Ed. Instituto de inovação educacional, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórica- crítica: primeiras aproximações.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 2000.

_____. **Escola e Democracia.** 34. ed. rev. Campinas, Autores Associados, 2001. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5). 94 p.

SERCUNDES, M. M. I. **Ensinando a escrever.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ana Beatriz B. **Cartilha 2010 - Projeto de Justiça nas Escolas.** Brasília/DF, 2010.

SMITH, F. **Leitura significativa:** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DINÂMICAS DE GRUPO (SBDG). **Dinâmica de grupo: conhecendo a história da dinâmica dos grupos no Brasil.** Blumenau: SBDG, 2006.

SOUZA, Francisco Hernandes Braga de. **O ensino de língua portuguesa e os projetos de letramento: uma proposta de atividades com foco na questão alimentar a partir do gênero anúncio de campanha comunitária.** João Pessoa, 2017.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura.** Porto Alegre: Arte Medica, 1998.

UBERLÂNDIA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME. **Carta de Princípios das Escolas da Rede Pública Municipal de ensino de Uberlândia.** Uberlândia, 2013.

_____ **Lei nº 11.444, de 24 de Julho de 2013.** Disponível em:
http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/9242.pdf. Acesso em 23 de Novembro de 2017.

_____ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME. **Projeto Político Pedagógico:** Escola Municipal Prof. Domingos Pimentel de Ulhôa. Uberlândia, 2016

UNIUBE - **Mestrado em Educação para o Programa de Pós – Graduação em Educação.** Uberlândia, 2018. Disponível em: <<http://www.uniube.br/propepe/ppg/educacao/>> acesso em 04/05/2018.

TRES, Thanisa Aparecida de Souza Camargo De Dordi; IGUMA, Andréia de Oliveira Alencar. A Importância da Poesia na Formação do Leitor. **Revista INTERLETRAS.** Dourados/MS: Universidade da Grande Dourados, v. 3, p. 1, out./2014-mar/ 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** São Paulo, Editora Liberdade, 2000.

ZECHI, Juliana Aparecida Matias. **Violência e indisciplina em meio escolar:** aspectos teórico-metodológicos da produção acadêmica no período de 2000 a 2005(Dissertação). Presidente Prudente: UNESP, 2008.

_____ **Educação em valores: solução para a violência e indisciplina na escola?**
Presidente Prudente: [s.n.], 2014 279 f.: il.

ANEXOS:

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Ano XXV N° 4203
Uberlândia - MG, sexta-feira, 26 de julho de 2013.

ATOS DO PODER EXECUTIVO /ADMINISTRAÇÃO DIRETA /LEIS ORDINÁRIAS

LEI N° 11.444, DE 24 DE JULHO DE 2013. INSTITUI A REDE PÚBLICA MUNICIPAL PELO DIREITO DE ENSINAR E DE APRENDER NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender no Município de Uberlândia.

Art. 2º A Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender consiste em uma forma de atuação conjunta de instituições que desenvolvam atividades relacionadas à educação, capazes de agir em cooperação e de estabelecer relações pautadas na autonomia, na complementaridade, na horizontalidade e no interesse comum de contribuir para garantir o direito aos alunos à educação pública, gratuita, laica, democrática, popular e qualificada socialmente.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º A Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender tem como objetivos:

I – fomentar a articulação de esforços de diferentes instituições, no sentido de potencializar serviços e incentivar a cooperação entre essas, para a obtenção de objetivos compartilhados e vinculados à garantia do acesso, à permanência e à conclusão, com qualidade e diversidade, dos estudos das infâncias, dos adolescentes, e dos jovens e adultos;

II – propiciar as trocas de conhecimentos e de experiências, envolvendo órgãos vinculados aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ao Ministério Público, a organizações não governamentais, a organizações da sociedade civil, a órgãos de controle social da educação, a grupos de convivência dos alunos, e à sociedade civil organizada, no que tange ao direito à escolarização;

III – incentivar a cooperação entre diferentes instituições que desenvolvam atividades relacionadas à educação, visando à superação das dificuldades de acesso, permanência e conclusão, com qualidade, dos estudos das infâncias, dos adolescentes e dos jovens e adultos;

IV - contribuir para a superação da fragmentação, da descontinuidade e da ausência de cooperação entre diferentes Poderes do Estado e órgãos autônomos, por meio do trabalho em rede, com foco na melhoria da efetividade e qualidade das políticas públicas educacionais;

V - favorecer a construção de uma cultura de cooperação, acompanhamento, avaliação das ações relativas ao enfrentamento das múltiplas causas do baixo rendimento e da evasão escolar;

VI - ampliar as possibilidades de construção coletiva de programas e serviços que atuem no enfrentamento das dificuldades de escolarização de cada aluno e na melhoria dos índices de desenvolvimento educacional;

VII - colaborar para o desenvolvimento de uma educação livre de quaisquer tipos de preconceito e discriminação, orientada para o exercício da cidadania ativa e construção de relações entre pessoas e instituições de pacificação social;

VIII - favorecer a interlocução entre as unidades escolares e os núcleos familiares dos alunos;

IX - propor a elaboração de termos de cooperação, convênios e planos de trabalho, resguardando a especificidade e os objetivos comuns de cada instituição membro da Rede;

X- desenvolver programas e projetos, com foco na garantia do acesso, permanência e conclusão, com qualidade, dos estudos;

XI - criar mecanismos de comunicação permanente entre os membros da Rede e um fórum de discussão sobre a escolarização de cada aluno, sendo o cronograma e as pautas das reuniões do referido fórum definidos coletivamente pelos representantes das instituições membros da Rede;

XII - fomentar a atuação conjunta para resolver problemas educacionais e colaborar para a mudança de lógica e formas predominantes de atuação das instituições do Estado;

XIII – garantir um ambiente propício ao direito de ensinar e de aprender

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º: A Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender tem como atribuição promover as seguintes ações:

I - diagnóstico e análise: leitura e discussão sobre a realidade escolar de cada setor territorial do Município de Uberlândia, com vistas ao desenvolvimento de uma educação de qualidade e pautada em direitos humanos;

II - intervenção educativa: participação na elaboração, implantação e avaliação de programas e projetos, para melhoria do fluxo e do rendimento escolar;

III – sensibilização: estimular a participação da família nas atividades escolares;

IV - organização de informações: fomentar a construção de banco de dados para subsidiar a elaboração de políticas públicas educacionais;

V - criação de ambiência educativa: criar um ambiente de colaboração entre instituições públicas e sociedade civil organizada, tendo em vista a garantia do direito à educação em direitos humanos.

CAPÍTULO IV DOS MEMBROS:

Art. 5º A Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender será constituída por representantes governamentais indicados pelo Poder Executivo Municipal, e por representantes da sociedade civil, indicados por organização, entidade ou instituição, sendo sempre um titular e seu respectivo suplente:

I – representantes dos órgãos do Poder Executivo Municipal:

- a) Secretaria Municipal de Educação;
- b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho;
- c) Secretaria Municipal de Cultura;
- d) Secretaria Municipal de Saúde;

- e) Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
- f) Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- g) Secretaria Municipal de Comunicação Social;
- h) Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento;
- i) Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE
- j) Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;
- k) Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz - CEMEPE;
- l) Campus de Atendimento à Pessoa com Deficiência;
- m) Conselho Municipal de Educação;
- n) Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência - COMPOD;
- o) Superintendência da Mulher;
- p) Superintendência da Igualdade Racial;
- q) Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor;
- r) Superintendência da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Urbana;
- s) Superintendência da Juventude
- t) Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR;

II – representantes de organizações, entidades ou instituições da sociedade civil:

- a) Conselhos Tutelares;
- b) Conselhos Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;
- c) instituições de ensino superior;
- d) associações de moradores de bairro;
- e) grêmios escolares e grupos de convivência dos alunos;
- f) organizações não governamentais ligadas à escolarização;
- g) entidades representativas de classes;
- h) Ordem dos Advogados do Brasil – 13ª Subseção;
- i) outras instituições que também desenvolvam atividades em educação escolar.

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município de Uberlândia/MG, criado pela Lei Municipal nº 8485 de 24/11/2003. Edição, impressão e disponibilização: Procuradoria Geral do Município Distribuição: Secretaria Municipal de Comunicação Social Av. Anselmo Alves dos Santos nº 600 Bairro Santa Mônica Telefone: 34 3239-2684 Fax: 34 3235-8553 Paginação: Lucimara Molina Cópias do Diário Oficial do Município podem ser obtidas no portal da Prefeitura de Uberlândia: www.uberlandia.mg.gov.br

§ 1º Os representantes dos órgãos e instituições membros da Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e Aprender serão indicados mediante ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Os representantes de organizações, entidades ou instituições da sociedade civil serão convidados pela Secretaria Municipal de Educação para participar da Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e Aprender.

§ 3º Os representantes indicados para comporem a Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e Aprender serão designados por decreto do Prefeito.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA

Art. 6º A Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender será organizada tendo como base os diferentes setores territoriais do Município de Uberlândia e as instituições que desenvolvam atividades relacionadas à educação presentes em cada um desses setores.

§ 1º A Rede terá cinco pontos correspondentes aos setores territoriais centrais, leste, oeste, norte e sul do Município, contemplando as zonas urbana e rural, de maneira a facilitar a participação das instituições e a identificação das especificidades educacionais de cada região, bem como a elaboração e a implementação de ações eficazes.

§ 2º O conjunto de pontos corresponde aos setores territoriais do Município de que trata o artigo anterior, configura a Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender e suas ações devem estar em consonância com os objetivos da Rede.

§ 3º Cada ponto da Rede contará com a participação das instituições definidas no art. 5º desta Lei, atuantes no território base de cada ponto, possibilitando a ramificação da Rede no Município.

§ 4º O conjunto de serviços disponibilizados pela Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender será disponibilizado por instituições públicas, mas o seu funcionamento necessita da colaboração e participação da sociedade civil organizada e dos membros dos grupos de convivência familiar dos alunos.

§ 5º Cada ponto da Rede deverá escolher, dentre os seus membros, uma Coordenação Colegiada, composta de 3 (três) membros, e uma Secretaria Geral, composta de 2 (dois) membros, com mandatos de 2 (dois) anos e possibilidade de uma recondução, por igual período, sendo que a participação na Rede não gera vínculo empregatício ou remuneração.

§ 6º A organização e o funcionamento da Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e de Aprender, bem como as atribuições da Coordenação Colegiada e da Secretaria Geral serão disciplinadas em Regimento Interno.

§ 7º O Regimento Interno da Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e Aprender deverá ser elaborado, deliberado e aprovado por todos os seus membros, em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, e aprovado pelo prefeito mediante decreto.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**).

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (**bullying**) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 2º O Programa instituído no **caput** poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos qual a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (**bullying**) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV - ameaças por quaisquer meios;
- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (*bullying*) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;

II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;

IV - social: ignorar, isolar e excluir;

V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

VI - físico: socar, chutar, bater;

VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no **caput** do art. 1º:

I- prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (*bullying*) em toda a sociedade;

II- capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

III - programar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (*bullying*), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (*bullying*).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (*bullying*) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução das objetivas e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

Brasília, 6 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

Luiz Cláudio Costa

Nilma Lino Gomes

Estatuto da Criança e do Adolescente

LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Selecionamos alguns trechos e artigos da **ECA** referentes a esse tema.

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

ART. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014).

ART. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

ART. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).

ART. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

ART. 54. É dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016);

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educando no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

ART. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

ART. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I – maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar,
- III – elevados níveis de repetência.

ART. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

ART. 87. São linhas de ação da política de atendimento

III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

ART. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III – em razão de sua conduta.

ART. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII – acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar;

IX – colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

ART. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

ART. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101,

I a VII; II – atender e aconselhar os pais ou responsável,

III – promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

ART. 141. É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos. [...]

ART. 142. Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.

LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. CEDECA – RIO DE JANEIRO Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. FONTE: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viw_identificacao/lei%208.069-1990?opendocument.